

**Os 63 dias que abalaram o Estado Novo -  
Incursão histórica à crise terminal do regime**

**Zélia Costa de Oliveira**

**Dissertação em História Contemporânea**

**Setembro, 2012**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a  
orientação científica de Fernando Rosas.

À Mariana e à Margarida, pela inspiração

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a várias pessoas o incentivo que me deram e sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Em primeiro lugar agradeço ao professor Fernando Rosas ter-me confiado este tema e toda a orientação que me deu, bem como as palavras de apoio e de estímulo ao longo de todo o curso.

Agradeço ao Paulo Agostinho, editor da Agência Lusa, o apoio incondicional na realização desta investigação. Sem a sua pronta decisão em flexibilizar o meu horário de trabalho não teria conseguido conciliar trabalho e estudo.

Agradeço a Paulo Tremoceiro, da Torre do Tombo, a rapidez com que atendeu aos meus pedidos, sempre urgentes, de consulta de documentos.

Agradeço aos meus amigos Sónia Lacerda e Sérgio Santos as horas que dedicaram a ajudar-me.

Agradeço à minha família, especialmente ao Aníbal e aos meus pais, que me substituíram no meu papel de mãe da Mariana e da Margarida.

## **Os 63 dias que abalaram o Estado Novo – Incursão histórica à crise terminal do regime**

**Zélia Costa de Oliveira**

**PALAVRAS-CHAVE:** Marcello Caetano, Movimento das Forças Armadas

No início de 1974, o Governo português chefiado por Marcello Caetano vai sofrer um forte abalo ao ser confrontado, pela primeira vez, com a falta de apoio à sua política por parte dos mais altos representantes das Forças Armadas (FA). Esta mudança de posição das FA, instituição que constituía um dos pilares do regime, vai contribuir para a desagregação do Governo.

O grande problema do país era a guerra que se travava nas colónias (Angola, Moçambique e Guiné Bissau) há 13 longos anos, arrastando consigo milhares de homens. Ao manter o conflito sem um fim à vista, o regime provocou um enorme desgaste e cansaço no meio militar. A derrota iminente na Guiné e a incapacidade do Governo para obter armamento ainda agravou mais a moral das tropas.

Neste contexto, o aparecimento de um livro (a 22 de fevereiro de 1974) da autoria do vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), António Spínola (a segunda principal figura das FA), a proclamar a inutilidade da guerra veio emprestar uma nova bandeira a um movimento de capitães já anteriormente formado para reivindicar questões corporativas.

A historiografia nacional já caracterizou o marcelismo mas não relatou de forma aprofundada os momentos finais do regime, em que o Estado Novo se desfaz em 63 dias, a partir da data da publicação do livro. Esta dissertação relata, dia-a-dia, a crise política que se gerou após a publicação da obra “Portugal e o Futuro”. As estruturas intermédias das forças armadas organizam-se em torno do Movimento das Forças Armadas e passam a conspirar contra a política de manutenção da guerra e acentuam-se as divergências entre o presidente do conselho e o Presidente da República.

A saída do livro provocou o divórcio entre o Governo e as Forças Armadas e a gravidade da situação levou Marcello Caetano a pedir a demissão a 28 de fevereiro e a 11 de março, mas sem sucesso. O Presidente da República dirá apenas que o caminho é “ir até ao fim”.

Chegados a esta situação “delicadíssima”, nas suas próprias palavras, Marcello Caetano procurará legitimar-se junto da Assembleia Nacional onde faz aprovar uma moção que ratifica a sua política ultramarina. Depois numa outra fuga para a frente convoca as altas patentes militares para lhe prestarem apoio publicamente e renunciarem a ter “política própria”.

Dois momentos que contrastam em completo com o que se passava nos bastidores onde um grupo de capitães se move com o beneplácito do vice-CEMGFA e do CEMGFA e da polícia política e aprova um documento onde se proclama que “sem democratização do país não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas” nacionais. Os militares queriam o fim da guerra e do regime e é por isso que se vão bater nesses dias.

Pelo caminho registar-se-á uma saída em falso de militares, que será aniquilada pelo Governo, mas o movimento sairá vitorioso a 25 de Abril sem ter quem lutasse por ele.

**KEYWORDS:** Marcello Caetano; Movement of the Armed Forces

In the beginning of 1974, the Portuguese Government lead by Marcello Caetano is weakened when, for the first time, it is confronted with no political support from the major representatives of the Armed Forces (AF). This change of position of the AF, which is one of the pillars of the regime, will contribute to the downfall of the Government.

The major problem of the Government is the colonial wars (Angola, Mozambique and Guiné Bissau) that have been going on for 13 long years and to which thousands of men are drafted. The imminent defeat in Guiné Bissau and the inability of the Portuguese Government to obtain armament and equipment deeply affected the army moral.

In this context, the publication the book, “Portugal e o Futuro” on the 22<sup>nd</sup> of February 1974, by António Spínola will be the start of the regime’s decay. António Spínola, deputy chief of the General Staff of the Armed Forces, and the second most important person in the AF writes about the futility of the wars in the colonies.

Within the AF a conspiracy unfolds against the policy for the colonial wars, lead by a group of captains that was already formed before the publication. At the same time, the relationship between Marcello and the President of the Republic comes under more and more strain.

The severity of this situation leads Marcello Caetano to submit his resignation two times: one on the 28<sup>th</sup> of February and another on the 11<sup>th</sup> of March. Both requests were denied by the President of the Republic with the message “you will see this through to the end”.

This was, in Marcelo Caetano's own words "a very delicate" situation. But with the help of National Assembly he manages to ratify the overseas policy in an attempt to legitimate himself. Next he convenes the top military to ask for their support and to renounce the policy against the wars.

These two actions contrast with what was going on behind the curtains, where the group of captains is in fact active with the consent of vice-CEMGFA, the CEMGFA and the political police.

The group of captains approves a document which states that "without the country's democratization, it will be impossible to solve the major problems of the Nation". The military strives for an end to the colonial wars and the end of the Regime. After one failed attempt at a coup, the group of captains succeeds on their second try on the 25<sup>th</sup> of April, without any bloodshed.

The regime of Marcello Caetano has been described in detail by the national historiography, but there is no account of its final days when the dictatorship dissolves in 63 days counting from the moment "Portugal e o Futuro" was published. This dissertation provides a day to day account of the unfolding political crisis initiated by the book of António Spínola and its impact within the Armed Forces.

## ÍNDICE

Introdução .....	1
CAPÍTULO I: O livro que abalou o regime .....	5
I.1 As razões da saída do <i>Portugal e o Futuro</i> .....	5
I.2 A obra e os capitães.....	16
CAPÍTULO II: Diplomacia falha aquisição de armas aos EUA .....	24
CAPÍTULO III: Problemas em Moçambique e subversão na metrópole .....	33
III.1 MFA ganha forma .....	36
III.2 Oposição tenta mobilizar as massas .....	37
CAPÍTULO IV: Encenação na Assembleia Nacional .....	42
CAPÍTULO V: MFA e o derrube do regime .....	58
CAPÍTULO VI: A crise política bate no fundo .....	65
VI.1 Um acordo que nunca existiu .....	65
VI.2 DGS faz prova de vida .....	68
VI.3 Ir até ao fim, vencer ou ser vencido.....	72
VI.4 Ministros já não controlam departamentos .....	75
CAPÍTULO VII: Encenação no palácio e a saída de cena dos generais.....	78
CAPÍTULO VIII: Remodelação no Governo .....	83
CAPÍTULO IX: A saída em falso a 16 de março .....	88
IX.1. Incredulidade na oposição e invencibilidade para Washington .....	106
IX.2 Acalmia na metrópole, diplomata enviado em segredo a Londres .....	108
CAPÍTULO X: MFA reorganiza-se .....	117
X.1. A última conversa em família .....	119
X.2. Um golpe sem oposição .....	122
Conclusão.....	135
Fontes e bibliografia .....	139
Anexos .....	146



## **Introdução**

Foram apenas precisos 63 dias para que um movimento de jovens militares tivesse feito cair o regime que se perpetuava há mais de 40 anos no poder em Portugal. Pouco mais de dois meses e os já 13 longos anos de guerra em África pesaram na definitiva tomada de consciência e decisão de pôr fim ao conflito e, consequentemente, ao Estado Novo.

Motivados pela saída do livro do general António Spínola, vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), a 22 de fevereiro de 1974, que proclamava a impossibilidade da vitória militar, um grupo de capitães apressou-se a constituir, através da realização de numerosas reuniões, o Movimento das Forças Armadas (MFA), que viria a concretizar o golpe de Estado a 25 de Abril de 1974.

Este foi um período marcado por uma intensa atividade política, em que o MFA elaborou um programa político e um programa operacional, que lhe permitiu concretizar o golpe, tendo para isso contado com a complacência de representantes da Forças Armadas (FA) e da polícia política. Esta nova circunstância da vida política nacional veio fragilizar os pilares que sustentavam o regime. Embora não completamente alheado do impacto do livro junto dos militares, nem da existência do movimento, o Governo é incapaz de travar o seu percurso, optando antes por fugas para a frente, sem mudar de rumo e mantendo a guerra.

Esta dissertação pretende estudar de forma aprofundada a crise final do Governo de Marcello Caetano, uma crise que se agudizou a partir da saída do livro e cujos acontecimentos subsequentes, até ao seu derrube, espelham a desagregação do regime. Um período politicamente ativo, dada a situação “delicadíssima”, nas palavras do próprio chefe do Governo, que para sobreviver responde com iniciativas de carácter simbólico, em que o seu poder é já uma aparência.

No período em estudo destacam-se vários momentos que demonstrativos deste pré-colapso do regime.

O chefe do Governo começa por ser surpreendido pelo conteúdo do livro de Spínola quando este revela a necessidade de uma solução política para a guerra, ao

contrário das teses do regime que advogam a sua manutenção na busca de uma vitória militar. A guerra era o grande problema do país, porque se eternizava, apesar do descontentamento crescente.

Além do vice-CEMGFA, também o CEMGFA, Costa Gomes, partilhava da posição de que não era possível a Portugal vencer o conflito através das armas ao ter dado parecer favorável à publicação da obra. Estava assim declarado o divórcio entre o chefe do Governo e os mais altos representantes das Forças Armadas. Ao não se sentir legitimado pelas FA, a 28 de fevereiro Marcello Caetano sugere ao Presidente da República que aceite a exoneração do Executivo. Como o pedido não foi aceite, ensaia a primeira de uma série de encenações ou fugas para a frente: um discurso a 05 de março na Assembleia Nacional de defesa intransigente da continuação da guerra. Precisamente neste dia, o movimento dos capitães dá um passo decisivo e decide numa reunião em Cascais, em que participaram cerca de 200 oficiais, que o único caminho da nação é o fim da guerra e declarava ainda que “sem democratização do país não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas” nacionais.

A 11 de março dá-se um dos grandes momentos de tensão política deste período. O choque entre o Presidente da República, Américo Thomaz, e Marcello Caetano. Dezassete dias após a saída do livro, Thomaz confrontava Caetano com o facto de continuarem à frente do Estado-Maior General das FA dois oficiais gerais que “mostravam não acreditar na vitória militar portuguesa em África e que advogavam uma solução política, quando era precisamente a solução militar aquela que o seu Governo e o seu Exército estavam empenhados”. Caetano entra em pânico, temendo que a demissão dos generais provocasse uma insurreição e manda ao PR uma carta de demissão. Mas agora é tarde, há que “ir até ao fim”, responde Thomaz. A partir deste dia, o Executivo limita-se a sobreviver.

A dois dias de ser exonerado Costa Gomes avisa os ministros da tutela militar: os militares não aceitam as vias hierárquicas, os generais não têm prestígio e os ministros não controlam a situação dentro dos respetivos departamentos.

A segunda fuga para a frente de Marcello foi a cerimónia do 14 de março em que os oficiais-generais e a hierarquia militar deveriam reafirmar perante o chefe do

Governo que as FA não têm política própria e que estavam certos que o rumo se manteria. Uma cerimónia constituiu um anacronismo perante o que se passava nos bastidores. A não comparência de Costa Gomes e Spínola valeu-lhes a exoneração do cargo. Um dia depois Marcello Caetano toma outra medida simbólica: remodela o Governo justificando a decisão com a necessidade de separar as pastas das Finanças e da Economia.

A 16 de março dá-se a saída em falso de militares das Caldas da Rainha em direção à capital para derrubarem o Governo. Uma iniciativa que constituirá um ensaio para o golpe militar que sairia vitorioso cerca de um mês depois. Tratou-se de uma saída descoordenada de apenas uma coluna de militares e que foi neutralizada pelo Executivo. Contudo, a forma como foi desencadeada a reação das forças governamentais permitiu a Otelo Saraiva de Carvalho, estratega do 25 de Abril, aperceber-se da inexistência de um plano organizado para fazer frente ao movimento. A partir do 16 março o Governo parece acreditar que aniquilou a direção do MFA ao manter presos os principais revoltosos, mas o movimento reergue-se e o golpe é preparado e executado com êxito, surpreendendo as forças governamentais, já sem forças para contra atacarem.

Para a elaboração desta dissertação recorreremos sobretudo à pesquisa em diversas fontes primárias e em bibliografia. Nos arquivos de Marcello Caetano, de entre a documentação disponível, consultámos ampla documentação classificada de secreta sobre as tentativas de obtenção de armamento para a guerra bem como a correspondência particular do presidente do conselho. Nos arquivos da Defesa Nacional, consultámos o arquivo do ministro da Defesa e do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. No arquivo Histórico Militar, pesquisámos na documentação do gabinete do ministro do Exército e do chefe de Estado-Maior do Exército. Relativamente ao arquivo Ultramarino, apenas se encontraram disponíveis relatórios da imprensa estrangeira. Consultámos ainda o arquivo do ministro do Interior e a imprensa nacional, incluindo algumas notícias com textos originais enviadas para exame prévio disponíveis nos arquivos da Torre do Tombo. Quanto à bibliografia, consultámos as memórias dos principais protagonistas deste período como sejam as do presidente do conselho, do Presidente da República, de Otelo

Saraiva de Carvalho e António Spínola. Também alguns ministros, secretários de Estado e embaixadores deixaram escritos sobre a sua passagem pelos governos de Caetano. Destacamos ainda a obra do historiador José Freire Antunes e as entrevistas de Maria Manuela Cruzeiro. Para esta reconstrução dos últimos 63 dias do regime optámos pelo cruzamento entre as informações dos documentos originais, que se encontram nos arquivos, com as relatadas pela historiografia e nas memórias escritas.

Na busca de fontes primárias encontrámos dificuldades várias como dossiês incompletos ou a dispersão da documentação relativa ao governo, havendo arquivos como os da Defesa Nacional e Ultramarino que não dispõem de toda a informação tratada e acessível.

A historiografia nacional já caracterizou o marcelismo, mas não tratou de forma aprofundada os momentos finais do regime. Esta dissertação trata das tensões políticas vividas no final do Governo de Marcello Caetano, que nos permitem ‘ver’ a desestruturação em que o regime se encontrava.

O trabalho divide-se em uma dezena de capítulos. Inicia-se no capítulo do livro que abala o regime, as razões da sua publicação e as reações imediatas que suscitou, nomeadamente junto do movimento dos capitães. No segundo capítulo fazemos uma incursão à política externa, dando conta das dificuldades da diplomacia em comprar armamento para dar resposta às dificuldades crescentes das tropas portuguesas na guerra colonial.

No terceiro dá-se conta do agravamento da situação em Moçambique enquanto na metrópole, a polícia vai relatando casos de subversão, nomeadamente posições contra a guerra, verificadas dentro e fora dos quartéis, mas sem mencionar o movimento dos capitães.

A posição defendida pelos dois generais de pretenderem uma solução política para a guerra leva a um primeiro pedido de demissão de Caetano ao Presidente da República que não o aceita. No quarto capítulo expõe-se a forma encontrada por Marcello na procura de legitimação política. De seguida, no quinto capítulo descreve-se a aprovação do documento em que o MFA proclama o derrube do regime.

No sexto capítulo dá-se a agudização da crise com novo pedido de demissão do presidente do conselho e com o Presidente da República dizer que já é tarde para qualquer um deles desistir. Perante essa situação, Caetano organiza mais uma fuga para frente: a encenação no Palácio de S. Bento. Estamos no sétimo capítulo. Como os dois generais recusam participar nesta cerimónia/encenação são demitidos. Um dia depois - capítulo oito – é remodelado o setor económico do Governo. A insatisfação dos militares com a demissão dos generais está na origem da saída em falso do dia 16 de março (capítulo nono), um que episódio vai servir de ensaio para a operacionalização do golpe que a 25 de Abril derrubará o regime – capítulo décimo.

## **CAPÍTULO I: O livro que abalou o regime**

### **I.1 As razões da saída do *Portugal e o Futuro***

No dia 18 de fevereiro de 1974, Marcello Caetano recebeu um exemplar do livro *Portugal e o Futuro*, com dedicatória do autor, António Spínola. Devido ao conselho de ministros, só na noite de 20 de fevereiro o irá ler, da primeira à última página, até de madrugada.

Ao fechar o livro que iria ter o efeito de abalar o regime do Estado Novo e expor as fissuras que vinham abalando estrutura das Forças Armadas, o então presidente do conselho escreveria, nas suas memórias, que tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha pressentia há meses, era agora inevitável<sup>1</sup>.

Esta é a versão que Caetano quis deixar para a história, a de que tomara conhecimento do teor do livro nas vésperas da sua publicação. Contudo, relata Otelo Saraiva de Carvalho, um dos líderes do Movimento das Forças Armadas e estratega do golpe que derrubaria o regime dois meses depois, a 02 de fevereiro encontrou António Spínola numa rua em Lisboa e este diz-lhe: “O Marcello não me deixa publicar o meu

---

<sup>1</sup> CAETANO, Marcello, 1974, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Graficolor, p.196

livro. (...) Entreguei-lhe um exemplar e ele diz que não o posso publicar, porque advoga uma política completamente oposta à do Governo”. E acrescenta: “O Chico (Francisco Costa Gomes) está comigo, pá. Já deu luz verde para a publicação. O Marcello é que diz que se demite se eu publicar”.<sup>2</sup>

Desde 1972 que o presidente do conselho tinha conhecimento de que António Spínola pretendia escrever um livro. Segundo Marcello Caetano, o espírito com que começou a escrevê-lo foi o de não se ter conformado com a decisão do Governo de Lisboa de lhe ter colocado um ponto final nos contactos que pretendia continuar a desenvolver, enquanto comandante-chefe das tropas portuguesas na Guiné, com o líder do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC, Amílcar Cabral.

Os contactos visavam, da parte de Spínola, uma tentativa de procurar uma solução para a guerra que se travava naquele território desde 1963 e que cada vez mais parecia perdida para Portugal, dada a supremacia bélica do PAIGC, apoiada por vários países entre os quais a então União Soviética. Spínola, que já tinha iniciado encontros nesse sentido, anteriormente autorizados por Marcello Caetano com o presidente do Senegal (país com quem a Guiné faz fronteira a Norte), Leopoldo Senghor, não concordou com a decisão do presidente do conselho de lhe cancelar essa via negocial para o conflito.

Quando, ao contrário do que esperava, Marcello lhe respondeu em conversa que os dois mantiveram que para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações [com as outras províncias, provocando um efeito dominó]<sup>3</sup>, Spínola ainda responde que as Forças Armadas não aceitariam a repetição do caso de Goa (em que Portugal sofreu uma derrota – em 1961). Caetano ficou a perceber que a rutura entre os dois estava consumada.

Uma vez já em definitivo em Portugal, no verão de 1973, no Luso, concluiu a versão final do livro. O contrato com a editora Arcádia foi assinado no mês de outubro, mas a publicação do livro ficou a aguardar por uma data mais oportuna. Temendo que

---

<sup>2</sup> MOURA, Paulo, 2012, *Otelo – O Revolucionário*, Alfragide, D. Quixote, pp. 187-188

<sup>3</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p.191

o Governo não autorizasse a publicação, os 50 mil exemplares do livro começaram a ser compostos em várias tipografias, havendo ainda um exemplar datilografado em França e preparado para ser editado.<sup>4</sup>

Após ter comunicado que não pretendia renovar a missão na Guiné, o Governo tratou de encontrar um lugar na metrópole para colocar o general. A solução encontrada foi a de vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), um cargo criado exclusivamente para a si e para o qual viria a ser empossado a 17 de janeiro de 1974.

A decisão de criar este cargo para o ex-comandante da Guiné seria criticada pelo Presidente da República (PR), Américo Thomaz, que lamentou não ter sido consultado pelo presidente do conselho sobre essa matéria. Segundo Thomaz, a criação do cargo de vice-CEMGFA foi apenas alvo de uma consulta por parte do ministro da Defesa, Silva Cunha.

Para o chefe do Estado, as necessidades não impunham nem sequer aconselhavam a criação do cargo destinado expressamente a uma pessoa. O conservador PR não gostava de ver no cume das FA dois oficiais gerais (o outro era Costa Gomes), que suspeitava serem “suscetíveis de causar dificuldades na orientação seguida em relação ao ultramar”.

Thomaz queixou-se ainda de “o bom conselheiro que, no dizer do chefe do Governo, o chefe do Estado constituía, não era escutado, precisamente quando mais o deveria ser.”<sup>5</sup>

As suspeitas do chefe do Estado manifestaram-se logo na tomada de posse de Spínola como vice-CEMGFA. Nesse dia, recorda o então ministro da Defesa, tomou conhecimento de que o general tinha um livro pronto para publicação. Silva Cunha reagiu afirmando que, nos termos do Estatuto dos Oficiais das Forças Armadas, um oficial no ativo não podia publicar quaisquer escritos sem autorização dos respetivos superiores hierárquicos.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, 2010, *Spínola (biografia)*, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp.214-215, 223

<sup>5</sup> THOMAZ, Américo, 1983, *Últimas décadas de Portugal*, Lisboa, Fernando Pereira editor, volume IV, pp. 331-332

<sup>6</sup> CUNHA, Silva, 1984, *Ainda o 25 de Abril*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, p. 98

Dias depois, Spínola é chamado por Marcello Caetano, a quem confirma que pretende publicar brevemente um livro da sua autoria, obra que tinha por objetivo essencial “consciencializar a opinião pública para a aceitação das teses ultramarinas que defendia”.

Caetano, dando seguimento à proposta de Silva Cunha, perguntou ao general se estava autorizado a publicar o livro, uma vez que os regulamentos militares em vigor o impediam de o fazer sem o prévio cumprimento dessa formalidade. Spínola terá respondido que desconhecia “tal disposição”, garantindo, porém, que iria solicitar a referida autorização ao seu “chefe imediato”, o general Costa Gomes.<sup>7</sup>

Perante o prestígio nacional e fora de portas que o general tinha alcançado durante a sua campanha na Guiné, Marcello não proíbe ou não consegue proibir a publicação. Segundo o seu filho, o episódio da autorização da publicação do livro “não é totalmente claro”, o presidente do conselho terá tido uma atitude de não conflitar com as Forças Armadas, porque não podia viver sem o apoio das FA e uma vez que entendia que a legitimidade do Estado Novo residia nas FA<sup>8</sup>.

Por outro lado, a responsabilidade da saída do livro estava oficialmente posta no CEMGFA, Costa Gomes, que emitirá um parecer favorável a 11 de fevereiro de 1974, acompanhado de um visto do ministro da Defesa Nacional, Joaquim da Silva Cunha.

Caetano justificou também mais tarde ser preferível a saída da obra ao escândalo do “livro proibido”, que estalaria dentro e fora do país, com o Governo a ser acusado de ocultar a opinião autorizada e patriótica de um chefe militar prestigioso<sup>9</sup>.

Segundo o parecer de Costa Gomes, o livro apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que [António Spínola] julga melhor para resolver o maior problema com que a nação se debate – a guerra no ultramar. Ainda de acordo com o documento, o general defende com muita lógica uma solução equilibrada situada mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a da

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, *op. cit.*, p.221

<sup>8</sup> Justificação para a autorização da saída do livro, segundo Miguel Caetano, filho de Marcello Caetano, quando o entrevistei em março de 2012.

<sup>9</sup> VERBO, Editorial, s/data, *Marcello Caetano, 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa/S.Paulo, Tipografia Guerra-Viseu, p. 37



independência, pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinado pelos comunistas e socialistas, e a da integração num todo homogêneo de todas aquelas parcelas preconizada pelos extremistas de direita. Costa Gomes concluiu: Não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexecutável. Nesse sentido, considerou que o livro estaria em condições de ser publicado.<sup>10</sup>

Sobre este parecer, o Presidente da República virá a escrever, também em memórias que, tratando-se de um livro muito mais político e económico do que militar, não deveria ter sido pedido parecer ao chefe do Estado Maior General das Forças Armadas nem basear nele a autorização de publicação.

Por sua vez, demonstrando o desconforto da situação, Silva Cunha acentuou no seu parecer de poucas linhas que não conhecia o texto e que o acordo que dava baseava-se apenas na opinião expressa do chefe do Estado-Maior General.

A versão de Silva Cunha viria a ser contrariada por Costa Gomes. Segundo o CEMGFA, foi precisamente o ministro da Defesa quem lhe entregou as fotocópias recebidas das mãos do diretor-geral da Segurança (DGS - nome dado à polícia política do regime e que no tempo de Salazar se chamava PIDE), major Silva Pais, com quem [Silva Cunha] se encontrava diariamente. Para Costa Gomes, só quem não conhecia o método de trabalho da DGS poderia imaginar que o livro, uma vez impresso, não fosse do imediato conhecimento de Silva Cunha. No mínimo, Silva Pais informaria o ministro do tema tratado no livro. Costa Gomes defende que o que se passou foi “que ele não quis foi assumir a responsabilidade da sua publicação”, remetendo essa mesma responsabilidade para o CEMGFA.<sup>11</sup>

A forma como o parecer de Costa Gomes está redigido não deixa dúvidas de que, à semelhança de Spínola, também entendia que era chegado o momento do Governo encontrar uma solução para a guerra. E a forma como o primeiro-ministro e o ministro da Defesa geriram o processo do perturbador livro é exemplificativo da

---

<sup>10</sup> Arquivo Marcello Caetano (AMC), parecer de Costa Gomes (CEMGFA), rubricado por Silva Cunha, ministro da Defesa Nacional, Caixa (Cx) 24, documento n.º 95, datado de 11 de fevereiro de 1974.

<sup>11</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, 1998, *Costa Gomes: O último marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 189

precariedade do equilíbrio entre estes dois protagonistas, bem como o distanciamento a que é votado Presidente da República.

Desde outubro de 1970 que Marcello conhecia o pensamento político de Spínola relativo ao futuro do país e ao problema da guerra. Nesse ano, Spínola desempenhava as funções de governador-geral e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné e, num documento intitulado «Algumas ideias sobre a estruturação política da nação», enviado ao presidente do conselho, referia que devido à existência de «problemas específicos e individualizados para cada província ultramarina e para a Metrópole, resultantes da heterogeneidade e da sua descontinuidade geográfica era impossível uma «solução unitária de caráter absoluto para o problema nacional». A «tese unitária» impedia o progresso do ultramar, ignorando «as realidades sociais, económicas e geográficas que conferem a cada território características específicas»<sup>12</sup>.

Antes de ler o livro *Portugal e o Futuro*, Marcello estaria convencido de que a obra defendia fundamentalmente a solução federativa para a questão ultramarina. E que o general Spínola, que tinha sido investido em novas funções há pouco mais de um mês (a 17 de janeiro de 1974) como vice-CEMGFA, em suposta colaboração com o Governo, saberia assumir as suas responsabilidades<sup>13</sup>.

Nesse sentido, quando percebeu que além da tese federalista, o general defendia no livro uma solução política para o conflito em África e no fundo a inutilidade da guerra – a grande novidade tornada pública –, numa posição frontalmente contra o Governo que defendia a manutenção da guerra, convocou de imediato, para o dia seguinte, 22 de fevereiro – uma sexta-feira, às 11:00 da manhã em sua casa (as manhãs, em geral, eram passadas a trabalhar em casa) os generais Costa Gomes e António Spínola.

A tese do general de uma nova política colonial, que não apontava para a necessidade de derrubar o Governo, afastar o presidente do conselho ou implantar um sistema democrático, era internamente conhecida, mas estava confinada às conversas ou a alguns escritos que circulavam apenas nas altas esferas da hierarquia militar. A sua saída para a rua, o êxito editorial do livro e a repercussão nacional e no estrangeiro

---

<sup>12</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, *op. cit.*, p. 151

<sup>13</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p.195

colocavam novos problemas ao regime habituado que estava a controlar a saída de opiniões para a praça pública.

Já um dia antes, a 21 de fevereiro, Spínola tinha entregado um exemplar ao chefe do Estado e dito a Américo Thomaz que a obra apenas pretendia constituir um contributo pessoal para resolução dos problemas que afetavam o país, entre os quais a guerra em África.

Uma justificação que não agradou ao Presidente da República para quem o problema ultramarino português só poderia ter uma de duas soluções: a que estava em curso há mais de uma década, ou seja, a busca da vitória militar, através da luta, que se vinha travando contra o terrorismo e não só, há 13 anos, em defesa da sagrada integridade da pátria, ou a entrega pura e simples dos territórios portugueses de Angola, da Guiné e de Moçambique, aos movimentos terroristas que os estavam atacando. Thomaz diz que Spínola ainda terá respondido que entre os dois extremos havia, de certo, várias soluções possíveis e, entre elas a sua, que admitiu poder não ser a melhor.<sup>14</sup>

No *Portugal e o Futuro*, Spínola afirma que o núcleo do principal problema nacional – a situação das colónias africanas - é o de saber se é viável uma solução militar na guerra (...); e, não o sendo, quais as consequências de se sustentar indefinidamente uma situação revelada inviável e quais os limites de capacidade para tanto.

Para Spínola, pode-se assim chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo [entre uma colónia e movimentos pela autodeterminação dos povos], a vitória exclusivamente militar é inviável. Às Forças Armadas apenas compete, pois, criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas suscetíveis de pôr termos ao conflito. (...) Pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capacidades para

---

<sup>14</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, pp. 345-346

prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição. Será esse o nosso caso?<sup>15</sup>

António Spínola continuava, no entanto, a acreditar na manutenção da presença portuguesa no Ultramar como condição para a sobrevivência de Portugal enquanto nação livre e independente. Sem os territórios africanos, o país ficará reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta (...). Havemos de continuar em África. Sim! Mas não pela força das armas (...) mas pela clara visão dos problemas no quadro de uma solução portuguesa.<sup>16</sup>

Para o general, o país não se devia intimidar perante posições de irredutibilidade, que forçam a uma opção direta entre duas impossibilidades quando pode haver outras vias de solução bem mais portuguesas. Reduzir a questão ultramarina a posições extremas, e apresentar ao país o dilema da eternização da guerra ou da traição ao passado, é atitude que não conduz ao futuro, defende Spínola.<sup>17</sup>

A solução implicava, segundo o autor, o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, um princípio que aponta para uma autonomia progressiva, em clima de crescente expressão das instituições africanas. Neste sentido, defende o recurso à consulta popular, um processo que só resultaria se fosse amplamente publicitado.<sup>18</sup>

Os dois generais compareceram então em casa de Marcello Caetano para uma conversa “das mais graves e desagradáveis” da sua vida embora Marcello se tenha escusado a reproduzir os seus termos exatos.

Para o presidente do conselho, o livro não poderia deixar de influenciar a disposição das Forças Armadas quanto à continuação da defesa do Ultramar, de pesar sobre a opinião pública no tocante aos rumos da política interna e de reduzir a já escassa margem de manobra do Governo português na sua política exterior.

---

<sup>15</sup> SPÍNOLA, António de, 1974, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 42-45

<sup>16</sup> SPÍNOLA, António de, *op. cit.*, p. 234

<sup>17</sup> SPÍNOLA, António de, *op. cit.*, p. 12

<sup>18</sup> SPÍNOLA, António de, *op. cit.*, p. 56

Sentindo-se desautorizado, entende que lhe é manifestamente impossível continuar a governar com um corpo de oficiais insubmissos e os chefes militares discordantes.

Contudo, entendia que não devia ser ele naquele momento a pedir a demissão uma vez que não tinha sido ele a publicar o que considerava ser um “manifesto”. Entendia que cada um devia assumir as suas responsabilidades. Para Caetano, o manifesto traduzia a intenção de um golpe de Estado e era necessário não deixar degradar a situação.

Segundo Marcelo, o Governo tinha ficado numa situação delicada uma vez que ficava aberto o divórcio entre ele e os mais altos representantes das FA. Nesse sentido, defendia que os generais deveriam reivindicar o poder junto do chefe do Estado.

Caetano relata que a proposta feita aos generais foi ouvida em silêncio. “Spínola reafirmou ser um militar disciplinado que não participava em conspirações nem dava golpes de Estado. Costa Gomes aconselhou Marcello Caetano a ter paciência, pois não haveria remédio senão continuar a fazer o sacrifício de estar no Governo. Mas Caetano insistia: as palavras eram muito amáveis, mas do que não restava dúvida era de não ter mais condições de prosseguir com autoridade na política até aí mantida.”<sup>19</sup>

Spínola justificou o *Portugal e o Futuro* em face do crescente agravamento da situação do país pelo que entendera ter chegado o momento de consciencializar a opinião pública em ordem à criação de condições humanas que permitissem ao Governo solucionar a crise nacional à luz realista das soluções possíveis, pelo que não via razão para que ele – Marcello Caetano – não continuasse à testa do Governo (...) ficando, portanto, fora de causa qualquer hipótese de conversações com o PR”.

Para o general, era “urgente contrabalançar as pressões da corrente ultradireita [que movia influências junto do Presidente da República] – defensora de uma solução monolítica – com o peso da vontade maioritária da nação, que se impunha esclarecer em ordem à abertura para soluções consentâneas com as realidades conjunturais.”

---

<sup>19</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, pp.196-197

Spínola afirmou que se impunha que o povo português, para além da opção direta entre duas impossibilidades, tomasse conhecimento de alternativas. A questão era apenas apresentada como institucionalização da guerra, a derrota militar ou a traição ao passado, uma atitude que não conduzia ao porvir a que legitimamente os portugueses aspiravam.<sup>20</sup>

Após a conversa, agastado, Marcello vai repousar uns dias (as férias do Carnaval) para o Buçaco.

Neste período (27 de fevereiro) recebe uma carta do empresário Jorge de Brito que lhe diz que a publicação de *Portugal e o Futuro* constitui “um grave problema” para ele e para todos.<sup>21</sup>

Num artigo destinado a sair no jornal “República” a 11 de março e que a censura impediu por completo a publicação, o opositorista do regime Mário Sottomayor Cardia referia que sendo Spínola basicamente um homem de ação e um cabo de guerra, o seu nome tornou-se, em condições que talvez um dia se esclareçam, o de um pensador político – o único pensador político original da direita portuguesa de há muitos anos a esta parte.

E vaticinava que o seu pensamento deve ser conhecido para melhor se compreender o sentido da sua ação, que tenderá provavelmente a revestir-se de importância ainda maior nos próximos meses.

Sottomayor Cardia aconselhava a urgência de uma leitura atenta do último livro do general, que na sua opinião era uma obra de grande importância no jogo das contradições internas do regime, embora exprima também a preocupação de algum modo mais geral, de defender o prestígio das FA. A política oficial sobre os territórios africanos constitucionalmente integrados na República Portuguesa constitui a questão de fundo, explicava.

Adivinhando a censura, referia que o condicionalismo vigente o impedia por esta via de responder aos argumentos e às propostas do general Spínola ou mesmo de proceder a uma análise do significado político da sua posição. Por idênticas razões

---

<sup>20</sup> SPÍNOLA, António de, 1978, *País sem rumo - Contributo para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE, pp.75-76

<sup>21</sup> AMC, Correspondência, Jorge de Brito, Cx 18, n.º1, datado de 27 de fevereiro de 1974

renuncia a qualquer juízo sobre a carreira política e militar do homem sobre a qual, considera, bastante haverá a dizer. Escreve-se, contudo, na expectativa de publicar uma interpretação rigorosa do conteúdo da obra, que facilite aos leitores a compreensão do que verdadeiramente está em causa. E contribua para dissipar boatos, neutralizar os efeitos de interpretações abusivas e sublinhar a ligeireza de alguns entusiasmos.<sup>22</sup>

O “Diário de Lisboa” anunciava a 23 de fevereiro o novo livro do general Spínola “*Portugal e o Futuro*” referindo que a obra fala numa solução federalista e de crescente autonomia dos territórios ultramarinos. Em “qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável” – escreve o jornal indicando que esta é uma conclusão indubitavelmente polémica a que o autor chega após uma análise fina e objetiva. Apenas resta uma via para a solução do conflito e essa é eminentemente política. Citando o livro, o jornal diz que a capacidade de mobilização [de tropas para a guerra] ronda os limites, encontrando-se os quadros permanentes das FA em crescente desequilíbrio.<sup>23</sup>

No dia 22 de fevereiro, o “República” publicava na primeira página uma parte essencial do livro: «em qualquer guerra deste tipo, a vitória militar é inviável», o atual vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas enuncia aquilo que, em sua opinião compete às mesmas Forças Armadas. Escreve: «às Forças Armadas apenas compete, pois, criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas suscetíveis de pôr termo ao conflito (...)».

No mesmo sentido, a edição do semanário Expresso do sábado seguinte, dia 23, publica largos excertos do livro, contribuindo para que se tornasse conhecido no país e nas colónias de África.

---

<sup>22</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Prova com cortes n.º 69 do jornal “República” de 11 de março de 1974

<sup>23</sup> Hemeroteca de Lisboa, Jornal “Diário de Lisboa”, n.º018378, Ano 53, de 23 de fevereiro de 1974, p.13

“O aspeto positivo do livro foi o de, finalmente, espoletar em Portugal o problema colonial,”<sup>24</sup> e contribuir para o acelerar da marcha do movimento dos capitães.

## **I.2 A obra e os capitães**

Por esses dias, a principal preocupação de Marcello Caetano e de Américo Thomaz eram os efeitos da publicação do livro nos jovens capitães, que estavam organizados num movimento contra a legislação sobre as carreiras militares, mas que com a publicação do *Portugal e o Futuro* passaram a ter uma ‘bandeira’ pela qual lutar contra o fim da guerra.

Enquanto Caetano se refugia no Buçaco, reúne-se em Lisboa, a 25 fevereiro, a direção do movimento dos capitães, intitulada Comissão Coordenadora Executiva (CCE), em casa de Otelo Saraiva de Carvalho.

Segundo recorda Otelo, estiveram presentes os delegados das principais unidades do Exército: delegados dos paraquedistas - Silva Pinto, Bação de Lemos e Avelar de Sousa-, os capitães de escolas práticas Rui Rodrigues da Escola Prática de Infantaria (EPI); Salgueiro Maia da Escola Prática de Cavalaria (EPC) e Heitor Alves da Escola Prática de Artilharia (EPA) e do Centro de Instrução de Operações Militares (CIOE) – Trigo. Presentes os capitães Balacó, e Seabra da Força Aérea, o major artilheiro Melo Antunes e um representante da Região Militar de Moçambique, capitão de artilharia Ruivo de Oliveira.

A comissão de redação apresentou três textos que procuravam definir politicamente o movimento e ficou decidido que os representantes das unidades deviam auscultar cada unidade, enviando a Vasco Lourenço as sugestões, em carta registada até 03 de março.

Os presentes deveriam recolher dos três documentos as ideias fundamentais e delas transmitir o essencial aos oficiais em serviço nas unidades, procurando auscultar

---

<sup>24</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, *op. cit.*, 191



críticas e opiniões. As cópias distribuídas não saíam da sala por uma questão de segurança.

Decidiram ainda realizar uma reunião alargada (a que designaram mini plenário) com um mínimo de um delegado por cada unidade, o qual assinaria o documento imediatamente após a leitura, referindo, para controlo, quantos representava e quantos vinculava ao conteúdo do manifesto.

“Movia-nos a pressa!”, lembra Otelo que também demonstra estar de certa forma apreensivo com as implicações do livro de Spínola na opinião pública nacional e internacional e sobretudo com aquilo a que chamou a “inversão de valores”. Ou seja, “ninguém mais tarde deixaria de considerar ter sido Spínola o verdadeiro cérebro e mentor do movimento, e a sua obra (...) o farol que alumiará os jovens oficiais e os guiará a bom porto quando, o que realmente acontecia era precisamente o contrário: o movimento caminhava seguro e firme, sem precisar e sem recorrer ao conselho do general em qualquer definição do seu ideário. E era Spínola, de facto, quem necessitava da força e impulso do movimento para vir a alcançar, no futuro próximo, aquilo por que ansiava”.

O miniplenário foi agendado para 05 de março, considerando que a Comissão da Força Aérea e a comissão de redação teriam tempo suficiente para elaborarem, respetivamente, o seu próprio documento e o documento final do Exército. As representações da Força Aérea e da Armada compareceriam à reunião de 05 de março.

Quando se soubesse, concretamente, qual a verdadeira força do movimento – qual a política e quantos (número de assinaturas) aderentes - duas hipóteses havia a considerar: ou apresentariam ao Governo as suas exigências ou as apresentariam a um chefe, que viesse ao encontro dos seus objetivos e que aceitasse dirigir o movimento.

Otelo nota a falta de confiança de alguns dos presentes na força do movimento, necessitando de alguém “que percebesse a sério lá dessas coisas da política”.

Nesta reunião o capitão Ruivo de Oliveira declarou a sua total e absoluta solidariedade dos que estão em serviço em Moçambique para com os da metrópole.

Decide-se que o movimento reagiria a qualquer represália exercida sobre os seus elementos. Como medida de precaução cada elemento da Comissão Coordenadora Executiva escolheu um substituto para ocupar a sua vaga caso houvesse detenções.

Nesta fase, decidem solicitar um encontro da direção com representantes dos oficiais oriundos do Quadro de Complemento por forma a esclarecer os objetivos do movimento e tentar reunir esforços.

A organização do movimento será alargada com a criação de comissões regionais (agrupando elementos em serviço em unidades próximas cabendo aos elementos destas comissões a missão de, pelo menos um, se deslocar às reuniões da CCE em Lisboa) que estarão representadas nas reuniões da comissão coordenadora a fim de tomar contacto com os assuntos ali discutidos, funcionando inclusivamente em caso de eliminação total da CCE devido à repressão do poder.<sup>25</sup>

Nada distante do que se ia passando no movimento, António Spínola foi recebendo no seu gabinete de vice-CEMGFA, no Palácio da Cova da Moura, elementos do movimento dos capitães.

Uma delegação de quatro capitães – Alberto Ferreira, Andrade Moura, Pais de Faria e Armando Ramos - oficiais oriundos de milicianos entregaram-lhe um documento subscrito por duas centenas de oficiais. Spínola sugeriu-lhes (...) que se reunissem com a comissão representativa dos capitães oriundos de cadetes, a fim de estudarem em conjunto uma proposta que satisfizesse as duas partes, a qual lhe deveria ser entregue para constituir uma base de trabalho. Nesta reunião assistiu ainda o ajudante de campo de Spínola, capitão António Ramos.

No documento entregue a Spínola podia ler-se que “estes combatentes, com várias comissões de serviço e, na generalidade, condecorados por feitos praticados em campanha (...) vinham apelar para o já lendário espírito de justiça e solidariedade de combatente” de Spínola para interceder junto do Governo “a favor de uma solução justa” para o grande problema das “antiguidades” que afligia estes oficiais.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> CARVALHO, Otelio Saraiva de, 1984, *Alvorada em Abril*, ed. Ulmeiro, Lisboa, pp. 219-222

<sup>26</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, *op. cit.*, pp 244-245

O problema das antiguidades remontava aos decretos 353/73 e 499/73. O primeiro decreto, da autoria do ministro do Exército e Defesa, Sá Viana Rebelo, previa que os oficiais do Quadro Especial pudessem passar ao Quadro Permanente das armas de Artilharia, Infantaria e Cavalaria, mediante a frequência de um curso de um ano, enquanto o curso na Academia Militar durava quatro anos. O objetivo do Governo era combater a escassez de meios humanos, facilitando o acesso ao Quadro Permanente.

Com a sua entrada em vigor, os oficiais oriundos de milicianos iriam ultrapassar na carreira os oriundos de cadetes, do Quadro Permanente, que consideravam uma injustiça. O segundo decreto tentou remediar, mas apenas o fazia no caso dos oficiais superiores. Os capitães e subalternos continuavam a achar-se prejudicados. Este sentimento foi claramente expresso em Bissau a 28 de agosto de 1973 quando 47 capitães assinaram uma carta dirigida ao Presidente da República, presidente do conselho, ministro dos Negócios Estrangeiros e Exército, Educação e secretário de Estado Exército.

“Os capitães do QP, em serviço na província da Guiné, tendo conhecimento do teor do Decreto-Lei 353/73 e da sua posterior alteração, vêm dar conhecimento da sua profunda mágoa e estranheza por verificarem que a nova redação dos artigos 3.º e 6.º do mesmo Decreto-Lei em quase nada atenua as reconhecidas deficiências de que enfermava a sua primeira forma”. Os oficiais, ex-cadetes da então escola do Exército e atual Academia Militar, diziam-se “feridos no seu prestígio, na sua dignidade, no seu brio profissional e ecletismo intelectual ao tomarem conhecimento que o curso da Academia Militar que frequentaram durante quatro anos pode ser substituído por um curso intensivo de dois semestres”. Para estes homens estava em causa uma “flagrante inversão de valores”. E quanto às revogações dos artigos 3.º e 6.º consideram que as alterações introduzidas apenas retificam situações que afetavam oficiais superiores, não tendo sido levada em linha de conta a posição dos do QP que tem sido e é quem tem suportado em maior grau a dureza das campanhas de África e a instrução das tropas na metrópole”.

A 14 de setembro chegava ao ministro do Ultramar um telegrama do governador-geral de Angola vindo de Luanda em que o general Luz Cunha refere “a sua grande preocupação” com o que chamou de uma “profunda cisão criada entre oficiais

QP e de complemento em consequência das condições de admissão milicianos na Academia Militar e a sua integração na carreira militar de QP.

O governador alertava para a existência de uma exploração política de fora dos meios militares e a circulação de panfletos que chegaram de Lisboa.<sup>27</sup>

Em dezembro, o Governo publicou vários decretos que na prática revogavam os decretos-lei 353/73 e 409/73, demonstrando um sinal de fraqueza e ao mesmo tempo tentava desmobilizar o movimento, no que não foi bem sucedido.

Ainda em janeiro de 1974, Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço foram recebidos por Spínola a quem relataram a situação em Moçambique, nomeadamente uma manifestação na Beira de europeus contra as Forças Armadas que acusavam de ser os responsáveis pelo prolongamento da guerra, criticando a presença de um grande número de oficiais naquela cidade, os quais, segundo a opinião dos manifestantes deviam estar no mato a combater. Alguns mais exaltados chegaram a alvejar o edifício onde se encontrava instalada a messe dos oficiais do Exército.

Segundo admitiu mais tarde Spínola, “perante a incapacidade do Governo em solucionar a gravíssima crise político-militar (...), o ainda incipiente movimento dos capitães era irreversível, pois baseava-se em razões indiscutivelmente válidas, havendo, portanto, que orientá-lo no sentido de o transformar em força útil junto dos chefes militares responsáveis, forçando estes a uma tomada de posição. No mesmo sentido, vinha desenvolvendo uma ação pessoal junto dos altos comandos e de outros oficiais gerais em evidência”, acrescentou Spínola.

O vice-CEMGFA pretendia assim integrar o movimento dos capitães numa “estratégia global” que viabilizasse uma saída “digna” para o problema ultramarino. E acrescentava que dessa forma se abria caminho para a institucionalização de um estado democrático alinhado pelos países da Europa livre.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Arquivo da Defesa Nacional (ADN), Fundo 3 (F3) – fundo do gabinete do CEMGFA, Série (SR) 4 – Forças Armadas, Caixa n.º 4

<sup>28</sup> SPÍNOLA, António, 1978, *op. cit.*, pp. 91-93

Apesar de receber oficialmente os elementos do movimento, Spínola informa Marcello Caetano (a 7 de março) que lhes fala em “clara linguagem da disciplina” considerando que “sem disciplina não há Exército”.<sup>29</sup>

Mas à crítica que faz ao Governo, de ser incapaz de resolver a crise político-militar, responderá o então ministro da Defesa, alguns anos após os acontecimentos.

Silva Cunha atira que Spínola atraíu a confiança dos que o tinham nomeado para o alto cargo que desempenhava, e que aceitara voluntariamente, violando os deveres mais elementares da ética militar e da simples moral comum, que lhe impunham que avisasse lealmente os seus superiores do que se passava e usasse do prestígio e autoridade para restabelecer a disciplina. Ao contrário, resolveu agir contra a política de Defesa e começou a conspirar contra o Governo que o havia nomeado.<sup>30</sup>

Numa guerra de palavras, e citando o próprio Spínola quando revela que “o ministro da Defesa e o general Costa Gomes, o primeiro através de fontes próprias de informação, se encontravam ao corrente da atividade do movimento ... (País sem Rumo, p. 93)”, Silva Cunha contrapõe que é significativo que o general acentue que o seu conhecimento seria «através de fontes próprias de informação» e não por seu intermédio. Esclarece Silva Cunha que só muito escassamente tais fontes o informaram, pois tinham dificuldades enormes para conseguir acompanhar o que se passava nos meios militares. Apesar disso, sempre que alguma informação lhe chegava não deixava de pedir a atenção dos generais Spínola e Costa Gomes que, sistematicamente, diziam não haver motivo para preocupações pois estavam em posição de garantir a normalidade da situação.

“Não me lembro de alguma vez o general Spínola, a propósito do movimento dos capitães, me ter falado no perigo de uma insurreição armada. Lembro-me sim de falarmos por minha iniciativa na chamada conspiração dos generais. Lembro-me do general Spínola por várias vezes com muita insistência, me ter falado na conveniência de substituir o diretor geral de Segurança, major Silva Pais, sugerindo o nome de vários oficiais que, invariavelmente, eram sempre da sua confiança...”

---

<sup>29</sup> AMC, relato manuscrito não assinado da conversa entre Marcello Caetano e António Spínola, datado de 7 de março de 1974, Relatórios, Cx 12, n.º10

<sup>30</sup> CUNHA, Silva, *op. cit.*, pp. 80-81

Marcello regressa a 26 de fevereiro do Buçaco e na sua correspondência tem uma carta de Vitor Manuel de Aguiar e Silva, deputado à Assembleia Nacional que escreve a partir de Coimbra uma premonitória missiva datilografada.

O deputado, que acaba de ler o livro de Spínola, diz que não tem quaisquer dúvidas sobre as consequências profundas, e imprevisíveis, que ele vai ter sobre a vida política nacional.<sup>31</sup>

O deputado prevê que será na Assembleia Nacional o local onde mais avultará a agitação da vida política, embora já sem a ‘ala liberal’, e considera que a situação política se deteriorou nos últimos meses.

Relembra que na última campanha eleitoral defendeu um desenvolvimento político que implicaria uma liberalização dentro do regime e não contra o regime e que “as crises como as que se vivem há cerca de 13 anos, pelo seu próprio arrastamento, se convertem em elementos geradores de um bloqueamento ideológico e político”.

Na visão de Vitor Silva, a crise acabará por conduzir o futuro do país a “duas pseudo-soluções: a ditadura militar e a violência revolucionária”.

Sensivelmente uma semana após terem tomado conhecimento do conteúdo do livro de Spínola, primeiro-ministro e Presidente da República encontram-se.

A 28 fevereiro, o chefe do Estado recebe Marcello Caetano numa audiência, que dura uma hora e meia. Thomaz mostra as suas preocupações com a difusão “inconveniente” do livro, mas vai mais longe, o que lhe interessa agora são as suas principais repercussões e as suas perigosas consequências, dado o clima que se tinha deixado criar e agravar.<sup>32</sup>

O Presidente lamenta “a ambição e o pouco senso do autor” referindo “as fraquezas com que o caso tinha sido encarado” e “tinha a impressão” de que os ministros da Defesa e do Interior não se encontravam devidamente alertados para o avolumar dos perigos. Para Thomaz, o livro constituía uma “má e perigosa bandeira”,

---

<sup>31</sup> AMC, Carta datilografada de Vitor Manuel de Aguiar e Silva, deputado à Assembleia Nacional, datada de 24 de fevereiro de 1974, Cx 54, n.º6

<sup>32</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, p. 348

não pelo seu valor real, mas porque se tratava de uma oportunidade oferecida aos que no seu entender atacavam o Governo e o regime do país.

Já Marcello relatará esta audiência afirmando que deu conta ao PR da entrevista que tivera com os dois generais e do conselho que lhes dera (de reclamarem o poder junto da Presidência).

A publicação do livro, vinda de onde viera, era grave em si, mas ainda se tornava mais grave pela ocasião em que ocorria, a dar uma doutrina e a emprestar uma bandeira ao chamado ‘movimento dos capitães’ com o qual repetidamente o general afirmara que não se identificava, dizia Caetano.

Marcello aproveita ainda para lançar ao PR que “sabia que os jovens oficiais estavam dispostos a solidarizar-se com os dois generais se alguma sanção lhes fosse aplicada”. O presidente do conselho mostrava a Thomaz que pressentia que os setores mais conservadores do regime já haviam reclamado junto do chefe do Estado a demissão dos dois generais. As pressões sobre Thomaz vieram de Kaúlza de Arriaga que escreve uma carta dramática ao PR, expondo-lhe as suas apreensões; do embaixador Franco Nogueira, do engenheiro Duarte Amaral e do almirante Henrique Tenreiro, que, em sucessivas audiências, não escondem também “a enormidade dos perigos”.<sup>33</sup> Uma situação “delicadíssima”, considera também Caetano que sugere ao Presidente que aceite a exoneração do Executivo, para procurar formar outro Governo “com maior liberdade de movimentos e que esconjurasse o perigo iminente”.

Apesar de Thomaz nunca referir esta parte da audiência nas suas memórias, Caetano diz que o PR lhe respondeu que a exoneração não fazia sentido porque ia lançar o país no desconhecido. Marcello, legalista, interpretou que só lhe restava procurar “pelos meios constitucionais obter a expressão da vontade da Nação”.<sup>34</sup> O mesmo é dizer, numa fuga para a frente, procurar a sobrevivência do regime perante a opinião pública, recorrendo à Assembleia Nacional.

---

<sup>33</sup> MÚRIAS, Manuel Maria, 1998, *De Salazar a Costa Gomes*, Lisboa, Nova Arrancada, p. 284

<sup>34</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 198

## **CAPÍTULO II: Diplomacia falha aquisição de armas aos EUA**

Enquanto prepara a “encenação” segundo a qual quer demonstrar ao país que a governação está firme, também na frente externa, no final de fevereiro, o insucesso definia os esforços diplomáticos de Portugal junto dos Estados Unidos da América (EUA) para obter armamento para a guerra que se travava nas colónias.

O movimento anticolonialista continuava a deixar pouco espaço de manobra a Portugal na condução da sua política externa<sup>35</sup> e as esperanças que Portugal chegou a ter de obtenção de armamento por contrapartida da utilização (em outubro de 1973) americana da base das Lages (Açores) como ponte aérea durante o conflito no Médio Oriente tinham caído por terra.

O ataque da Síria e do Egipto a Israel, com apoio logístico e técnico da União Soviética deixara os israelitas numa situação dramática. Nessas condições, foi considerado indispensável pelos peritos militares de Washington e de Jerusalém melhorar o grau de sofisticação do arsenal militar de Israel. Como o fator tempo era vital, só o recurso ao uso intensivo da base das Lages para reabastecimento de aeronaves permitiria salvar as forças militares israelitas de grandes dificuldades, já que todas as situadas no percurso para Israel se fecharam ao uso americano.<sup>36</sup>

Ao ceder a base das Lages, anuindo a um pedido de facilidades de caráter excepcional dos americanos, Portugal tinha ficado a perder na sua colaboração com os americanos na ponte aérea para Israel. Os prejuízos tinham sido a nacionalização pelo Governo de Bagdad das ações da Fundação Calouste Gulbenkian, de que resultou uma perda de ¾ dos seus rendimentos provenientes do petróleo; o corte das relações diplomáticas do Líbano e o embargo de produtos petrolíferos. E apesar desses prejuízos, Portugal não tinha conseguido furar o embargo de armas.

Desde o início do mês (08 de fevereiro de 1974) que Marcello Caetano fora informado (através de informações veiculadas pelo adjunto do Secretário de Estado

---

<sup>35</sup> THEMIDO, João Hall, 1995, *Dez anos em Washington, 1971-1981*, Lisboa, Dom Quixote, p. 38

<sup>36</sup> THEMIDO, João Hall, *op. cit.*, p. 100



norte-americano, Kenneth Rush) que não seria possível receber armamento através dos Estados Unidos, o que contribuiu para fragilizar a situação interna do Governo perante os comandos e as suas tropas ao ser incapaz de responder aos frequentes pedidos provenientes dos três teatros de operações.

Os americanos condicionavam o pedido português de cedência de aviões e de mísseis para barcos a uma consulta ao Congresso e o embaixador português em Washington, João Hall Themido (entre 1971-1981), demonstrava o seu desapontamento com o culminar das negociações, concluindo que “a resposta é totalmente negativa para Portugal”.<sup>37</sup>

Sem a garantia de concordância do Congresso, assim que a consulta fosse feita o assunto chegaria ao conhecimento da imprensa que suscitaria uma campanha e impediria o fornecimento de mísseis. Rush admitia assim a impossibilidade de ser mantido o segredo. Relativamente à hipótese da utilização de outro país como forma de evitar estas dificuldades, a conclusão foi a de que não se evitariam dificuldades ao Congresso.

A embaixada portuguesa em Washington afirmava que o pedido de concordância de uma consulta a elementos do Congresso constituiria uma “mera atitude dilatória: resta-nos planear friamente a nossa ação”.

Desde outubro de 1973 que os americanos tinham declarado através do embaixador Porter, subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos, pretender continuar a beneficiar do uso da base das Lages e desejavam efetuar a renovação simples do acordo, destinado o seu uso continuado. Em resposta, o embaixador português expôs que Portugal pretendia encetar novas negociações tendo em vista a obtenção de compensações.<sup>38</sup>

Em novembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) envia para Washington um quadro de compensações para a renovação do acordo dos Açores. A primeira e “fundamental prioridade consistia no fornecimento de mísseis para acorrer a necessidades prementes da defesa”. Trata-se de material defensivo e não abrangido

---

<sup>37</sup> AMC, Negociações com os Estados Unidos da América sobre os Açores -1973-1974, Cx 12, n.º51

<sup>38</sup> AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores - 1973-1974, Cx 12, n.º1

nos embargos, afiançavam os documentos secretos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em resposta, é transmitido apenas que a base dos Açores, além de escala para uma eventual ponte aérea, constitui um elemento insubstituível na luta anti-submarina. Os submarinos russos dispõem de mísseis que podem atingir os Estados Unidos a grandes distâncias e a observação dos seus movimentos parece ser assegurada dos Açores, invocam.

Apesar da importância da base, Portugal é obrigado a reconhecer: “infelizmente não se verificou uma modificação na política dos Estados Unidos em relação aos nossos problemas”. Os EU aplicam por decisão do seu Executivo o embargo a toda a espécie de armamento.

As negociações são “muito difíceis”, os Estados Unidos estão decididos a não afrontar os africanos nem a suscitar as críticas da imprensa por parte de elementos pacifistas. Mesmo assim, em finais do mês, a 23 de novembro, Portugal insiste em conversas diplomáticas em Washington, através de João Themido, para a obtenção de mísseis “considerados vitais para o Governo português” e chega a pressionar no sentido de que é essa a condição para a renovação do acordo dos Açores. Alega ainda que “a Rússia estava equipar a Guiné”.

Finalmente, consegue agendar um encontro com o chefe da diplomacia norte-americana, Henry Kissinger. A 27 de novembro a embaixada em Washington relata ao Governo a conversa com o alto responsável americano. Portugal tinha dramatizado a questão, alegando que a colaboração com os EUA estava a colocar graves problemas, além do embargo do petróleo e da ameaça de sanções económicas, saíam notícias no sentido de que os africanos queriam explorar a situação contra Portugal. Também nas Nações Unidas se sucediam as declarações em que eram criticadas as facilidades concedidas aos EU nos Açores. Foram ainda relatados os problemas que se estavam a viver na Guiné salientando-se ‘o caráter injusto da política de embargo dos EU em relação a Portugal, que contribuía para criar um perigoso desequilíbrio militar e podia acarretar as mais graves consequências para Portugal.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores - 1973-1974, Cx 12, n.º13

Poucos dias após o encontro com Kissinger, a 07 de dezembro, as informações dão conta de uma situação à beira da rutura na Guiné. O MNE informa a delegação portuguesa da NATO em Bruxelas nestes termos: “estão em Conakry ao serviço do PAIGC – 12 aviões guerra, 12 helicópteros de origem soviética, chinesa, inglesa, alemã e bombas destinadas a serem lançadas em Bissau, em especial em Sacor e no Palácio de Governo”.

E acrescenta: “Bombardeamentos em Bissau estão previstos para 20/1/1974 cerca da meia-noite. Em simultâneo poderão decorrer ações contra outras localidades. Encontram-se ainda em Conakry oito pilotos russos, alemães, chineses e ingleses a fim de ministrar em instrução de pilotagem a elementos do PAIGC.”<sup>40</sup>

Na resposta, é exposto na correspondência diplomática que o ministro, não especifica qual, manda transmitir com caráter de muito urgente e secretíssimo que no dia 09 de dezembro manteve um encontro com Kissinger.

O governante informa que acentuou o pedido de material defensivo, que correspondia a uma necessidade premente para defesa dos territórios em África sobre os quais impendem ameaças que podem ter consequências imprevisíveis.

Informa que colocou a questão em termos de “problema vital de sobrevivência para Portugal” e reiterou os receios da escalada militar e necessidade imperiosa de defender pontos vitais.

Perante a insistência, o secretário de Estado apenas mostrou compreender a necessidade de mísseis, afirmando que já estavam a agir no sentido dos fornecimentos serem feitos por “devious ways” (por outra via), mas foi perentório quanto aos fornecimentos serem feitos diretamente pelos Estados Unidos dada a oposição do Congresso.

Portugal, em desespero, aceita qualquer resposta não se opondo por isso a obter material através de Israel. Nesse sentido, o nosso embaixador em Washington deveria avistar-se dia 10 com o seu homólogo israelita.<sup>41</sup> No arquivo de Marcello

---

<sup>40</sup>AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores - 1973-1974, Cx 12, n.º22

<sup>41</sup>AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores - 1973-1974, Cx 12, n.º 23

Caetano não existem documentos a comprovar a reunião entre os diplomatas de Portugal e de Israel.

O secretário-geral do MNE, José Calvet de Magalhães, também relata que a 09 de dezembro, o secretário de Estado Henry Kissinger e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, tiveram um encontro em Bruxelas, por ocasião da reunião ministerial da NATO. Perante a insistência do ministro português no sentido de obter o fornecimento de mísseis para as forças armadas portuguesas, o secretário de Estado americano declarou que seria necessário encontrar um «devious way» para o conseguir, e que estava procurando uma fórmula apropriada, pois o Congresso americano nunca permitiria um fornecimento de armas a Portugal. Assegurou ao ministro português que iria fazer tudo o que podia «ainda que tivesse de abater alguns colegas do State Department».

Em 17 de dezembro Kissinger passou em Lisboa, num gesto de cortesia a que se sentia obrigado para com o Governo português. Jantou nas Necessidades e após a refeição teve um encontro restrito com o colega português a quem reiterou as afirmações que fizera em Bruxelas, sugerindo, no entanto, que seria de tentar um contacto direto com as autoridades israelitas que poderiam fornecer os mísseis que desejávamos obter. Disse que facilitaria esse contacto e, com efeito, o embaixador israelita em Washington encontrou-se com o embaixador português Hall Themido. Deste contacto, todavia, nada de positivo resultou. Era evidente que Israel não estava disposto a fazer qualquer fornecimento direto a Portugal.

Kissinger remeteu-se então ao silêncio e, dado o carácter altamente secreto desta questão – acentuado pelo secretário de Estado americano quando esteve em Lisboa – não foram praticadas quaisquer outras diligências pela parte portuguesa.<sup>42</sup>

Contudo, o embaixador português em Washington esclareceu, anos mais tarde, que esta ideia foi-lhe apresentada pelo Departamento de Estado norte-americano tendo compreendido que se pretendia que Israel entregasse a Portugal mísseis de fabrico soviético capturados no conflito do Médio Oriente.

---

<sup>42</sup> [http://www.ieei.pt/files/25\\_Abril\\_Jose\\_Calvet\\_de\\_Magalhaes.pdf](http://www.ieei.pt/files/25_Abril_Jose_Calvet_de_Magalhaes.pdf)

Themido recordou que as dificuldades começaram logo na tentativa de marcar a entrevista com o homólogo israelita e a resposta “não foi imediata”. Quando estabeleceu contacto com Simcha Dinitz este foi “evasivo”, concluindo o embaixador português que “afinal, Israel não dispunha de mísseis soviéticos e os de origem americana só poderiam ser fornecidos com autorização de Washington; mas seria possível a Portugal adquirir armamento produzido por Israel, caso o mesmo fosse considerado útil. Era a confusão. Teria havido precipitação do lado americano ou recuo israelita.”<sup>43</sup>

As informações sobre este processo só voltam a surgir no arquivo do presidente do conselho com data de 16 de janeiro. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, escreve nessa data para a embaixada de Portugal em Washington informando que recebera dois dias antes o embaixador norte-americano em Lisboa, Nash Scott, e que tentou extremar a posição portuguesa.

“Os laços entre os dois países eram apenas de um lado”: de Portugal para os Estados Unidos. Rui Patrício lembrou a apoio dado à América no conflito com o Médio Oriente e que as consequências desse apoio tinham sido mais graves para Portugal. Aludia ao facto de terem já passado três semanas da visita de Kissinger a Lisboa e ainda não existir resposta aos pedidos formulados de ajuda de armamento para a guerra em África. Nesse sentido, disse que via com pessimismo a renovação do acordo da utilização norte-americana da base das Lages, nos Açores. Relatou ainda que Scott lhe reiterou que os pedidos estavam a ser estudados.

Portugal ainda tentou utilizar o argumento de que a opinião pública nacional estava cada vez mais contra a sua utilização da base por americanos.<sup>44</sup>

Seis dias depois (a 22 janeiro, exatamente um mês antes da saída do livro *Portugal e o Futuro*), chegou uma resposta, a pior para o Governo português. Themido demonstra estar pessimista e diz “que não compreende o otimismo dos círculos militares”, o que prova que estes círculos, que não nomeia, eram mantidos à margem destas já longas negociações. O mais prudente, sugere, é o Governo preparar-se “para

---

<sup>43</sup> THEMIDO, João Hall, *op. cit.*, p.145

<sup>44</sup> AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores - 1973-1974. Cx 12, n.º 34

a resposta insatisfatória”: “na defesa do Ultramar não podemos contar com o apoio dos Estados Unidos, além das declarações e votos sem interesse prático”.<sup>45</sup>

Também o ministro da Defesa Nacional, Joaquim da Silva Cunha, reconhece nas suas memórias que as negociações com os EUA não tiveram qualquer resultado útil.

O ministro justificava o fracasso na obtenção de material com a campanha internacional movida contra os países colonialistas. “Os países amigos retraíram-se, evitando comprometer-se publicamente. Sobre esta matéria a consequência mais grave era a dificuldade crescente em adquirir o material necessário para o equipamento das tropas que combatiam no ultramar. Em contraste, o inimigo recebia sem restrições material abundante e moderno.

Silva Cunha reconhece que esta situação afetava o moral das tropas, abalado já pelo esforço exigido aos quadros permanentes, cuja renovação era cada vez mais difícil, pois todos os anos diminuía o número de candidatos à Academia Militar. O mesmo sucedia na classe dos sargentos. A quase totalidade dos quadros desta classe, na dos oficiais subalternos e na dos capitães era constituída por elementos dos quadros de complemento. A intensa propaganda comunista nas escolas de onde saíam estes elementos fez com que muitos deles fossem para as fileiras ‘inquinados’ pela dúvida quanto à legitimidade da continuação no ultramar. Ao cansaço de que os quadros permanentes haviam começado a dar provas sobrepôs-se um ambiente de descrença que se foi lentamente alargando mesmo aos militares de carreira, incluindo alguns colocados nos mais altos postos da hierarquia, reconheceu Silva Cunha.<sup>46</sup>

Para o ministro, o material de defesa antiaérea que se tornava necessário adquirir era constituído por mísseis terra-ar de dois tipos: armas coletivas do tipo Hawk, usado pelos EUA e as armas individuais do tipo Strella, de fabrico russo, que fora usado no Vietname e que o PAIGC já possuía na Guiné. Havia armas deste género fabricadas nos EUA – os Red Eyes.

---

<sup>45</sup> AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores - 1973-1974, Cx 12, n.º38

<sup>46</sup> CUNHA, Silva, 1977, *O ultramar, a nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, p. 291

Quanto à força aérea, eram necessários aviões convencionais de transporte, de reconhecimento e de ataque ao solo, helicópteros e caça bombardeiros a jacto, equipados para ataque ao solo e ao combate aéreo.

Para o combate terrestre, as armas cuja aquisição era mais urgente eram morteiros de 120 e de 81, artilharia e as respectivas munições. A questão era onde comprar o material. As negociações com os americanos não tinham resultado.

Apesar de não constar da documentação diplomática do presidente do conselho, o ministro da Defesa alude a que outra hipótese, porém, surgiu quanto à aquisição de armas. O que o então ministro escreve parece surgir como uma justificação relativamente ao fracasso com os EUA.

A França fabricava os mísseis Crotale e estava disposta a vendê-las a Portugal. O ministro refere que se encetam diligências sob orientação direta do CEMGFA e adianta que o contrato foi fechado, embora sem indicar quando, com uma empresa produtora para a compra de dois pelotões, estando prevista a entrega do primeiro para maio de 1974 e a do segundo 18 meses depois.

Relativamente aos mísseis Crotale, Costa Gomes confirmava no final de 1973, a 28 de dezembro, que continuavam as diligências para aquisição destes mísseis dando nota de que havia necessidade de deslocar a Paris para uma reunião de trabalho na empresa Thomson CSF, dois oficiais das Forças Armadas.<sup>47</sup> Sobre esta reunião não foi encontrado qualquer documento.

Silva Cunha considera que foi mais difícil resolver o problema dos mísseis individuais, mas adianta que também esse foi conseguido. Em março de 1974 iniciaram-se as negociações para a aquisição de um lote de 500 Red Eyes a ser fornecido por uma empresa europeia. Chegou-se a assinar cartas e a abrir os créditos necessários.

Também se conseguiu resolver o problema do material de combate terrestre. As aquisições far-se-iam em Israel, que possuía uma importante indústria de armamento.

---

<sup>47</sup> ADN, F3, SR4, Cx 8, n.º39, datado de 28 de dezembro de 1973

Os contratos foram assinados, pagou-se conforme fora convencionado, 30 por cento do valor das primeiras encomendas. A entrega estava prevista para maio e continuaria até ao fim de 1974.

Restava o problema do apetrechamento da força aérea. Silva Cunha escreve que problema foi relativamente fácil de resolver e que foram encomendados à Espanha.<sup>48</sup>

Informações do gabinete do secretário de Estado da Aeronáutica, Tello Polleri, datadas de 04 de março, dão conta de um negócio da compra por Portugal de 28 aviões C-212 - Aviocar com a especificação adequada à Força Aérea Portuguesa. Segundo o documento, estava previsto que o contrato fosse assinado até 30 maio de 1974.<sup>49</sup>

“Espanha vende aviões a Portugal”, era o título do jornal “Informaciones Económicas” na sua edição de 23 de fevereiro de 1974. Numa notícia na última página e ilustrada com desenhos dos aviões, o jornal contava que a operação de venda dos aviões espanhóis a Portugal era uma operação que ascendia a dois milhões de pesetas (um milhão de contos).

De acordo com a notícia, a venda das 28 unidades de C-212 – Aviocar abria o caminho da indústria espanhola aos mercados exteriores e as entregas estavam previstas para o próximo verão e terminariam em 1975, esperando-se uma colaboração industrial entre os dois países.

A notícia informava ainda que estes aviões podem utilizar-se em múltiplos serviços civis e militares<sup>50</sup>.

De Espanha tinham também chegado, no final de janeiro, 10.000 minas anticarro C3A, um pedido de ajuda feito com urgência por Costa Gomes ao seu homólogo espanhol.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> CUNHA, Silva, *op. cit.*, pp. 317- 318

<sup>49</sup> ADN, Fundo 1 – fundo do gabinete do ministro da Defesa Nacional, SR7, Cx 35, n.º51

<sup>50</sup> ADN, F1, SR7, Cx 35, n.º51, in jornal “Informaciones Económicas”, número 281, de 23 de fevereiro de 1974, p. 8

<sup>51</sup> ADN, F3, SR30 – Correspondência expedida, Cx 66, n.º8



Apesar dos progressos relatados pelo ministro da Defesa, Portugal não conseguiu, em tempo útil, encontrar o armamento que pretendia para a guerra em África. As negociações relatadas por Silva Cunha não se traduziram em aquisições que tivessem chegado antes do 25 de Abril de 1974.

Do mesmo modo, e sem precisar datas, João Hall Themido relatou que após as conversas com os israelitas se terem revelado infrutíferas, soube através do MNE da possibilidade de serem fornecidos a Portugal mísseis Red Eye de fabrico americano e provenientes de Israel. Esses mísseis seriam substituídos pelo Governo americano de forma a que Israel mantivesse intacto o seu stock. Estas negociações mereceram tratamento secreto, sem recurso a comunicações cifradas ou telefone.

“Quando chegou o 25 de Abril, os mísseis encontravam-se devidamente acondicionados na Alemanha, estando iminente o seu transporte para Lisboa”. Coube a José Calvet de Magalhães, embaixador e secretário-geral do MNE, informar desta situação o presidente da Junta de Salvação Nacional, António Spínola. Este encaminhou o assunto para Costa Gomes, entretanto investido nas suas antigas funções de CEMGFA, que suspendeu a remessa dos mísseis Red Eye.<sup>52</sup>

### **CAPÍTULO III: Problemas em Moçambique e subversão na metrópole**

Enquanto decorrem as difíceis negociações e os resultados tardam em aparecer, no teatro de operações Marcello Caetano é ainda confrontado o agravamento da situação em Moçambique no início do ano de 1974.

Costa Gomes vai deslocar-se a esta província poucas horas após ter assistido à tomada de posse de Spínola como vice-CEMGFA. Apesar da coincidência temporal entre o agravamento da situação em Moçambique (dia 14) e a partida de Costa Gomes para a Beira (dia 17), a deslocação que também inclui uma paragem em Luanda, estava a ser preparada desde os primeiros dias de janeiro.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> THEMIDO, João Hall, *op. cit.*, pp. 146-147

<sup>53</sup> ADN, F3, SR30, Cx 66, n.º8

A 14 de janeiro, “uma família de agricultores brancos foi massacrada, aparentemente por guerrilheiros da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), perto da fronteira com a Rodésia. O sangrento episódio desencadeou fortíssimas reações em cadeia da população civil. Revoltadas com o que achavam ser a passividade dos expedicionários, os lojistas brancos da zona do massacre decretaram uma greve geral de protesto. Em 17 de janeiro, centenas de pessoas manifestaram-se na cidade da Beira, junto à messe dos oficiais do Exército, acusando-os de vida fácil e de cobardia. A manifestação foi reprimida pelos próprios militares e cavou-se um fosse de irredutibilidade entre os colonos e as tropas.”<sup>54</sup>

Logo após os acontecimentos em Moçambique, nas comunicações internas do Governo, o ministro da Defesa pedia informações sobre o sucedido e informava que soubera pelo Ministério do Ultramar que tinham ocorrido graves acontecimentos na noite do dia 14 nas áreas de Manica e Vila Pery. Pedia uma atuação imediata para restabelecer a segurança das pessoas e dos bens e a confiança nas Forças Armadas. Dava conta de que a situação faz correr riscos de reações incontroladas da população.<sup>55</sup>

Após a sua deslocação, à chegada a Lisboa, a 06 de fevereiro, Costa Gomes admite numas breves palavras que Moçambique, “nos últimos tempos vem apresentando alguns aspetos desfavoráveis que urge encarar com firmeza e determinação”. Sobre Angola, considera que “o ambiente é francamente bom”.

Já num memorando da viagem, escrito a 07 de fevereiro, faz referência às deficientes instalações das tropas combatentes e num outro documento enviado ao ministro da Defesa, com data de 12 fevereiro, fala sobre a segurança da barragem de cabora-bassa e da linha de transporte da energia.

Costa Gomes afirma que “é muitíssimo importante considerar imediatamente o problema da vigilância aérea e apoio aéreo-tático. É necessário incluir 7/8 helicópteros cujo início de aquisição se vem protelando há anos com pretextos vários. É imperioso definir já: quem compra, quem paga e quem inicia a preparação do pessoal de bordo,

---

<sup>54</sup> ANTUNES, José Freire, 1993, *Os Americanos e Portugal. Nixon e Caetano: Promessas e Abandono – 1969-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 327

<sup>55</sup> ADN, F1, SR55 – telegramas, Cx 307, n.º32

de terra e da respetiva manutenção. Sobre a defesa naval da albufeira de cabora-bassa afirma que é imperioso tomar já a decisão sobre problema.

A 14 fevereiro, o CEMGFA elaborou um relatório acerca da situação militar em Moçambique em que conclui que após cinco anos se verifica que a situação se agravou em todos os aspetos, quer devido ao inimigo, quer devido à própria ação das FA.

Costa Gomes notou a ausência de estruturas e planos de contra-subversão e até de planos militares e considera necessária a revisão urgente de estruturas de comandos, organização das tropas e planos de operações.<sup>56</sup>

Costa Gomes reuniu-se também com as autoridades militares para analisar a situação da província tendo constatado o avanço dos guerrilheiros da FRELIMO, o que tinha gerado apreensão dos portugueses aí residentes. Mas, “parte da revolta das populações na região era dirigida às próprias Forças Armadas que acusavam de não serem capazes de garantir a sua própria segurança.”<sup>57</sup>

Os elementos do movimento dos capitães em Moçambique também fizeram chegar ao CEMGFA um documento com 180 assinaturas em que pediam “a demissão imediata do governador civil da Beira e demais autoridades coniventes na passividade, perante as manifestações, dos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem pública”.<sup>58</sup>

Ao mesmo tempo, em Lisboa, a 23 de janeiro, dois membros da direção do movimento, Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço, expressam a Spínola (na ausência de Costa Gomes) a solidariedade do movimento para com os seus camaradas de Moçambique.<sup>59</sup>

No final da deslocação, Costa Gomes apresentou “aos oficiais com maiores responsabilidades” algumas sugestões com vista à pacificação do território e que

---

<sup>56</sup> ADN, F1, SR30, Cx 66, n.º8

<sup>57</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, 2008, *Marechal Costa Gomes no centro da tempestade* (Biografia), Lisboa, Esfera dos Livros, p. 113

<sup>58</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, *op. cit.*, p. 196 e pp. 199-200

<sup>59</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, *op. cit.*, p. 198

consistiam na concentração do esforço de defesa nos distritos da Beira e de Vila Pery, de forma a que a subversão não ultrapassasse o rio Pungué.<sup>60</sup>

Costa Gomes viria a admitir em entrevista após o derrube do regime que: “Moçambique estava muito mal, muito mal mesmo. O único território onde, militarmente, não estávamos mal era em Angola”<sup>61</sup>.

Joaquim da Luz Cunha, último comandante-chefe das tropas em Angola afirmou que no primeiro trimestre de 1974 a situação era “francamente favorável” a Portugal, embora notasse que as forças armadas continuavam a sofrer dificuldades de meios materiais e de pessoal, “algumas delas importantes e até graves”.<sup>62</sup>

Relativamente à Guiné, o seu último comandante, Bethencourt Rodrigues, disse ser “rotundamente falso” que no primeiro trimestre de 1974 dois terços do território estivessem sob o domínio do PAIGC. Negou que as tropas portuguesas estivessem entrincheiradas em algumas cidades e algumas bases, e que as forças nacionais estivessem acantonadas na capital e em mais dois ou três pontos.

Bethencourt Rodrigues afirmava em 1977 que as tropas portuguesas tinham acesso a quase todos os pontos do território, com medidas de segurança de intensidade variável. Apesar disso, o general admitia que a guerra não estava militarmente ganha.<sup>63</sup>

### **III.1 MFA ganha forma**

No dia em que Marcello é recebido por Thomaz (28 de fevereiro) reúne-se a direção da Comissão Coordenadora do movimento, em casa de Vitor Alves, com a Comissão Coordenadora da Arma de Engenharia para apresentação e discussão do calendário das atividades do movimento para o mês de março, elaborado por Pinto

---

<sup>60</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, 2008, *op.cit.*, p. 116

<sup>61</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, *op. cit.*, p. 165

<sup>62</sup> CUNHA, J. da Luz, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, 1977, *África, A vitória traída, quatro generais escrevem*, Braga, Intervenção, pp. 181-183

<sup>63</sup> CUNHA, J. da Luz, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, *op. cit.*, pp.140-141

Soares, Mourato Grilo e Luís Macedo. Pinto Soares elaborou ainda um gráfico de preparação do miniplenário de 05 de março, em Cascais, em que Vítor Alves e Mourato Grilo iriam dirigir os trabalhos.

Nessa reunião iria analisar-se o trabalho que havia a realizar para apresentação do documento à CCE e aos delegados das unidades. É também eleita nova Comissão do Movimento de Angola, composta por seis capitães e seis maiores que de imediato solicitam apoio e colaboração a todos os que estão em serviço em Angola.

Entre janeiro e fevereiro, o movimento adquiriu uma complexidade “intrínseca” devido à entrada “para as cúpulas eleitas de oficiais do Estado-Maior do Exército, o departamento de estratégia, casta dentro da casa e a influência ativa de elementos produtores de ideologia. No primeiro caso estava o major Vítor Rodrigues Alves, de 38 anos, com uma década de serviço em Angola e em Moçambique e que emergiu como animador polivalente da comissão política. No segundo caso estava o Major Ernesto Melo Antunes, de 40 anos, candidato da CDE em 1969 pelo círculo açoriano de Ponta Delgada e por isso castigado com residência fixa no continente. (...) Impôs-se facilmente como o ‘pensador’ junto dos camaradas politicamente agnósticos: Vitor Alves ‘o diplomata’, Otelo ‘o planificador operacional’, Vasco Lourenço, ‘o federador de vontades’. (...) Quer Melo Antunes quer Vítor Alves estavam ligados por vínculo familiar à elite dirigente. O pai do primeiro tinha funções de chefia nos serviços secretos da Legião Portuguesa; o sogro do segundo, o almirante Ferreira de Almeida, era chefe do Estado-Maior da Armada.”<sup>64</sup>

### **III.2 Oposição tenta mobilizar as massas**

Enquanto o movimento dos capitães se estrutura, chega no princípio de março ao gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército o “Relatório periódico de contra-subversão” na metrópole, referente ao mês de fevereiro de 1974.

---

<sup>64</sup> ANTUNES, José Freire, *op.cit.*, pp. 331-332

Em folhas verdes e com um carimbo vermelho onde se lê “confidencial”, o general vice-chefe do Estado-Maior do Exército, Fernando Viotti de Carvalho, apresenta a situação que se vive na metrópole.

Como resultado da investigação (não se refere de que forma foram obtidos os dados nem por quem), durante aquele período “não se detetaram indícios de alterações substanciais no estado de espírito das populações civis. Porém, manteve-se o estado de preocupação generalizada perante o sensível agravamento do custo de vida desencadeado desde finais do ano passado na sequência da chamada ‘questão energética’”.

Como fatores negativos assinalam-se as situações económicas dos cabos milicianos e praças, a deficiente assistência médica, insuficiência das verbas destinadas às messes.

O Exército caracterizava o estado do país no segundo mês do ano de 1974 “por um acentuado esforço dos movimentos subversivos no sentido de mobilizar as massas para a realização de manifestações de rua que, apesar de profusamente incentivadas através de panfletos e inscrições murais não obtiveram expressão significativa”.

Ao mesmo tempo dava conta que, “reflexamente”, se tinha registado “um acréscimo de difusão de propaganda visando o meio militar, conforme decorre das deteções de panfletos e inscrições murais que tiveram lugar em unidades e nas suas imediações”. O documento assinado por Viotti de Carvalho informa que foram registados vários incidentes em cantinas por alegadamente a comida não estar em condições; iniciativas em universidades; encontradas tarjetas com a indicação “Guerra do povo à guerra colonial” em Braga ou outros slogans subversivos relativos à guerra do ultramar em Coimbra; foi encontrada uma caixa de papelão que continha um petardo por rebentar e panfletos de propaganda subversiva bem como panfletos na Figueira da Foz com a inscrição: “Boicotemos as aulas – 21 fevereiro - 13 anos de guerra colonial, basta.”

Ainda no meio militar a 04 de fevereiro tinham sido detetadas em Lisboa tarjetas de conteúdo considerado subversivo e subscritas por “militares anticolonialistas.

Em Viseu foram encontrados panfletos alusivos ao 04 de fevereiro, data que assinala o “início do terrorismo em Angola” e em Coimbra as tarjetas instigavam os soldados à “luta contra a guerra colonial”.

De 12 a 21 de fevereiro tinham sido espalhados panfletos da autoria da “Resistência Popular anticolonial que propagandeava manifestações de rua para 21 de fevereiro – nas imediações das unidades do Regimento de Artilharia Pesada (RAP) 3 da Figueira da Foz, do Regimento de Infantaria (RI 1) de Lisboa; Regimento de Infantaria (RI 5) das Caldas da Rainha; DGFC em Lisboa; Escola Prática de Administração Militar (EPAM) em Lisboa e no HMR 1 do Porto.

O Exército chamava já a atenção para a existência de cinco datas consideradas “sensíveis” para os meses de abril e maio: 14 de abril – Dia da juventude angolana; 17 de abril (em 1969 tinham-se registado os acontecimentos académicos em Coimbra aquando da inauguração do edifício de matemáticas); 22 de abril – dia de Lenine; 24 de abril – dia de luta contra o colonialismo e pela convivência pacífica e o dia 1 de maio – dia do trabalhador.

Os militares que vão desencadear o golpe de Estado no país iriam escolher precisamente a semana de 20 e 29 de abril para levarem a cabo a sua ação.

Contudo, o relatório concluía que, não obstante a ocorrência de duas manifestações desordeiras em Lisboa, manteve-se na metrópole o clima geral de ordem e tranquilidade públicas. Apesar dessa conclusão, o documento não deixa de referir que continuam a assinalar-se a existência de alguns fatores que afetam o estado de espírito no meio militar, não especificando quais são.

Ainda no mesmo relatório, em anexo, são dadas informações consideradas com interesse direto para as Forças Armadas e surge o tema denominado “Autodeterminação das Províncias Ultramarinas e o fim imediato da guerra”. No tratamento deste tema não foram anotadas, durante o período em apreço, “quaisquer inovações quer de fundo quer de forma”.

No subtema “subversão das FA” a propaganda radio-comunista visando, em particular, a subversão no interior das Forças Armadas não apresentou “especialidades” em relação ao que vem sendo registado no antecedente, refere.

Porém, foram novamente “aludidas circulações” de panfletos e tarjetas subversivas em unidades militares.<sup>65</sup>

O relatório é completamente omissivo sobre a saída do livro da autoria do vice-CEMGFA bem como à reunião de militares realizada em Lisboa, a 25 fevereiro, com a direção do movimento em casa de Otelo Saraiva de Carvalho. Quanto aos meses de março e abril, se chegaram a ser elaborados relatórios deste género, não constam nos arquivos.

Relativamente ao ano de 1974, existe apenas mais um relatório, mas relativo ao mês de janeiro. No designado tema da subversão das FA, é registado um esforço de propaganda rádio no sentido de minimizar os efeitos produzidos pelo reajustamento dos vencimentos dos militares. Segundo o documento, “afirmou-se com insistência que a referida medida não responde às reclamações e protestos dos oficiais, sargentos e praças”. Por outro lado, admite-se que a circulação de tarjetas de natureza subversiva em unidades militares foi extremamente ampliada.

São ainda apresentados dados estatísticos relativos a ausências ilegítimas e deserções, comparando o primeiro e o segundo semestres de 1973. Em relação ao primeiro semestre de 1973 registou-se um aumento considerável das ausências ilegítimas de 521 para 890; um aumento nas ausências de oficiais de 06 para 25; mais ausências de sargentos e cabos milicianos de 11 para 17; aumento das ausências das praças de 504 para 848 e também um significativo crescimento percentual dos militares que desertaram de 32 % para 62,6 %.

Relativamente aos assuntos considerados com interesse direto para as FA e ao subtema da “autodeterminação das PU e fim imediato da guerra” observa a intensificação da luta contra a guerra colonial através de várias formas, sendo referida a “ação política de massas”, as deserções, o movimento de resistência nas FA e os atos de sabotagem do aparelho militar colonialista.

Provavelmente, em consequência deste relatório e temendo o agravar da situação nas Forças Armadas, a 07 de fevereiro o ministro da Defesa Nacional envia

---

<sup>65</sup> Arquivo Histórico Militar (AHM), Fundo 7 - repartição do gabinete do chefe do Estado Maior do Exército /A, SR19 – Relatórios de subversão, 1967-1974, CX 40, n.º8



aos ministros do Exército e da Marinha e ao secretário de Estado da Aeronáutica, “no âmbito dos respetivos departamentos expeçam as instruções necessárias para o exato cumprimento em todos os escalões da hierarquia militar para o exato cumprimento do decreto-lei n.º 46 672, de 29 de novembro de 1965 em vigor no Exército, na Armada e na Força Aérea”. A ordem recomendava a execução do disposto no artigo 15.º do estatuto do Oficial das FA e dos n.º 49 e 50 do regulamento de disciplina militar.

Neste sentido, o ministro do Interior, César Moreira Baptista, envia a 15 de fevereiro uma carta aos generais comandantes-gerais da GNR e da PSP relembrando o disposto nos artigos segundo os quais “ao oficial em serviço é vedado dirigir ou fazer parte do corpo diretivo ou redatorial de qualquer órgão de informação que não seja exclusivamente de natureza técnico militar. (...) É igualmente vedado ao oficial tratar com órgãos de informação de assuntos relativos à política interna ou externa da nação ou que afetem a defesa nacional”. (...) Não manifestar de viva voz, por escrito ou por qualquer outro meio ideias contrárias à Constituição política em vigor ou às instituições militares do Estado ofensivas aos membros do poder executivo, dos superiores, dos iguais e mesmo dos inferiores ou por qualquer modo prejudiciais à boa execução do serviço ou à disciplina

(...) Não se servir da imprensa ou de qualquer outro meio de publicidade para dar conta do modo como desempenha as suas funções oficiais ou para responder a apreciações feitas a serviços de que seja incumbido devendo no caso em que lhe sejam feitas imputações sobre tal assunto limitar-se a participar o facto às autoridades (...)

O ministro Moreira Baptista informava ainda que o chefe de Estado Maior General das FA expedirá com o mesmo fim e para observância imediata, instruções aos comandantes-chefes das FA de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Macau, governadores militares dos Açores e da Madeira e a todos os serviços e organismos dependentes do Ministério da Defesa Nacional.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> ANTT/Divisão de arquivos definitivos, Fundo do Ministério do Interior - subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977)/MAI\_ACL\_MAI\_GM\_FS0009, cx. 442

#### **CAPÍTULO IV: Encenação na Assembleia Nacional**

O presidente do conselho entra no mês de março num ambiente de desagregação que se vai começando a avolumar em várias frentes e sente necessidade de manter a aparência de que o regime está seguro. As ondas provocadas pela posição defendida no livro de Spínola e subscrita pelo CEMGFA, ao propor a via da solução política para a guerra, em confronto com as posições assumidas pelo Governo da manutenção da guerra no Ultramar propagavam-se e faziam-se sentir dentro Exército em Portugal e nas colónias.

Uma situação delicadíssima nas palavras do próprio chefe do Governo, já entrincheirado entre o Presidente da República, os dois generais e o movimento dos capitães que estes dois aparentemente controlam.

A profundidade da crise transparece em alguma correspondência particular do chefe do Governo durante este período.

A 01 de março recebe uma carta assinada por Francisco Vale Guimarães, que de acordo com a organização do arquivo de Marcello Caetano terá desempenhado funções de deputado à Assembleia Nacional, governador civil de Aveiro e diretor dos serviços administrativos dos Correios e Telecomunicações de Portugal. A carta tem como remetente o gabinete da administração dos CTT e refere que o livro de Spínola está a gerar “séria perturbação”.

Vale Guimarães afirma que se terá que admitir que mesmo entre “a gente” ligada ao regime haja quem prefira as teses do general às do Governo, ainda no dia 16 [de fevereiro] “tão magnificamente expostas por vossa excelência” [refere-se ao discurso no encerramento da conferência anual da Ação Nacional Popular]. A publicação do livro, em momento já tão complexo, foi “péssimo serviço, com a agravante do general ter impacto na opinião pública. Mais do que nunca importa cerrar fileiras, muito em força, à volta de sua excelência”.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> AMC, Correspondência, Francisco Vale Guimarães, Cx 28, n.º19

Cerca de um mês antes, a 03 de fevereiro, Caetano recebia uma outra missiva de Mário Bacelar Begonha, oficial náutico e professor da Academia Militar que relatava “a grande a confusão quer vai nos espíritos de alguns portugueses que na verdade ou são menos esclarecidos ou confiantes no chefe do Governo.”

Para este oficial “o presidente do conselho está atento a todas as ‘manobras’ e ‘golpes’ e não se deixará intimidar quer por qualquer ‘pronunciamento’ ou ainda por “qualquer publicação” que pretenda levar ou conduzir à chamada ‘revolução de palácio’.

Mário Begonha diz mesmo que o que lhe parece mais difícil “no momento presente é não perder a serenidade nem a determinação. Aliás, quando se acredita numa causa, numa ideia e numa pessoa, não parece que se justifique qualquer ‘alarme’ ou sobressalto e muito menos que as pessoas comecem a duvidar da capacidade e valor desse chefe em que acreditavam até há bem pouco tempo”.<sup>68</sup>

Uma vez que o Presidente da República não aceitou a exoneração do Governo e Marcello Caetano também não tem coragem de “bater com a porta”, porque “psicologicamente não é capaz de abandonar quem o tinha convidado para o cargo”.<sup>69</sup> Decide-se por um ato destinado a responder aos generais e a esclarecer a opinião pública.

Caetano vai utilizar aquilo a que designou de “legalidade constitucional” e propõe à comissão do Ultramar na Assembleia Nacional que estude uma moção a apresentar àquele órgão para que não restassem dúvidas acerca da política ultramarina que o país segue. O objetivo era submeter o texto da moção à retificação da Assembleia Nacional.

O primeiro-ministro opta por se colocar ao lado das posições mais conservadoras do regime ao fazer a defesa intransigente do Ultramar através de um discurso que dirige à Assembleia Nacional.

A intervenção foi agendada para 05 de março, um dia que ficaria para a história do movimento dos capitães.

---

<sup>68</sup> AMC/Correspondência, Mário Bacelar Begonha, Cx 18, n.º4

<sup>69</sup> Entrevista a Miguel Caetano em março de 2012

A 02 de março realizou-se o encontro que visava a união de esforços entre a comissão dos oficiais oriundos de cadetes e a comissão de oficiais oriundos de milicianos, em casa do major Vítor Alves.

O capitão Armando Marques Ramos foi nomeado elemento de ligação entre as duas comissões. A comissão da Força Aérea reuniu-se para, segundo Otelo, “dar os últimos retoques no seu documento definitivo”.

Durante o encontro, Hugo dos Santos propôs: “Sabemos que vocês não se querem aliar connosco sem que o vosso problema seja resolvido. Nós queríamos fazer-lhes uma proposta para trabalharmos em conjunto: primeiro derruba-se o regime e depois damos-lhes a nossa palavra de que o vosso problema será resolvido”.

A partir deste momento os dois movimentos decidiram trabalhar em conjunto. A união dos dois permitiu a reunião em Cascais, três dias depois.

Na manhã do dia seguinte, um domingo, 03 março, Otelo encontra-se em Santo Amaro de Oeiras com a comissão dos oficiais do Quadro Permanente oriundos de milicianos (capitães Alberto Ferreira, Andrade Moura, Armando Marques Ramos e Virgílio Varela) para os conduzir à casa de Vítor Alves onde se junta Hugo dos Santos.

A Comissão de Redação do documento-programa do Exército ia reunir-se em Miraflores, Algés, em casa do capitão piloto-aviador Seabra com a comissão da Força Aérea e outros da Armada, com a finalidade de elaborar a versão definitiva do manifesto final do “Movimento de Oficiais das Forças Armadas” denominado “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação” (Anexo IV), a apresentar dois dias depois em plenário. Estiveram presentes representantes dos três ramos das FA. Os representantes da Marinha afirmam que só se vinculariam a um programa político progressista, aceitando estar em Cascais como observadores. Os representantes da Força Aérea manifestam a sua discordância com a solução preconizada para o problema colonial.

No dia 04 de março, a Comissão Coordenadora do movimento volta a reunir-se para preparar o plenário do dia seguinte. Antes de entrarem na agenda da reunião, e uma vez que Marcello Caetano iria discursar no dia seguinte na Assembleia Nacional, decidem enviar Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho a um encontro na

residência de António Spínola, para tentarem obter informações sobre o sentido da comunicação do presidente do conselho. Em face da expectativa de Caetano poder anunciar a exoneração dos dois generais, devido à publicação do livro, os capitães reafirmaram a Spínola o apoio do movimento.<sup>70</sup>

O dia 04 de março espelha o estado do país político: Caetano reescreve antigos discursos para justificar a manutenção da guerra face à posição dos dois generais e perante uma Assembleia Nacional de partido único; no Ministério do Exército realiza-se o primeiro debate/discussão sobre o impacto do livro com a participação de comandantes de várias regiões militares do país e o movimento dos capitães prepara a redação do manifesto político onde se inscreve o derrube do regime.

No interior do regime posiciona-se um bloco constituído pelo Governo e Presidência da República que tenta resistir, numa aparência de poder e sem outra solução que não o cerrar de fileiras em redor dos velhos chavões (como se verá no discurso de Caetano) e por outro o movimento dos capitães que arquiteta o fim do Estado Novo com a complacência do vice-CEMGFA, do CEMGFA e da polícia política.

Da discussão no Ministério do Exército nesse dia 04 de março apenas sairá para a opinião pública uma pequena nota distribuída sem qualquer explicação pela imprensa diária, rádio e televisão. O Governo informa apenas que naquela manhã se tinha realizado “uma sessão de trabalho” no gabinete do ministro do Exército em que participaram o ministro e o subsecretário de Estado, os generais chefe do Estado-Maior do Exército, vice-chefe, quartel mestre general, ajudante general, diretor do Instituto de Altos Estudos Militares e comandantes das regiões militares de Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar e Évora.<sup>71</sup>

Relativamente ao conteúdo da mesma, nada mais transpareceu para o público. No entanto, e de acordo com a ata dos trabalhos, as preocupações com o impacto do livro de Spínola estavam a causar grandes preocupações, patentes nos temas a abordar: “história do livro, escrito por quem tinha sido governador da Guiné e publicado depois de ser nomeado vice-chefe do EMGFA; pediu licença para publicação do livro e este mereceu a informação junta em anexo do chefe do EMGFA e o

---

<sup>70</sup> CARVALHO, Otelio Saraiva de, 1991, *Alvorada em Abril (I)*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 228-229

<sup>71</sup> AHM/Fundo Orgânico (FO) 6- repartição do gabinete do ministro, SR14, CX 484, n.º24

despacho do ministro da defesa nacional”. O ministro do Exército iniciou a reunião afirmando que a política ultramarina do Governo estava bem definida na Constituição e no discurso de Marcello Caetano na conferência anual da ANP, realizada no último 16 fevereiro. Citou artigos da Constituição, os estatutos de Angola e da Guiné e as passagens mais significativas do discurso do primeiro-ministro.

Passado este ponto, o problema seguinte a ser focado foi o livro *‘Portugal e o Futuro’*, embora a reunião não se destinasse a discutir a solução apresentada (por Spínola, ou seja, a via política para a guerra) mas sim para que cada um “meditasse” em que correspondia uma política contrária à expressa na Constituição e à seguida pelo Governo, tudo o resto era secundário.

Os participantes na reunião ficaram a saber que o âmbito do livro tinha ultrapassado o Ministério do Exército, mas o que interessava naquele momento era “ele poder exercer uma influência extraordinária” no estado psicológico dos soldados em combate – influência direta – e igualmente nas suas famílias – influência indireta, e no geral da população da metrópole e do Ultramar. Havia ainda a preocupação com a opinião internacional, em particular a que invariavelmente daria para aumentar o moral dos movimentos considerados terroristas pelo regime.

Aos comandantes das regiões militares foi recomendada firmeza junto dos comandos das unidades, pois o Governo estava preocupado com as possíveis influências nefastas a esse nível.

Expostas as orientações, foi aberto um período de diálogo em que o chefe de Estado - Maior do Exército começou por assumir “o aspeto” de no Exército se ter desenvolvido uma organização clandestina, que “certas medidas tinham permitido praticamente desativar”, mas que receava que o aparecimento do livro viesse reavivar a sua ação.

A ata reunião é clara: “o livro permitia a abertura de uma cisão dentro das FA e em especial no Exército; afetaria o moral do Exército, quer dos combatentes, quer das suas famílias; iria permitir que se exercesse pressões externas sobre as tropas combatentes; que por ele se podia ter uma imagem, não necessariamente correta, sobre a situação nacional e sobre as dificuldades ao nível do inimigo; nos seus

contactos com elementos civis notava que reinava uma enorme confusão nos espíritos.

O governante concluía que desta situação poderia resultar um enfraquecimento e problemas disciplinares que urgia evitar e, uma vez enfraquecido o aparelho militar, seria a liberdade do Governo para prosseguir a política em curso que estaria reduzida.

Na sua intervenção, o comandante da região militar do Porto disse que já tinha iniciado visitas de esclarecimento às suas unidades. Contudo, considerava que existia um problema por solucionar: esclarecer a população. O comandante da região militar de Tomar também interveio no mesmo sentido e deu conta das dúvidas reinantes por o autor do livro ser o vice-chefe de Estado-Maior General das FA.

Além deste cargo, Spínola é o comandante operacional mais condecorado que vem afirmar que a ação militar é inviável por falta de recursos humanos, assinalou o diretor do Instituto dos Altos Estudos Militares.

O vice-chefe de Estado-Maior disse que a cisão das FA é um objetivo fundamental do inimigo interno, existindo agora um militar de relevo que diz que a guerra deve acabar.

O comandante da Região Militar de Coimbra tomou nota da posição de firmeza assumida, mas receava que sem outras ações, esta situação tornar-se-ia difícil de manter, pois a cisão já existia, havendo oficiais que tomaram o livro como uma bíblia e que, dos dois partidos que se podiam vir formar, a vitória caberia aos que falam e têm apoios superiores.

O comando da Região Militar do Porto considerou que a situação era grave porque se se esboçar um movimento este disporá de uma “cabeça”.

Já o Governador da Região de Lisboa interrogou os presentes sobre se Spínola não desempenhasse aquelas funções se o livro não seria considerado um documento subversivo. Não tinha dúvidas sobre a diretiva de firmeza, mas considerava

indispensável a existência de um documento escrito de apoio aos comandantes de regiões e que se impunha um esclarecimento à população.<sup>72</sup>

A resposta estava plasmada no discurso que o chefe do Governo haveria que proferir no dia seguinte na Assembleia Nacional perante os deputados e que também estava destinado a ser publicado nas páginas dos jornais e retransmitido pela rádio.

Mas se em Portugal a informação publicada é controlada pelo poder político através do exame prévio (nome dado à censura à imprensa pelo marcelismo), o mesmo não se verifica noutros países como se observa na correspondência enviada ao presidente do conselho pelas representações diplomáticas e consulares, que fazem chegar a Marcello Caetano o que se vai publicando na imprensa estrangeira.

Logo a 26 de fevereiro a embaixada de Portugal em Londres reportava os ecos do *Portugal e o Futuro* na imprensa dizendo que tinham saído artigos nos jornais “Guardian”, no jornal finlandês “Rhodesia Herald” (27 fevereiro), no “Times” de Londres (02 de março) e havia até jornais dinamarqueses que titulavam (4 de março) “famoso general inclina-se perante as realidades africanas”. Mais perto, em Madrid, publicava-se (04 março) na revista “Triunfo” que pela “primeira vez do interior do regime se exprimiam opiniões que quando eram proferidas pela oposição eram gravemente punidas”. O espanhol jornal “Informaciones” destacava em título “Não é possível uma vitória militar no ultramar”.

Segundo a embaixada de Roma, os jornais italianos consideravam crítica a situação em Portugal devido ao aparecimento do livro.

De Paris, a embaixada destacava a 13 março o título do “Fígaro”: “Agitações nas FA – o livro de um general revelador de uma crise profunda”.

A correspondência que trata das referências ao livro *Portugal e o Futuro* em telegramas das representações diplomáticas e consulares portuguesas no estrangeiro ocupa três dossiês dos arquivos de Marcello Caetano.

E é já ciente da repercussão da saída do livro que Caetano começa o seu discurso afirmando que “nenhuma dúvida pode haver de que o mais grave problema que presentemente se põe à Nação é o ultramarino.”<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> AMC, Viana de Lemos, subsecretário de Estado do Exército, Cx 33,n.1,2 e 3, 04 de março de 1974



Para o presidente do conselho, o país e a evolução da sociedade “pluricontinental e multirracial” estava a ser perturbada por uma crescente pressão internacional. “Uma pressão que encontra nas assembleias constitucionais ou dependentes das Nações Unidas o ambiente propício de formação, de ampliação e de aplicação. E de que decorre a mais incrível campanha contra o nosso país (...) e com o uso das mais variadas armas desde a calúnia à agressão. Em face deste ataque, que tudo indica estar em aumento, impõe-se que os portugueses adotem uma atitude consciente e definida. E por isso se lhe pede, através da sua mais alta assembleia representativa, uma reflexão”.

Nesse sentido, decidiu “recapitular” a orientação que tem sido seguida pelo Governo, “dentro das linhas traçadas na revisão constitucional de 1971”.

A luta de há mais de uma década no Ultramar era justificada por não se poder “deixar de proteger populações, cuja vontade é permanecerem portuguesas, nem de deixar de preservar uma obra de civilização erguida e mantida por obra e graça de Portugal e que só com Portugal subsistirá”.

Num confronto indireto a Spínola questionou: “Temos estado errados?”.

“É que em África não defendemos apenas os brancos: mas todos quantos, independentemente da sua cor (...) são leais a Portugal e por isso mesmo, em caso de abandono, seriam vítimas de vingança inimiga. Por outro lado, há uma defesa global do Ultramar que nos impõe coerência de atitudes. Uma transigência ou uma abdicação num sítio logo afetaria a força da resistência no conjunto [resposta à impossibilidade da via negocial pretendida Spínola]. Não poderíamos, por exemplo, aceitar a negociação com o inimigo na Guiné em termos que nos privassem da autoridade para recusar negociações em Angola ou em Moçambique. Por isso, só o Governo central pode ter a iniciativa – porque tem a responsabilidade – da condução da política ultramarina. Só o Governo em conjunto com os demais órgãos políticos de soberania – e não quaisquer outras entidades. Assim terminava a resposta a António Spínola, mas o discurso continuava sem novidades uma vez que esta elocução foi elaborada a partir de outras proferidas anteriormente.

---

<sup>73</sup> AMC, Discursos e entrevistas 1972-1974, Cx13, n.º 13, discurso de 05 de março de 1974

Sobre o futuro, refere que se trata “de um caminho que leva algum tempo a percorrer (...). Precisamos de tempo. Temos de ganhar tempo se quisermos prosseguir honestamente”.

“Seria possível acelerar as soluções políticas? É aqui que pode ter lugar um debate franco e aberto. Já o provocámos no país por ocasião das eleições de 1969 e a resposta do eleitorado foi categórica. Não pode admitir-se permanentemente esse debate por motivos que mais de uma vez têm sido expostos.

Primeiro, porque segundo o consenso geral, pode discutir-se a preparação de uma decisão. Mas quando a decisão está tomada, e sobretudo se essa decisão é tão grave na vida nacional, que exige mobilização dos espíritos, sacrifício dos recursos e serviço militar aturado e arriscado, não é lícito depois estar a discutir-se todos os dias a decisão que se executa e a execução do que se decidiu.

Segundo, porque estando o país empenhado numa luta com inimigos poderosos aos quais não faltam meios de pressão psicológica nem dinheiro para nos inundar com a sua propaganda, esse debate seria a brecha facultada ao inimigo para, com mais descaramento do que já tem espalhar as suas mentiras”, argumentou.

“Nos cinco anos e cinco meses que levo de responsabilidade pelo Governo do país não se terá passado um só dia em que os problemas ultramarinos tivessem deixado de estar presentes no meu espírito”, disse aludindo depois aos soldados e às populações que estavam nas colónias: “Há uma responsabilidade que não quero para mim: a de os abandonar.”

No final, encenando que devolvia o poder aos deputados para decidirem manter ou não o caminho que traçara, concluía: “Mas não tenho o monopólio das certezas. E pode ser que haja melhores caminhos do que aqueles que temos seguido aos fins que de certo todos os bons portugueses desejam ver alcançados”.

Findo o discurso do presidente do conselho, foi apresentada a moção pró-Ultramar da Comissão de Ultramar pelo seu presidente, Neto de Miranda, a qual esteve em discussão parlamentar até dia 08, ocasião em que seria aprovada a recondução da política ultramarina.

Um dia antes da aprovação da moção, o deputado João Bosco Mota Amaral, que tinha transitado da anterior legislatura e que se posicionava na quase extinta ‘ala liberal’ do parlamento, escreve a Marcello Caetano dizendo que em conversas com vários deputados, tinha chegado à conclusão que a proposta de moção que a Assembleia estava a debater lhe parecia “um texto demasiado frouxo, equivoco mesmo, de forma alguma correspondendo ao voto de apoio solicitado pelo chefe de Governo. Esta opinião é também compartilhada entre pessoas alheias à Assembleia Nacional”. O deputado sugere o adiamento em um dia na votação da moção para preparar uma nova redação, “que prestigie a Assembleia e represente um efetivo apoio ao governo e ao seu Chefe”<sup>74</sup>.

O deputado informava que tinha dado conta das suas observações a Neto de Miranda que “se mostrou pouco propenso a alterar a redação da proposta apresentada. Mas entre os próprios subscritores da proposta há insatisfação.”

A pretensão do deputado não teria acolhimento e a moção seria aprovada com a unanimidade dos deputados presentes no dia previsto.

Os serviços de informações do Governo enviam o discurso de Caetano e a moção de ratificação da política ultramarina para os jornais, que os reproduziriam durante vários dias e dando conta da “unanimidade” da Assembleia Nacional. O próprio presidente do conselho enviará uma cópia do seu discurso para o amigo espanhol Laureano López Rodo, professor catedrático de Direito Administrativo da Universidade de Madrid, ministro do Plano e Desenvolvimento Económico e Social e ministro dos Assuntos Exteriores.

Também a Emissora Nacional de Radiodifusão transmitiu a versão governamental dos acontecimentos passados no parlamento.

A 06 de março nos diários sonoros das 8:00, 12:30, 13:00 e das 15:00 afirmava-se que governar é apontar e seguir rumos que, sendo apoiados pela nação, não podem nem devem andar ao sabor de incertezas e de mitos de momento.

O país necessitava, na confusão de ideias em que a vital problemática ultramarina o mergulhara nos últimos tempos, de ouvir repensadas e reeditadas, as

---

<sup>74</sup> AMC, João Bosco Soares Mota Amaral, Cx 14, n.º17, datada de 07 de março de 1974

linhas diretrizes de quem, à frente do governo – o seu chefe – é o mandatário responsável de uma política da qual dependem os destinos dos portugueses repartidos pelo Portugal de aquém e além-mar.

Ao reafirmar, através da Assembleia Nacional, a indivisibilidade do todo da nação na sua diversidade pluricontinental e multirracial (...), o presidente do conselho mais não fez que do que sobre si chamar a honra de uma posição de responsabilidade.

Por isso, os milhões de combatentes ou residentes que no ultramar vinculam o seu destino ao destino da pátria comum não deixarão de agradecer ao chefe do Governo as certezas que lhes confirmou contra as dúvidas e os equívocos que poderiam fazer correr o risco de esmorecer a fé e quebrar o moral.

João Patrício, chefe da repartição de informação da emissora nacional e membro dos corpos gerentes da radiotelevisão portuguesa enviava os textos lidos aos microfones da rádio ao presidente do conselho e dava conta de que repartia a mensagem por vários dias.

Assim, também no dia 7 e 8 de março foram ainda referidas partes do discurso de Caetano: “não poderá abrir-se a porta da transigência parcelar, do precedente, sem que se não corra o risco do princípio fixado para a validade do todo levar atrás de si, desmoronado, o corpo do conjunto”.

No dia 14 era lido aos microfones da rádio pública que a atitude de intransigência da “Comissão dos 24” das Nações Unidas em face da defesa que Portugal faz da sua soberania ameaçada em África – atitude que rejeita todas as soluções de compromisso, mesmo, pelos vistos, as mais arrojadas e discutidas, que não conduzem à entrega incondicional dos territórios portugueses aos movimentos terroristas – é a confirmação cabal das razões defendidas pelo professor Marcello no seu discurso na Assembleia Nacional.

Negociações com os movimentos terroristas, para quê? O professor recorda e avisa “como já lá vai o tempo das ilusões da descolonização por via das soluções federais – desde que se desfez a união francesa e que a própria comunidade britânica de tão sólidas raízes e fortes tradições (...) entrou em franca decadência e pouco mais

é do que uma reminiscência. Negociações hoje, afirma Marcello Caetano, “só podem para já ou a prazo, conduzir à entrega das províncias ultramarinas.”<sup>75</sup>

Por seu lado, a comissão do exame prévio de Lisboa autorizará apenas parcialmente a publicação de um extenso texto de análise com uma versão que contrariava a suposta unanimidade da Assembleia Nacional e que deveria ter sido publicado a 14 de março no semanário “Vida Mundial”.

Numa prova datilografada e que se encontra em mau estado de conservação nos arquivos da Torre do Tombo, o texto, que não está assinado, referia que ao convite de Marcello Caetano para nova reflexão e simultaneamente voto de confiança e de confirmação da política ultramarina do Governo - um acontecimento considerado sem precedentes na vigência da Constituição de 1933 como no seio da própria Câmara - se definiram os objetivos da comunicação do presidente do conselho do passado dia 05 – e responderia o parlamento com uma moção de apoio a essa política, em particular no respeitante à defesa e valorização do Ultramar.

O texto referia que, fundamentada na necessidade de desfazer equívocos perante acontecimentos recentes, cuja importância, no quadro da conjuntura atual, alguns deputados realçariam, a moção foi preparada e redigida quase simultaneamente com o discurso do professor Marcello Caetano, dizia o texto original que a censura proibiu.

Mais tarde, Caetano havia de justificar nas suas memórias que, proferido o discurso, foi apresentada a moção da Comissão de Ultramar (redigida quando ainda não estava decidida a sua intervenção).<sup>76</sup> Apesar desta conclusão, o próprio presidente do conselho admitiu que procurara deputados amigos e nomeadamente o presidente da Comissão do Ultramar da Assembleia Nacional e “fácil foi, com o acordo do ministro do Ultramar, Dr. Baltazar Rebelo de Souza, assentar em que essa comissão deveria estudar uma moção a apresentar à Assembleia para proporcionar que se debatesse a revisão da política ultramarina”.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> AMC, João Patrício, chefe de repartição de informação da emissora nacional/Cx 42, n.º1, anexo1,2,3,4

<sup>76</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 199

<sup>77</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 198

O artigo do “Vida Mundial” prosseguia afirmando que a moção acabou por ser aprovada pelo parlamento, disciplinadamente, de pé e por unanimidade dos presentes, pondo assim termo a um debate de três dias e no qual participaram quase três dezenas de parlamentares. A censura mandou retirar o termo “disciplinarmente”.

Segundo o autor do texto, houve quem tivesse apurado estarem na sala, no momento da votação, dos 130 deputados – os 107 que responderam à chamada e os 23 que entraram no hemiciclo durante a sessão, o que significaria a ausência de uns 11 parlamentares pelos mais diversos motivos.

A este propósito, consta nos arquivos pessoais de Marcello Caetano um postal datado de 14 de março em que a deputada Lia Mello manifesta o apoio à política ultramarina do presidente do conselho e informa que não lhe foi possível estar presente na sessão da Assembleia Nacional do dia 8 de março.<sup>78</sup> No mesmo sentido, Luís Cabral Moncada felicita o presidente do conselho pelo discurso do 5 de março e diz que não pode estar presente<sup>79</sup>. Álvaro Monjardino justificou a ausência por ter estado nos Açores numa missão do ministério da Educação Nacional como membro da comissão do planeamento regional.<sup>80</sup>

Apesar destas cartas escritas por deputados a justificarem as ausências, a “Vida Mundial” refere que o presidente da assembleia fez questão de notar o assentimento da Câmara e a votação da moção por todos os parlamentares que compareceram ao plenário, sustentando não ter notado a ausência de nenhum deles.

Noutra parte do texto, alude a que teriam aparecido não só discordâncias de forma quanto aos termos da moção como ainda a diversidade das interpretações críticas face à política definida e recapitulada pelo presidente do conselho na sua comunicação ao parlamento. Uma tentativa do deputado Mota Amaral nesse sentido não chegaria a concretizar-se. A discordância baseava-se, afinal, numa interpretação da natureza do voto pedido pelo presidente do conselho à Assembleia Nacional, segundo a qual o que o chefe de Governo solicitava seria o conhecimento dos termos em que apoiaria ou não a Câmara a autonomia progressiva e participada do ultramar.

---

<sup>78</sup> AMC, Lia Maria Mesquita Pereira Mello, Cx 33, n.1, de 14 de março de 1974

<sup>79</sup> AMC, Luis Cabral Moncada, Cx 38, n.º22, datado de 07 de março de 1974

<sup>80</sup> AMC, Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Cx 38, n.º 1 e n.º 2, datado de 15 de março de 1974

Uma formulação diferente da que se consubstanciava nos termos da moção apresentada ao plenário, assumiria no seu dispositivo uma referência clara ao conteúdo da política de autonomia progressiva e participada, em vez de a remeter para os considerandos, com a correspondente desvalorização, que, no caso concreto e na opinião do deputado Mota Amaral, se acentuaria ainda mais.

Mas essa precisão de forma não foi conseguida dado que o parlamentar açoriano teria desistido à última hora, de apresentar uma moção nesse sentido. De qualquer modo, isso não significaria oposição à política definida pelo presidente do conselho, mas unicamente a presença de critérios de apoio não inteiramente coincidentes, ou mais concretamente, o esclarecimento de equívocos entre fins e meios ou entre os que preferiam a descentralização administrativa e financeira do Ultramar e os que preferiam apelar à autonomia político-administrativa, que é diferente como acentuaria Mota Amaral, e é afinal o que se consagra constitucionalmente, como também lembraria o mesmo deputado.

Neste contexto não faltaram renovadas expressões de fidelidade ao imobilismo das soluções e ao monolitismo das opções e das fórmulas encontradas. Não faltou, também, quem se manifestasse por uma audiência aberta e constante ao desejo de contribuir para um sentido evolucionista dos parâmetros em que assenta a mesma política.

Quando o autor do texto escreve que não faltou quem apontasse o cansaço dos quadros permanentes em que quase 13 anos de guerra, a censura proíbe a publicação. A comissão do exame prévio permitiu - e não faltou, enfim, quem notasse que a reflexão e rapidez pedidas a um debate inesperado seriam inconciliáveis com a gravidade que envolvia a temática proposta. Mas tal tipo de inquietações foi por outros considerado desajustado aos objetivos da solicitação (não se precisaria de tempo nem de reflexão) – a censura riscaria o conteúdo do parêntesis - pois, segundo estes, por imperativo constitucional e histórico, e em estrito rigor jurídico, a assembleia não havia sido chamada a pronunciar-se dilematicamente, sobre a presença ou o abandono dos territórios de África, mas unicamente sobre a orientação traçada e se esta corresponderia ou não à que melhor poderia servir o país. E nesta linha não faltaram os depoimentos daqueles que puseram mesmo em causa, por

desnecessária, a utilidade de se propor à Câmara uma reflexão sobre o problema já que, entendendo-se esta como representante da nação, sucessivamente, nas eleições de 1969, na votação das alterações constitucionais e através da votação de outubro de 1973, o apoio à política ultramarina do chefe do governo radicava consubstanciado num mesmo ideário político por quanto, filiados ou aderentes da Ação Nacional Popular, haviam aceitado candidatar-se às eleições do ano passado. O texto encontra-se rasgado até ao intertítulo denominado “Patriotismo e fórmulas políticas”.

A comissão do exame prévio riscaria ainda o parágrafo: “mas a verdade é que de todas (raras foram) as vezes em que se procurou exercer o direito de observação e de crítica que aos deputados compete, não por acaso certamente esses momentos coincidiram com situações que o presidente consideraria menos dignas de um debate construtivo e sério.

Na realidade, algumas intervenções foram nuclearmente dominadas pelo receio de dissolução interna e, novamente alvo de censura, por uma conjuntura que teria estado na origem da comunicação feita à Assembleia Nacional pelo Presidente do Conselho.

Assim se poderão interpretar as palavras do deputado Aguiar e Silva: “A Assembleia Nacional, nesta conjuntura difícil que sofremos não deve nem pode introduzir o corrosivo da dúvida e da cizânia das restrições capciosas (...) digo convictamente que tudo quanto, nesta conjuntura, enfraqueça politicamente o presidente do conselho, contribui para abrir caminho ao aventureirismo político que pode amanhecer por um rutilante gesto “bonapartista”, mas que virá a desembocar rapidamente na sombra apocalíptica de uma catástrofe nacional.”

O texto original destinado a publicação terminava citando ainda o deputado Homem de Melo ao advogar que a Assembleia Nacional, aprovadas as coordenadas da política ultramarina, deveria fazer chegar “até junto de quem, legitimamente, se encontra colocado no vértice do comando político, a inquietação com que assiste ao desenrolar de determinados acontecimentos sem que da parte de alguns setores do executivo se verifique a resposta pronta e o esclarecimento indispensável de molde a sanar o ambiente político com rapidez e eficiência.



Os deputados ficariam sem resposta e sem os esclarecimentos reclamados e se no seu discurso Marcello Caetano parece devolver à Assembleia Nacional uma palavra final acerca do que deveria ser a política ultramarina do país, o que vem a escrever mais tarde demonstra como o parlamento apenas serviu para ser utilizado na sua busca de uma legitimação de poder que estava cada vez mais em causa.

Caetano disse nas suas memórias que se assistiu a um debate de três dias durante os quais se “jorrou a habitual oratória em que mais uma vez se manifestou a falta de preparação política da maior parte dos deputados”.

O ex-chefe de Governo revela aqui uma contradição e que reforça a nossa tese da encenação: se os deputados não têm preparação, então porquê e para quê consultá-los e pedir-lhes a ratificação da principal política da sua governação? Ou estaria o presidente do conselho isolado, sem outra forma de se legitimar?

Marcello não terá apreciado que alguns dos intervenientes tivessem desejado que na moção se acentuasse melhor o desejo de aceleração da autonomia das províncias do Ultramar. E um deles [Mota Amaral], o mais jovem deputado, vindo já da legislatura anterior onde enfileirava entre os liberais, pôs particular ênfase nessa tese.

81

Além das divisões que surgiram entre os deputados, a iniciativa do presidente do conselho de se dirigir à Assembleia Nacional viria também a ser criticada pelo chefe do Estado. Américo Thomaz nota que não teve conhecimento prévio da comunicação e questiona o porquê da consulta à AN. Thomaz defende que a “cobertura” pedida à Assembleia Nacional significava a existência de dúvidas “inadmissíveis”, e era mais um sinal de “perigosas indecisões e fraquezas, não menos graves na situação existente.”<sup>82</sup>

Ainda relativamente ao papel da Assembleia Nacional, o subdiretor do “Diário Ilustrado” Jorge Tavares Rodrigues escreve ao presidente do conselho a 22 de fevereiro de 1974. Dirigindo-se ao presidente e amigo após a apresentação da revista “A semana”, editada em Paris para os emigrantes espalhados pela Europa, refere que ouviu várias pessoas e que, segundo Manuel Figueira e João Couto, “um dos

---

<sup>81</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p.199

<sup>82</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, p. 349

problemas de maior relevância a defrontar vai ser a debilidade da Assembleia Nacional – debilidade que agora tanto importaria que não existisse pois a ela competiria, de facto, emitir uma opinião que a nação respeitasse. Mas não respeita. Não nos iludamos! O país forma sobre a assembleia uma imagem que não se afasta, aliás, da triste realidade que ela traduz. Uma realidade que até justifica apreensões no plano da lealdade. Refere que “ontem na assembleia [houve] quem abertamente criticasse a sua ‘demagogia e forma insuficiente como respondeu ao general [Spínola]’.

Jorge Tavares Rodrigues alerta Caetano para que a juventude não sente o ultramar nem o conhece como uma parcela [do seu território].

E sobre Spínola vaticina: Há quem acredite que a demissão do general é consequência inevitável e remédio...por algum tempo. Outros estão confiantes em que as FA e muitos civis facilmente conquistados pela doutrina do general tomarão posições adversas ao Governo e que não deixará de haver perturbação da ordem pública”.<sup>83</sup>

Por outro lado, em concordância com o teor do discurso, Álvaro Roquette refere também em carta enviada a Caetano o que considerou ter sido o extraordinário discurso na Assembleia Nacional, oportuno, justo e sério, notando o criterioso caminho traçado pelo chefe do Governo mas, infelizmente, constata que o livro que deu origem ao discurso provocou tantas divisões entre os portugueses. Alerta para que qualquer transigência por parte do Governo, neste momento, será extremamente grave.<sup>84</sup>

## **CAPÍTULO V: MFA e o derrube do regime**

A 05 de março, em Cascais, realiza-se uma decisiva reunião alargada do movimento, com a presença de 197 oficiais do Exército (inclui 03 da Armada - Almada Contreiras, Vital Pinho e Costa Correia – com estatuto de observadores) em

---

<sup>83</sup> AMC, José Eduardo Tavares Rodrigues, Cx 48, n.º71 e 72, datada de 22 de fevereiro de 1974

<sup>84</sup> AMC, Álvaro Roquette, Cx 49, n.º1, datado de 12 de março de 1974

representação de mais de 600, nos quais se incluem, pela primeira vez, os ex-milicianos. Participam também pela primeira vez representantes da Força Aérea.

No relato de Otelo Saraiva de Carvalho, estiveram presentes as unidades de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Ad. Militares, Transmissões, Força Aérea, paraquedistas e outros – 194 em representação de 602.

O ponto relevante do encontro foi a apresentação e aprovação do documento «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação», lido por Melo Antunes e subscrito por 111 dos presentes. Indo mais além do que tinha sido defendido por Spínola, Melo Antunes proclamou que “sem democratização do país não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós”.<sup>85</sup>

A partir deste encontro, o movimento passa a designar-se Movimento das Forças Armadas (MFA).

De acordo com o documento, o objetivo essencial era levar os militares a refletir criticamente sobre os aspetos fundamentais dos problemas que as Forças Armadas enfrentam. Seria indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as FA da Nação e do momento crítico que o país atravessa.

“Todos sabemos e sentimos como, no consenso generalizado, as FA têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica, para cuja orientação – com passagem pela necessária definição de interesse nacional - o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação direta. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na organização dos mecanismos policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia de obediência sem discussão, por parte das FA, aos objetivos por eles definidos”.

Daí, concluía Melo Antunes, “o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objetivos nacionais e, às FA, a missão de os executar, sem pôr em causa a sua legitimidade”.

---

<sup>85</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 233

Um princípio que, “a partir da queda da Índia e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as FA descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação. (...) À medida que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os aspetos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique) e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável; à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das FA, de atingir os objetivos que lhe são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia.

Incapaz de se auto reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária, como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexequibilidade de tal via, as FA aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como o grande responsável não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o país e que não é só crise política, como também crise económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as FA e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos sentida), desprestígio esse que nenhuma medida conjunturais poderão atenuar”.

E aludia ainda que “não é com aumentos de vencimento nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto anunciado reequipamento das FA, para a condução da guerra em moldes tecnológicos, não é com medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das FA, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu, funda e dolorosa, na consciência da maioria dos militares. (...) O problema não se localiza ao nível da situação de um grupo socioprofissional; o prestígio das instituições militares só será alcançado quando as FA se identificarem

com a Nação, quando entre as FA e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objetivos a alcançar.

O problema maior do povo português, afirmava, e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime, já incontrolável pelo poder (...).

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política, e não militar, e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as FA, uma vez mais, em ‘bode expiatório’ de uma estratégia impossível: uma solução política que salvguarde a honra e dignidade nacionais, bem como os interesses legítimos dos portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios – o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta solução tem que ser encarada com realismo e coragem pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz.

Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo e se pretende apoiado pela nação. (...)

Por outras palavras: sem democratização do país não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das instituições no quadro de uma democracia política”

Após a leitura do documento, a aceitação do conteúdo parecia ser maioritária, mas, lembra Otelo, era notória a rejeição sobre o reconhecimento da autodeterminação dos povos, ou seja, “da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios”.

O conteúdo marcadamente político do manifesto assustava ainda muitos dos presentes. E ficaria célebre, na votação, o rotundo não proferido pelo capitão Seabra da Força Aérea, o qual, curiosamente, havia participado dois dias antes, em sua casa, na discussão e elaboração do manifesto comum.

Esta posição de recuo da Força Aérea e a atitude dos da Armada, que consideravam não possuir suficientes garantias, face ao que observavam, de que o movimento não pudesse converter-se em instrumento facilmente manejável por forças militaristas, fizeram hesitar e recuar alguns do Exército, que, menos políticos, haviam avançado desde logo a sua aprovação ao manifesto. Foram recolhidas 111 assinaturas.

No preâmbulo lia-se que os oficiais abaixo assinados declaram (...) que delegam confiança e representatividade, para prosseguir no estudo e na execução das atividades que considerem necessárias com vista à efetiva consumação dessas aspirações, na Comissão Coordenadora eleita em sessão plenária no dia 01 de dezembro de 1973, reconduzida a 05 de março de 1974 e constituída por elementos das forças paraquedistas, das armas de infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia, transmissões e dos serviços de administração e de material.

Otelo considerou que este foi o último grande encontro de ativistas do movimento antes do 25 de Abril e que se revestiu de especial relevância “pela clarificação de atitudes e pelo salto qualitativo que imprimiu ao MFA”.

Em Cascais, aprovam ainda a necessidade da escolha de chefes para o MFA, tendo sido ratificada a escolha em primeiro lugar de Costa Gomes e de António Spínola em segundo para futuros líderes militares do regime que surgisse de uma eventual operação militar desencadeada pelos capitães.

Confrontado com a escolha do seu nome para ser chefe do movimento, Costa Gomes responde: “os capitães sabiam que eu nunca apoiaria um movimento em Portugal, porque considerava que qualquer revolução, com origem no território português, pela força das armas, poderia dar origem a uma guerra civil de consequências imprevisíveis”. No entanto, não escondeu que não favoreceu a

atividade dos capitães: “Pelo menos não os denunciei. Mais: estou plenamente convencido de que, se estivesse ao lado do Governo, a revolução fracassaria”.<sup>86</sup>

O movimento decidiu assim constituir dois grupos de trabalho que se encarregariam de “planejar e acionar uma operação militar” e de “reformular o programa que obrigatoriamente deveria ser submetido à revisão dos chefes militares”.

O primeiro grupo ‘ou comissão militar’ era constituído pelo tenente-coronel Amadeu Garcia dos Santos, majores José Maria Azevedo, Otelo Saraiva de Carvalho e Manuel Monge, capitão Luis Macedo e Alferes Manuel Geraldês e a estes veio a juntar-se o major Casanova Ferreira, recém regressado da Guiné, e mais tarde pelo capitão Armando Ramos, representando os oficiais oriundos de milicianos; o segundo grupo ou “comissão política” integrava Melo Antunes, Vítor Alves e Vasco Lourenço.

O movimento aprovou ainda um voto de confiança à Comissão Coordenadora do Exército e o total apoio às decisões que por ela venham a ser tomadas.

Os militares aprovam a sugestão de aguardar a decisão sobre a adesão da Força Aérea, a qual será apresentada no dia 10 de março e fazer comprometer a Armada a apresentar as suas decisões tão brevemente quanto possível.

Foi também aprovada a constituição de uma comissão a nomear pela Comissão Coordenadora do Exército, para analisar as forças em presença e propor medidas concretas de execução da doutrina definida naquele documento.

As assinaturas ao documento de Melo Antunes foram mais de uma centena, e muitos dos oficiais mais próximos da linha ‘spínolista’ acabariam por assinar o documento, tais como Sanches Osório, Manuel Monge, Armando Marques Ramos, para além de Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pinto Soares, Marques Júnior, Vítor Alves, Salgueiro Maia e Otelo Saraiva de Carvalho.

Vasco Lourenço notou que os militares spinolistas tinham procurado nesta reunião transformar o MFA num movimento de apoio ao general, afirmando, nomeadamente que não havia necessidade de um programa político.

---

<sup>86</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, *op. cit.*, pp 202-203

A este propósito, Spínola revelará que tanto ele como Costa Gomes sabem do que se passou na reunião do movimento a 05 março e nos encontros seguintes. Mas admite que só mais tarde ficou a saber “da manobra de envolvimento político levada a efeito na reunião de Cascais e que considerou a traição ao espírito do movimento dos capitães”. Segundo Spínola, nesta reunião surgiram duas correntes distintas, “uma constituída por militares prestigiados em África, que apontava para uma ação armada imediata com o fim de fazer substituir o Governo e que garantisse a solução do problema ultramarino e iniciasse o processo de democratização do país, e outra, representada pela mesa que presidia à reunião” – os maiores Vitor Alves e Melo Antunes e pelo capitão Pinto Soares – que defendia “o prolongamento do movimento reivindicativo com a deliberada intenção de politizar os quadros militares ainda não considerados convenientemente consciencializados para aceitarem os desígnios de uma revolução política de raiz marxista”.<sup>87</sup>

Esta divisão entre “spinolistas” e os restantes foi também notada na reunião de 05 de março por Melo Antunes quando se discutia a questão de saber “quem seria formalmente designado como figura representativa do movimento”. Melo Antunes receou que daí pudessem advir “motivos de divisão suficientes para fazer abortar os esforços conjuntos” pelo que se dispôs a manter várias reuniões com oficiais ligados ao general Spínola.

O afastamento de alguns relativamente a Spínola não se explicava apenas por reservas relativas à sua personalidade mas, sobretudo, pelo facto de o seu livro – e presumivelmente o seu programa político – não colocar verdadeiramente em causa as “estruturas do regime”, limitando-se a apontar “uma solução política no interior da própria ditadura”, ou seja, “a constituição de uma comunidade portuguesa com epicentro em Lisboa”.

A linha spinolista, argumenta Melo Antunes, “não defendia uma mudança de regime no sentido da democratização efetiva, quanto muito propunha uma certa liberalização, que pressupunha, de facto, a federação do espaço português, tal como

---

<sup>87</sup> SPÍNOLA, António, 1978, *op. cit.*, pp. 94-95



eles o entendiam em termos imperiais”. Mas isso não significava uma “mudança de regime tão radical como nós, afinal, acabámos por impor”.<sup>88</sup>

## **CAPÍTULO VI: A crise política bate no fundo**

### **VI.1 Um acordo que nunca existiu**

Ainda com a discussão a decorrer na Assembleia Nacional, mas já sabendo que o movimento o apoia, Spínola pede para ser recebido por Marcello Caetano, o que acontecerá a 07 de março.

Uma conversa cujo relato se encontra manuscrito em sete pequenas folhas que constam dos arquivos de Marcello Caetano e mais tarde reproduzidas ( Anexo I).

Segundo esse relato, Spínola manifestou ao presidente do conselho o seu desgosto pelos incómodos e preocupações que tinha causado com a publicação do livro, dizendo que “a intenção era boa, só a de ajudar”. O autor do livro disse que ouvira o discurso na Assembleia Nacional (proferido dois dias antes) e que no essencial estava de acordo com ele.

Marcello respondeu que a publicação do livro lhe “criara e criara ao país, que é pior, dificuldades graves, quer no plano interno quer no plano internacional”.

Spínola atalhou que a longo prazo seria útil, que recebeu numerosas mensagens de aplauso – até de deputados. E no estrangeiro o acolhimento fora favorável até para ele (presidente do conselho) pois se louvava o facto de ter permitido a publicação e de se admitir a existência de um acordo.

O presidente do conselho respondeu: “isso poderia ser-me agradável se o acordo tivesse existido, mas como nunca existiu, é um equívoco”.

O problema, explicou Caetano, é que, ao publicar o livro não deixava de ser militar e até já estava em funções no segundo posto da hierarquia das Forças Armadas.

---

<sup>88</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, 2004, *Melo Antunes, O sonhador pragmático*, Lisboa, Editorial de Notícias, 2ª edição, p. 61 e pp. 71-72

O resultado da experiência deveria ter sido posta num relatório destinado ao presidente do conselho e ao ministro do Ultramar, mas publicar o livro, ocultando o texto ao presidente do conselho de quem passara a ser colaborador direto, eis o que não compreendia.<sup>89</sup>

Marcello referiu-se então à crise que se vivia: “Não é a minha posição pessoal que está em causa: mas a nossa situação funcional. Que pensaria ele, se fosse comandante-chefe, de um seu chefe de Estado-Maior que, sem dar cavaco, publicasse um livro onde pusesse em causa toda a sua ação de comando?”

O general calou-se, mas logo a seguir reafirmou a sua fidelidade. Queria dizer-me que nunca seria um homem de esquerda; houvesse o que houvesse, nunca o veriam do lado da oposição. Disse que era “um militar disciplinado. Não colaborava em revoluções. Não é homem de golpes de Estado”.

Apesar disso, porém, entende ser seu dever chamar a atenção do chefe do Governo para a situação nas FA.

Os oficiais jovens do quadro permanente continuam organizados e descontentes, informava Spínola, acrescentando que o têm procurado e ele entende ser seu dever recebê-los porque considera ser um erro perder o contacto com eles. Recebe-os no seu gabinete, em frente de toda a gente, para excluir qualquer suspeita de conspiração. E tem-lhes falado a clara linguagem da disciplina. Sem disciplina não há exército (...). Efetivamente tinha conhecimento que se mantém e continua ativa a chamada “organização dos capitães”. E suspeito que por detrás de tudo está a vontade de se não baterem mais [na guerra]. Isso é muito grave, conclui.

Os efeitos do livro parecem não mais dar tréguas ao Governo. A delegação em Moçambique da Direção-Geral de Segurança envia para o chefe de gabinete do ministro do Ultramar (dia 9 de março) uma carta com vários considerandos. Desde logo que o livro que chegou pelo semanário “Expresso” da edição de 23 fevereiro constituía um “golpe de Estado em papel, de consequências em si mais desastrosas que o próprio terrorismo no ultramar”. Segundo a mesma fonte, o livro deixa antever

---

<sup>89</sup> AMC, Presidente do conselho – Ultramar/ Relatórios, notas e correspondência - 1968-1974, Cx 12, n.º 10, datado de 07 de março de 1974

perspetivas de um futuro duvidoso, sobretudo devido à presente situação em que é deficiente a atuação das FA e os militares se imiscuem na política e chega a referir que Spínola aspira ao Governo do país e por isso aceitou o cargo de vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Para a DGS moçambicana, o autor do livro aceitou o cargo para poder continuar ligado às FA, das quais espera uma tomada de poder em seu favor.<sup>90</sup>

A 12 de março uma outra carta de Luis C. Lupi em papel timbrado da “Lusitânia”, a agência noticiosa da imprensa portuguesa, trazia em anexo dois artigos publicados na imprensa inglesa: um do “Daily Telegraph” (sem data), um outro da revista Newsweek de 11 de março com o título “How to stay in África” e outro do L’Express Afrique.

O artigo da “Newsweek” fala da saída do livro e da opinião que Spínola transmite na obra ao defender uma solução política para a dispendiosa guerra em África. Defensor de uma independência parcial, Spínola advoga que é a única forma de manter influência em África. Entende que a campanha de subversão e terror das guerrilhas negras não podia ser esmagada pelas armas. Dizia que 12 horas após a publicação, o livro tinha esgotado nos quiosques da baixa de Lisboa. Enquanto os jovens membros da situação saudavam o documento como o mais importante em décadas, a ala direita do regime começou a fazer lóbi para a demissão de Spínola. Mas o regime do conservador Marcello Caetano remeteu-se ao silêncio – parecendo ter sido possível que Caetano, tendo lido anteriormente o livro, tenha decidido que teria um certo mérito.<sup>91</sup>

O mesmo artigo da “Newsweek” aparece também nos relatórios da imprensa estrangeira recebidos pelo ministro do Ultramar e elaborados pela secretaria de Estado da Informação e Turismo e pela direção-geral de informação. Na visão de quem elaborou o relatório sobre o artigo, o general Spínola aparece como um herói nacional. Até ao fim da semana, o regime conservador do primeiro-ministro Caetano não tinha aventado qualquer reação para além de um discreto silêncio – e isso supunha, porque

---

<sup>90</sup> AMC, Presidente do conselho, Ultramar/Relatórios notas e correspondência 1968-1974/Cx 12,n.º 13, anexo 1

<sup>91</sup> AMC/Presidente do conselho – Ultramar/Relatórios notas e correspondência - 1968-1974, Cx 12,n.º 12

talvez Caetano tivesse já lido o livro e pensasse que o plano de Spínola tivesse um certo mérito, contando que Lisboa mantivesse, de facto, o controle das finanças, defesa e assuntos externos.<sup>92</sup>

## **VI.2 DGS faz prova de vida**

Ao meio-dia de 08 de março, os capitães Vasco Lourenço, Carlos Clemente, Antero Ribeiro da Silva e David Martelo, tomam conhecimento oficial do despacho ministerial que lhes ordena a transferência de unidade. Os dois primeiros devem seguir para o Comando Territorial Independente dos Açores, o terceiro para o Comando Territorial Independente da Madeira e o último da Escola Central de Sargentos (ECS) de Águeda, onde leciona, para o Batalhão de Caçadores 3, em Bragança.

Duas horas depois, Otelio Saraiva de Carvalho foi chamado a casa de Pinto Soares e é informado do acontecimento. Na sua leitura, o poder, tendo tido conhecimento da reunião de Cascais e movia-se no sentido de tentar destruir o movimento.

Desconhecendo as razões da decisão governamental, o movimento entendia que verdadeiramente importante na organização era Vasco Lourenço, membro da direção e elemento motor da ligação. Carlos Clemente e David Martelo eram delegados e ativistas, sem funções de direção. Antero Silva era um agente de ligação. Os três facilmente substituíveis. Vasco Lourenço estava há muito detetado juntamente com Dinis de Almeida (transferido para o RAL 5 de Penafiel) e Hugo dos Santos – imobilizado, sob observação, no Regimento de Infantaria 15 de Tomar, aguardando embarque para a Guiné. Quanto aos outros três, o MFA defende que foram mencionados numa troca de correspondência violada entre dois oficiais do MFA.<sup>93</sup>

Do lado do Governo, o subsecretário de Estado do Exército, Viana de Lemos, justificará que dos oficiais transferidos, o capitão Vasco Lourenço tinha sido

---

<sup>92</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Fundo: Ministério do Ultramar (MU), Gabinete do ministro (GM), Gabinete dos negócios políticos (GNP), Série (SR) 115 - Relatórios da imprensa estrangeira 1974, Pt. 12

<sup>93</sup> CARVALHO, Otelio Saraiva de, 1991, *op. cit.*, pp. 243-244

incriminado num auto levantado no Estado-Maior do Exército (EME) visto ter sido portador de um elevado número de panfletos anónimos, relativos a uma manifestação de solidariedade dos oficiais da metrópole com os seus camaradas de Moçambique envolvidos nos incidentes que se haviam passado na Beira. Viana de Lemos adianta que seria conveniente o seu afastamento do continente até se serenarem os ânimos.<sup>94</sup>

Quase em simultâneo, relata o subsecretário de Estado, tomou conhecimento de cópias de documentos do movimento. Numa delas, que disse ter tido conhecimento no início de março, dava-se conta de que o movimento se estava a organizar por Armas e Regiões Militares e estabelecia as células de ligação. O documento em causa era referido à Arma de Infantaria e à Região Militar de Coimbra e indicava como responsável pela rede o capitão Carlos Clemente e na sua ausência o capitão Ribeiro da Silva e eram mencionados os nomes dos oficiais delegados nas diferentes unidades de Infantaria na Região Militar de Coimbra e terminava com a indicação de que devia ser destruído após a sua leitura. Num outro, que era totalmente manuscrito, falava-se num jantar de homenagem ao major Hugo dos Santos, em contribuições financeiras para o movimento e na necessidade de contactar tenentes-coronéis e coronéis. Foi decidido optar, também neste caso pela transferência para as ilhas adjacentes.

Na véspera da data prevista para o embarque dos três oficiais deu-se, na opinião do subsecretário de Estado, a primeira rebelião aberta com o incidente do «rapto e sequestro» de dois desses oficiais que no dia seguinte foram entregues pelo capitão Pinto Soares ao Quartel General da Região Militar de Lisboa.

“Por mim”, relata Viana, tudo começou na madrugada de 08 de março quando foi alertado pelo ministro da Marinha e depois pelo secretário de Estado da Aeronáutica, que lhe disseram terem sido avisados de que se preparava um movimento ou uma reunião de oficiais para evitar as transferências. Reuniram-se então, nessa madrugada, pela primeira vez, todos os ministros das pastas militares no gabinete do ministro do Exército, tomaram-se precauções para assegurar os

---

<sup>94</sup> LEMOS, Viana de, 1977, *Duas Crises, 1961-1974- um olhar de um oficial do exército português*, Lisboa, Edições Cosmos, p.76

embarques, mas verificou-se que só o capitão Clemente compareceu.<sup>95</sup> Já na versão de Otelo Saraiva de Carvalho, o que aconteceu não foi o aparecimento voluntário do capitão Carlos Clemente. O que terá acontecido é que pelas 06:30 da manhã o tenente-coronel Ferrand d'Almeida bateu à porta de Carlos Clemente dizendo que tinha ordem para o levar para a sua unidade, o RC 7, e guardá-lo ali até o acompanhar ao avião que o levará para os Açores.

De regresso à reunião ministerial, Viana de Lemos nota que durante a sessão o ministro da Defesa tentou, durante 40 minutos, alertar o general Costa Gomes, o qual só compareceu na manhã de dia 09, alegando que não tinha ouvido o telefone por ter tomado um comprimido para dormir. Segundo Viana, Costa Gomes começou por considerar as transferências injustificadas, mas depois ficou em silêncio quando lhe mostrou os panfletos. De referir que nos arquivos dos ministros militares nada consta sobre esta reunião.

Para discutir a questão das transferências compulsivas, reúne-se a Comissão Coordenadora Executiva do movimento em Alvalade (Lisboa). Presentes, entre outros, estiveram o capitão Silva Pinto (paraquedista), o capitão Balacó e Geada (Força Aérea Portuguesa), capitão-tenente Contreiras (Armada) e Melo Antunes, Rosário Simões, Morais da Silva, Gastão Silva, Luz e outros, do Exército, não pertencentes à Comissão Coordenadora Executiva.

Os homens aprovaram uma proposta no sentido de concentrar pelas 16:00 do dia seguinte, no Terreiro do Paço, junto ao Ministério do Exército, uma manifestação de protesto de oficiais que exigiriam ser recebidos pelo ministro. Iriam todos os que estivessem disponíveis.

Face a algumas hesitações, Otelo apresenta uma nova proposta. Considerando que a manifestação não ia impedir o embarque dos militares, propôs que não se permitisse o cumprimento das ordens ministeriais e ordenava que não seguissem para as ilhas, sequestrando-os se desobedecessem ao MFA. Esta proposta acabou por ser aprovada por maioria. Esta não invalidaria a anterior, ambas as ações se realizariam.

---

<sup>95</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, pp. 77 -78

Vasco e Antero obrigavam-se a faltar ao embarque. David Martelo seguiria o seu destino sem entraves. Carlos Clemente, não estando presente foi avisado por telefone.

Entretanto, Almada Contreiras, levando em conta a amizade existente entre o ministro da Marinha, almirante Pereira Crespo, e António Spínola propõe-se ir a casa do ministro e avisá-lo de que algo incontrolável poderá acontecer no Exército se a ordem de transferência dos oficiais não for anulada, pedindo-lhe que interfira junto do ministro do Exército. A proposta foi aprovada e Pereira Crespo acabou por receber Contreiras. O ministro responde que a ordem não será cancelada. A conversa termina pelas três da manhã.<sup>96</sup>

No seguimento desta tomada de conhecimento, os ministros militares reúnem-se e é ordenada a entrada em regime de prevenção rigorosa da Unidade de Lisboa e a da província em regime de prevenção simples. Foi determinada medida idêntica para as forças de segurança.

Vasco Lourenço e Antero Ribeiro da Silva recebem ordem para sair de casa, são 05:30 da manhã. Carlos Clemente não acredita e deixa-se ficar. Pelas 06:30 o tenente-coronel Ferrand d'almeida bate-lhe à porta e leva-o ao avião para embarcar para os Açores.

Na manhã do dia 09, Pinto Soares entrega ao diretor da Arma de Engenharia um requerimento exigindo a sua demissão de Oficial do Exército, apresentando como motivo a transferência arbitrária de quatro camaradas.

Otelo é solicitado na noite de dia 09 para uma reunião em que Pinto Soares se encarrega de, em nome do movimento, ir entregar os sequestrados ao quartel-general. Pinto Soares acompanhará cerca da meia-noite os dois oficiais sequestrados – Vasco Lourenço e Ribeiro da Silva ao Quartel-General da Região Militar de Lisboa tentando obter com a sua entrega a anulação dos despachos de transferência. Em resultado desta ação ficam os três presos no Forte da Trafaria.

Dado o estado de prevenção em que entraram as unidades, a manifestação não chegou a concretizar-se.

---

<sup>96</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 245

A 09 de março, depois da longa noite de trabalho, o ministro da Defesa envia uma carta manuscrita a Marcello Caetano. De acordo com a missiva, naquela noite, às 04:00 da madrugada, o ministro da Marinha tinha-lhe telefonado dizendo ter notícias seguras de que se prepararia qualquer ação, que ignorava qual fosse, mas de um caráter violento, para impedir o embarque dos oficiais que o Ministério do Exército transferiu para os Açores e para a Madeira. Igual comunicação dizia ter recebido do secretário de Estado da Aeronáutica. Informava que se tinham tomado, em consequência, as providências aconselháveis estando a Unidade de Lisboa em regime de prevenção rigorosa e a da província em regime de prevenção simples. O ministro do Interior determinou medida idêntica para as forças de segurança.<sup>97</sup>

Otelo acrescenta que a CCE difundiu dentro dos contactos telefónicos que conseguiu uma nova atitude a tomar: apresentação dos camaradas nas unidades e estabelecimentos, pelas 16:00, ao comandante, assumindo a sua quota-parte de responsabilidade no «sequestro» e solidarizando-se com os «sequestrados». Otelo diz que a ação provocou nos comandos das unidades e desconfortável sensação de que o movimento se movia.<sup>98</sup>

Sobre a transferência compulsiva dos oficiais, Costa Gomes dirá mais tarde numa entrevista que eram simples medidas administrativas, que já não escondiam a gravidade da situação.<sup>99</sup>

### **VI.3 Ir até ao fim, vencer ou ser vencido**

Dois dias depois, Marcello Caetano, que parece ter minimizado o episódio, procura, a 11 de março, o chefe do Estado para lhe dar oficialmente a ratificação da sua política ultramarina obtida na Assembleia Nacional.

Marcello diz que quer prosseguir com a atividade governativa normal e mostra ao PR a sua preocupação com a situação económica, comunicando que pretende

---

<sup>97</sup> AMC, Carta manuscrita de Joaquim Silva Cunha, ministro da Defesa Nacional, Cx 24, n.º6, datada de 09 de março de 1974

<sup>98</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 247

<sup>99</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, 1998, *op. cit.*, p. 203



remodelar o setor económico do Governo. Já para o Presidente da República esta parte do encontro que versou a economia do país não mereceu qualquer apontamento.

Thomaz escreve que no dia 11 agravou-se a crise política suscitada pela publicação do livro *Portugal e o futuro*, durante a audiência desse dia concedida ao chefe do Governo, a primeira após a de 28 fevereiro.

O chefe do Estado começa por lamentar não ter tido conhecimento da publicação e responsabiliza Marcello Caetano pela saída do livro, a ele mais do que ninguém.<sup>100</sup>

Esta foi a segunda audiência que principiou pelo tema do livro. A 28 de fevereiro, o PR tinha-se referido à sua difusão inconveniente, mas 11 dias depois partiu para a responsabilização direta do primeiro-ministro, após se aperceber das repercussões, de ter ouvido os seus mais diretos conselheiros e da situação nas Forças Armadas permanecer inalterada, sem nenhuma sanção aplicada aos dois generais.

Thomaz refere que Caetano pareceu ter caído em pânico quando lhe disse que tinha que demitir os generais. Segundo o Presidente, Caetano reagiu com uma interrogação: “como é que eu posso exonerar os dois generais, se fui eu quem autorizou a publicação do livro?”

O pânico de Marcello pode ser justificado por temer que, uma vez demitidos os generais, essa situação conduzisse a uma reação dos oficiais, que acreditava estavam sob o controlo de António Spínola e Costa Gomes.

Mas para o chefe do Estado, a publicação do livro já não era a questão essencial pela qual deveriam ser exonerados, pois o caso do livro, constituindo embora um erro evidente e até um abuso estranho, passara já e infelizmente, em julgado! A razão era porém diferente, mas determinante: não poderem nem deverem continuar à frente do Estado- Maior General das FA dois oficiais generais que mostravam não acreditar na vitória militar portuguesa em África e que advogavam uma solução política, quando era precisamente a solução militar aquela em que a Nação, o seu Governo e o seu

---

<sup>100</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, p. 351

Exército estavam empenhados desde o início, por não considerarem qualquer solução alternativa admissível.<sup>101</sup>

Desta vez será Marcello que não relatará esta parte do encontro nas suas memórias, mas anotando que a conversa terminou num ambiente de certa tensão como nunca sucedera durante os cinco anos e meio em que naquelas funções colaboravam.

O envio, nesse dia, a Américo Thomaz um pedido formal de exoneração do cargo é a única versão coincidente dos acontecimentos entre ambos (Anexo II).

“A nossa conversa desta manhã radicou-me a convicção de que não devo continuar na chefia do Governo. Peço, pois, a Vossa Excelência o favor de promover a minha substituição. Sou efetivamente responsável por ter dito ao ministro da Defesa que se louvasse na informação do general Costa Gomes para autorizar a publicação do livro do general Spínola. Pelo erro cometido, devo pagar. Por outro lado, as críticas feitas por Vossa Excelência à atuação do Governo em vários setores são inteiramente procedentes e só provam que o cansaço de cinco anos e meio, agravado por uma afeção cardíaca, me privaram da energia necessária neste difícil momento da vida nacional para conduzir os negócios públicos.”<sup>102</sup>

Recebida a carta, Thomaz chama a si os ministros da Defesa e do Interior e depois de os ter ouvido manda, quase à noite, chamar Caetano a Belém.

Novamente juntos, Thomaz dir-lhe-á que naquele momento já é tarde para qualquer deles abandonar o seu cargo: “temos de ir até ao fim” – (ou seja, ou vencer ou ser vencido).

Caetano dirá apenas nas suas memórias que o segundo encontro daquele dia tenso serviu para ratificar a confiança de Thomaz na sua política. O PR escreverá a propósito desta interpretação de Caetano que as suas palavras estavam longe de representar propriamente uma reiteração de confiança.

---

<sup>101</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, p. 352

<sup>102</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, pp. 353

Em menos de duas semanas já ia no segundo pedido de renúncia comunicado ao PR. A crise política batia no fundo. A partir daqui torna-se ainda mais clarividente que Marcello se limita a fazer sobreviver o Governo e o regime.

#### **VI.4 Ministros já não controlam departamentos**

À mesma hora do agudizar da crise em Belém, o ministro da Defesa convoca uma reunião no seu departamento para as 11:00 com os ministros do Exército, Andrade e Silva, da Marinha, Pereira Crespo, o secretário de Estado da Aeronáutica, Tello Polleri, o subsecretário de Estado do Exército, Viana de Lemos, e o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Costa Gomes.

Na abertura do encontro datado de Lisboa, cuja ata está assinada por Viana de Lemos, o ministro da Defesa comunicou que o objetivo era o de estudar se se deveriam continuar a adotar medidas de segurança nas Forças Armadas para fazer face à situação presente e qual o grau que essas medidas deviam assumir. Punha o problema à consideração dos ministros militares.

O ministro do Exército informou que nessa manhã, às 8:00, se havia passado ao estado de alerta, estando prevista a passagem ao estado de prevenção simples às 21:00, retomando-se a situação de alerta na manhã seguinte, enquanto a situação ou a previsão de reações a decisões que viessem a ser tomadas o justificasse.

O ministro da Marinha concordou, na generalidade, com esta opinião mas afirmou que optava pela manutenção de um único estado de segurança, que poderia ser o de prevenção simples, para evitar as perturbações causadas pelas mudanças frequentes.

O secretário de Estado da Aeronáutica declarou que preferia igualmente um único estado de segurança no que foi depois secundado pelo ministro do Exército.

De seguida falou o CEMGFA que principiou por se queixar da falta de informações com que o Comando Geral de Segurança Interna lutava, pois não as recebia dos estados maiores dos três ramos nem das Forças de Segurança e poucas da

Direção-Geral de Segurança. Afirmar que a situação é muito grave e resultante de terem sido tomadas medidas de força que considerava inoportunas face ao momento presente.

Desta parte da intervenção de Costa Gomes, parece notar-se que o CEMGFA, que deveria ser um dos mais bem informados do regime, enquanto responsável pelo Comando-Geral de Segurança Interna, debate-se com falta de informação e nota que haveria aqui uma intenção de, deliberadamente, não o informar por parte dos ministros militares e da DGS.

Durante a reunião, Costa Gomes historiou o caminho do “movimento de capitães” iniciado como reação contra a publicação do Decreto Lei n.º 353, e que deu origem à apresentação de várias reivindicações. Após ter tomado posse a nova equipa governamental, havia constatado uma tendência que permitia concluir que os espíritos se estavam acalmando, mas ultimamente essa tendência havia sido destruída.

Primeiro, os incidentes da Beira, entre a população civil e os militares, haviam provocado um largo sentimento de solidariedade militar que se estendera a outras províncias ultramarinas e à metrópole, movimento esse que se consubstanciava num manifesto com 470 assinaturas.

Considera igualmente como fator responsável pelo agravamento da situação o facto de se ter realizado uma reunião de comandos no ministério do Exército a que não “teve a honra” de assistir e bem assim as medidas tomadas ultimamente com a transferência de alguns oficiais.

Considerava a situação extremamente grave devido à não aceitação por muitos militares das vias hierárquicas, pois os generais não tinham prestígio, mais concluindo que, certamente, nenhum dos membros do Governo ali presentes controlava a evolução de qualquer situação dentro do seu departamento.

Aliás, pedia autorização para, na presença do ministro da Defesa, apresentar estas considerações ao presidente do conselho. O ministro da Defesa respondeu que o CEMGFA tinha acesso ao presidente do conselho e que podia pedir audiência sem que ele estivesse presente e considerava que os seus comentários excediam em muito o

âmbito da reunião e que até se poderiam relacionar com o equacionamento da política do Governo.

Sobre esse assunto, lembrou Silva Cunha, a política estava definida e aos membros do Governo ou às pessoas da sua confiança apenas restava um caminho que era segui-la sem hesitação.

Pessoalmente e no que se referia à agitação dos capitães distinguia três hipóteses: aceitar as suas reivindicações, o que implicaria o abandono imediato das funções governamentais, por tal ser incompatível com o compromisso de honra prestado quando o aceitou; pretender que se ignora ou não se percebe o que se está a passar deixando as coisas avolumarem-se e ignorando que há quem não se queira bater e prefira situações mais cómodas e tentar por todos os meios dominar a situação. Tendo em consciência a certeza de que a política do Governo era a que convinha à nação não podendo logicamente aceitar as duas primeiras soluções.

Silva Cunha punha um travão na discussão, expressando desejar que o debate não se generalizasse neste âmbito e se limitasse apenas ao assunto que fora objeto de convocação.

O ministro do Exército apoiou firmemente a posição do ministro da Defesa que considerou a única admissível. Esclareceu igualmente que a posição assumida relativamente aos oficiais que foram transferidos não podia de forma alguma ser considerada dúbia, uma vez que haviam infringido os deveres 1.º, 25.º e 27.º do artigo n.º 4 do RDM o que os tornava passíveis de procedimento disciplinar.

O ministro da Marinha, para além de exprimir a sua concordância, pedia que lhe perdoassem a vaidade mas que, após cinco anos de permanência na sua pasta não podia aceitar a afirmação de que não seria capaz de controlar o seu departamento. O secretário de Estado da Aeronáutica apoiou a posição e a tese dos ministros da Defesa e do Exército afirmando que, pessoalmente, nunca quereria estar à frente de um departamento em que o comando se efetuasse de baixo para cima, afirmou igualmente não duvidar que podia controlar o seu departamento.

O CEMGFA afirmou que, embora fora do âmbito da reunião, tinha pretendido apresentar as suas considerações e que o fizera por julgar grave a situação nos três

teatros de operações, dizendo a propósito que o general Bettencourt Rodrigues (comandante-chefe na Guiné) regressava a Bissau cheio de apreensões.

Finalmente, foi decidido que o CEMGFA comunicasse aos três ramos que, até nova ordem, as unidades se manteriam em estado de alerta.<sup>103</sup> (anexo)

## **CAPÍTULO VII: Encenação no palácio e a saída de cena dos generais**

Marcello queria “arrumar” a questão militar. Tinha perante si o Presidente da República, pressionado pelos setores conservadores a reclamar a demissão dos dois generais. Por outro lado, temia que, uma vez demitidos, o MFA reagisse em sua defesa. Nas suas palavras pretendia “evitar pretextos para o recrudescimento da indisciplina, mas para isso tornava-se necessário que eles fizessem qualquer coisa que permitisse ao Governo mantê-los”.

Nesse sentido, reuniu-se a 12 de março com os ministros das pastas militares. O presidente do conselho entendia que uma vez obtida da Assembleia Nacional a ratificação da política ultramarina e do chefe do Estado a reafirmação da confiança – “estava definido pelos órgãos constitucionais competentes o caminho a seguir por todos os portugueses e em especial pelas FA, enquanto instrumento que deviam ser da execução da política traçada pelos poderes constituídos”.<sup>104</sup>

Marcello Caetano tinha por estes dias apenas o formalismo do seu lado pois a Assembleia Nacional não representava a verdadeira vontade do povo e o chefe do Estado reconduziu-o por não ter outras opções.

Segundo o plano de Caetano, deveria pedir-se ao CEMGFA e ao seu vice e a todos os oficiais-generais em serviço na metrópole para virem à presença do presidente do conselho dizer que as FA não têm política própria, por ser da sua natureza e da sua ética cumprir as diretrizes traçadas pelos poderes constituídos e que o país poderia estar certo de que nesse rumo se manteriam. Esta declaração deveria

---

<sup>103</sup> AMC, Carlos Viana de Lemos, Subsecretário de Estado do Exército, Cx33,n.1,2 e 3

<sup>104</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 200

ser proferida por Costa Gomes tendo ao seu lado António Spínola.<sup>105</sup> Terá Caetano tentado efetivamente segurar os generais no seu posto para, por essa via, manter controlado o MFA ou imaginaria que ambos iam declinar e assinar a sua demissão?

Pelas 19:00 o ministro do Exército convoca Viana de Lemos para uma reunião no gabinete do ministro da Defesa. Esteve também presente o secretário de Estado da Aeronáutica e foram então informados pelo ministro da Defesa de que era necessário que os comandos dos três ramos se reunissem numa manifestação de apoio e concordância com a política ultramarina do Governo. O general Andrade e Silva ainda disse que não lhe parecia necessária essa manifestação política, pois esse tipo de manifestação não era do agrado dos militares, além de que em certas reuniões do ministério, os comandos já haviam tomado posição favorável.

Perante a insistência do presidente do conselho, como tinha ficado combinado que nessa cerimónia deveria usar da palavra o CEMGFA foi então chamado ao gabinete Costa Gomes. Ao ser-lhe comunicado o que pretendiam que fosse o seu papel recusou-se “abruptamente” a tomar parte nessa reunião.<sup>106</sup>

O argumento de Costa Gomes foi o de que não se sentia autorizado a representar as FA em tal manifestação por ignorar a sua verdadeira posição. A conversa entre Silva Cunha e Costa Gomes subiu de tom e terminou com o ministro a perguntar-lhe se tirava ilações da decisão que havia tomado. Costa Gomes respondeu que sim e abandonou a sala.

Nessa tarde, Costa Gomes chamou ao seu gabinete todos os oficiais generais que com ele trabalhavam na chefia do Estado-Maior para lhes comunicar a sua decisão de não comparecer na manifestação. António Spínola afirmou: “Acompanho-te na decisão que tomaste porque foi correta”.<sup>107</sup>

A decisão de Caetano de encarregar o ministro da Defesa de chamar ao seu gabinete Costa Gomes para lhe comunicar a necessidade da manifestação e para lhe dizer que era a ele que competia fazer o discurso a reiterar o apoio das FA à política ultramarina do Governo devia caber, segundo Américo Thomaz, ao chefe supremo das

---

<sup>105</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 201

<sup>106</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, p. 80

<sup>107</sup> RODRIGUES, Luis Nuno, 2008, *op. cit.*, p. 120

FA, que era o chefe do Estado, e não o chefe do Governo. Dado o momento extremamente grave que se vivia, era perante ele que uma manifestação (...) podia justificar-se”.<sup>108</sup>

À meia-noite e um quarto, Viana de Lemos foi a casa de Costa Gomes. Os dois homens residiam na capital perto um do outro e tinham uma relação estreita. O CEMGFA insistiu durante a conversa, relatada por Viana, que o Exército estava doente e que o Governo não sabia lidar com os oficiais, pois tinha entrado no caminho da violência, que era como classificava as transferências que tinham ocorrido.

Quando Lemos lembrou a reunião que tinha decorrido com os comandos das regiões militares, Costa Gomes reafirmou que tudo era uma farsa pois nenhum dos generais tinha qualquer autoridade. E exemplificou: era o caso do general Martins Soares, ou do Pinheiro, que lhe havia afirmado não controlar a região de Coimbra (que o interessado negou posteriormente a Viana de Lemos), ao Pires sem qualquer contacto com as unidades, ao Luz Cunha que não sabia o que estava a fazer.<sup>109</sup>

Além da recusa dos dois chefes, também o contra-almirante Tierno Bagulho não compareceu à cerimónia assim como os generais Kaúlza de Arriaga e Silvino Silvério Marques e o brigadeiro Jaime Silvério Marques. Caetano demitiu Costa Gomes e António Spínola no próprio dia 14.

O presidente do conselho refere apenas que o general Silvino Silvério Marques justificou a sua ausência por ter no mesmo dia e hora uma audiência com o chefe do Estado no Palácio de Belém. Para Caetano, este general era um integracionista convicto e pouco tempo antes aceitara e agradecera ao Governo a sua nomeação para administrador por parte do Estado do Banco Nacional Ultramarino.

Em nome dos oficiais generais foi convidado a falar o chefe do Estado-Maior do Exército, General Paiva Brandão, como o mais antigo dos chefes de Estado Maiores.

Apesar de Caetano referir que se reuniu com os ministros militares dia 12 de março e que foi nesse dia que lhes comunicou o plano para dia 14, Otelo contrapõe que no dia 11 almoçou com o capitão António Ramos, ajudante de campo de Spínola,

---

<sup>108</sup> THOMAZ, Américo, *op. cit.*, pp. 355-356

<sup>109</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, p. 82



que lhe transmitiu as preocupações do general dizendo-lhe que já se sabe que no dia 14 todos os oficiais generais dos três ramos irão a S. Bento afirmar a Marcelo a sua fidelidade e solidariedade ao Governo, em nome das FA. Spínola sugeria uma manifestação de protesto dos oficiais do movimento, em uniforme número um e com as condecorações, como desagravo à atitude dos generais.<sup>110</sup>

A 13 de março, 125 oficiais da Armada solidarizaram-se com os oficiais do Exército detidos e transferidos de unidade e manifestaram numa moção a sua determinação em não participar em nenhuma medida dirigida contra os militares de qualquer ramo das Forças Armadas.

Nesse dia, Marcello recebeu os dois generais, a pedido deles, e não lhes deixou dúvidas que a sua não comparência implicava a exoneração dos cargos.

A audiência aos oficiais generais do Exército, da Marinha e da Força Aérea teve lugar na sala nobre do Palácio de S. Bento.

Paiva Brandão afirmou no seu discurso (Anexo III) o que estava previamente delineado pelo presidente do conselho. “As FA não fazem política, mas é seu imperioso dever e também da nossa ética, cumprir a missão que nos for determinada pelo Governo legalmente constituído. Ao longo da nossa história, de mais de oito séculos, tem sido a união dos portugueses, até nas ocasiões mais críticas, que tem despertado o ânimo e a confiança necessários para prosseguir no rumo mais adequado ao interesse nacional.

Essa afirmação de unidade é também razão da nossa presença”, disse o chefe do Estado-Maior do Exército.

Paiva Brandão aludiu depois ao discurso do presidente do conselho no dia 05 de março, referindo que “nunca será demais recordar que as operações militares em Angola, em Moçambique e na Guiné resultaram da legítima defesa perante uma agressão preparada e desencadeada a partir de territórios estrangeiros”.

Brandão prosseguia afirmando que quando o interesse coletivo, como a proteção das populações que continuam ameaçadas, exige que se prossiga no esforço

---

<sup>110</sup> CARVALHO, Otelio Saraiva de, 1991, *op. cit.*, pp. 248-249

de defesa, em busca de uma paz baseada na Justiça e no progresso, acima de tudo [as FA] querem “manter-se unidas e solidárias”.

E terminava dizendo que num momento em que o progresso da nação e o bem-estar dos portugueses dependem da proteção que lhes é dada pelas forças militares, é também oportuno dizer a Vossa Excelência [presidente do conselho] que estão unidos.<sup>111</sup>

Por seu lado, o chefe do Governo disse ter escutado e aceitado a afirmação de “lealdade e disciplina” das FA.

“A vossa afirmação de que as Forças Armadas não só não podem ter outra política que não seja a definida pelos poderes constituídos da República, como estão, e têm de estar com essa política quando ela é a da defesa da integridade nacional”, afirmou.<sup>112</sup> Caetano terminou afirmando que “o país está seguro de que conta com as suas FA. Em todos os escalões destas não poderão restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandos”.

Os discursos da manifestação seriam largamente difundidos na imprensa escrita. O “Diário Popular” titulava a 15 de março na primeira página: “Altas patentes das FA expressam apoio à ação do Governo” e no interior escrevia, citando Caetano: “o país está seguro de que conta com as Forças Armadas”, desenvolvendo que tinham estado presentes dezenas de oficiais-generais dos três ramos das FA, incluindo os comandantes das regiões militares do continente e também as corporações de segurança compareceram em S. Bento para afirmarem o apoio a Marcello Caetano.<sup>113</sup>

O presidente do conselho nomeou no mesmo dia o general Luz Cunha, que era comandante-chefe em Angola e desempenhara o cargo de ministro do Exército, para o lugar de chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Ainda neste dia dá-se o embarque de Vasco Lourenço para Ponta Delgada e de Ribeiro da Silva para o Funchal.

Relativamente ao processo que conduziu à demissão dos dois generais, o Presidente da República viria a ter mais tarde uma postura bastante crítica da forma de atuar do primeiro-ministro.

---

<sup>111</sup> AHM, F6/I, SR 14, Cx 484, n.º 24, Anexo 2

<sup>112</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, pp. 201-202

<sup>113</sup> “Diário Popular”, n.º11276, de 15 de março de 1974, pp. 1-9

Para Américo Thomaz, o que se passara foi que mais uma vez Marcello Caetano não teve coragem para proceder à exoneração de forma frontal. Para o chefe do Estado essa atitude constituiu mais um erro e, sobretudo, mais um sinal de fraqueza.

A forma encontrada pelo primeiro-ministro para resolver a questão não foi previamente comunicada a Belém e não teria o agrado nem a aprovação do chefe do Estado. Thomaz recorda que teve conhecimento da manifestação por dois oficiais generais que lhe quiseram explicar a razão de ser da sua não comparência.<sup>114</sup>

Para o PR, com esta manifestação acentuou-se “a cisão da oficialidade em duas parcelas, a da hierarquia e a restante”.

Relativamente ao discurso de Paiva Brandão, que terminava com a afirmação da unidade nas Forças Armadas, Thomaz comentaria que “a união não existia de facto, pois a oficialidade dos três ramos das FA estava cindida em dois pedaços, o que compreendia os oficiais já adultos e os oficiais mais jovens, desligados fortemente dos seus chefes, que sobre eles tinham deixado, na verdade, de exercer qualquer atuação.”

## **CAPÍTULO VIII: Remodelação no Governo**

Quando é recebido por Américo Thomaz a 11 de março, Caetano aborda o PR no sentido de que o que o preocupava era prosseguir com a atividade governativa e mostra-se particularmente atento à situação económica, exemplificando com o agravamento da inflação resultante da crise do petróleo ocorrida no final do ano anterior.

Nas suas memórias escreve que o país tinha, há “bastantes anos, um saldo positivo anual na balança de pagamentos internacionais que permitira conservar e aumentar as reservas de ouro e divisas. Mas o aumento do preço do petróleo bruto a importar, só por si levava uma importância equivalente a esse saldo anual tal como se apresentara no ano anterior. E as implicações do encarecimento da energia no custo

---

<sup>114</sup> THOMAZ, AMÉRICO, *op. cit.*, p. 354

de outros produtos eram inevitáveis. Com estes argumentos Marcello justificava a necessidade de remodelar o setor económico do Governo imediatamente após o Carnaval, mas o ‘incidente’ da publicação do livro de Spínola levava-o a suspender a remodelação”.

Contudo, Marcello dá a ideia de manter a urgência na remodelação ao referir que não a devia “protelar” por mais tempo. A nomeação e tomada de posse conjunta dos novos ministros, secretários de Estado e subsecretário de Estado ocorrerá a dia 15 de março.

Caetano ainda expõe ao PR as linhas gerais das alterações a fazer: separação das Finanças e da Economia, por ter verificado ser uma carga demasiada para os ombros de um homem só, e o desdobramento da pasta da Economia em dois ministérios, um para a Agricultura e o Comércio, outro para a Indústria e Energia.

O chefe do Governo notou que o PR lhe pareceu “pouco bem disposto” e fez reparos a todas as soluções de orgânica e de pessoas que formulou, bem como às prioridades de atuação que indicou.<sup>115</sup>

Assim, a nova orgânica governamental que iria assumir os cargos por apenas mês e meio era formada pelos ministros da Agricultura e Comércio, João Mota Pereira de Campos, que anteriormente ocupava o cargo de ministro de Estado adjunto do presidente do conselho; pelo ministro da Indústria e Energia, Daniel Maria Vieira Barbosa; pelo novo ministro de Estado adjunto do presidente do conselho, Mário Ângelo Morais Oliveira, e para a nova pasta das Finanças, que passa a ter também a área da Coordenação Económica, transita o anterior ministro das Finanças, Manuel Artur Cota Agostinho.

Nas suas memórias, Caetano destaca os ministros da Agricultura e Comércio (a novidade reside na pasta a ocupar e não na pessoa, que já vinha do anterior elenco governativo) e na da Indústria e Energia para cujo lugar vai buscar uma figura que já tinha sido ministro da Economia de Salazar (1947-1948) e que era o Governador do Banco de Fomento Nacional desde 1965. Sem especificar, destaca apenas que os

---

<sup>115</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 200

ministros estão coadjuvados por “um excelente” grupo de novos secretários de Estado.<sup>116</sup>

Não explica a razão das saídas do ministro das Obras Públicas, Rui Alves da Silva Sanches (nomeado a 27-9-1969 e exonerado 15-4-74), nem a do secretário de Estado do Comércio, Alexandre de Azeredo Vaz Pinto (nomeado a 11-8-72 e exonerado a 15-3-74).

Para o lugar de secretário de Estado do Planeamento foi empossado Alberto S. Pinheiro Xavier e para o Comércio, Álvaro Henriques de Almeida. Quanto aos subsecretários de Estado entrou para a Indústria, Rui Vilares Cordeiro; para a nova Secretaria de Estado da Energia, Joaquim B. Soeiro de Brito e para a Informação e Turismo, António Caetano da Luz Carvalho.<sup>117</sup>

Num documento de março, mas sem data precisa, consta do arquivo pessoal de Marcello Caetano um discurso dirigido a ministros, secretários de Estado e subsecretários de Estado estritamente de assuntos económicos e em que explica a reorganização económica, afirmando que “é muito sobre uma só pessoa” ficar com os ministérios da Economia e Finanças, referindo-se à separação das duas pastas.

No final do discurso da tomada de posse, também proferido no Palácio de S. Bento afirma que o Governo está “a lutar em muitas frentes de combate”, revelando que essas frentes de combate estão “erçadas de obstáculos” que surgem independentemente da sua vontade e até sem possibilidade, muitas vezes, de previsão.

Apenas um dia após a manifestação de apoio da hierarquia militar naquele mesmo local, admite perante uma nova plateia: “Não sei mesmo se alguma vez a nação enfrentou simultaneamente tantos adversários por inimizade dos homens, outros por adversidade das circunstâncias. Mas perante a gravidade e a multiplicidade das lutas a sustentar não podemos cruzar os braços. A todo o desafio temos que dar resposta. Estamos aqui para combater”.

---

<sup>116</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 203

<sup>117</sup> ROSAS, Fernando (Direção) e BRITO, J. M. Brandão, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 1035

Numa atitude de certa forma contraditória e premonitória, termina mais uma vez sem explicar a que se refere em concreto: “A vitória pode vir ou não se ela não depender só de nós. Mas em todos os casos resta-nos a consciência do dever cumprido. E a verdade é que tenho fé na nossa capacidade de vencer os fados adversos.”<sup>118</sup>

Sobre esta última remodelação ministerial, que se efetivou nas vésperas da revolta das Caldas da Rainha, o seu antigo aluno Freitas do Amaral assume nas suas memórias que trabalhou sobre a mesma durante mais de um ano e que esta se baseou num estudo feito por uma comissão presidida por si. Freitas refere que não se traduziu apenas numa mudança de pessoas, mas numa reorganização dos vários ministérios económicos à semelhança das soluções adotadas em França e em Inglaterra. E exemplificava com a criação de um grande Ministério das Finanças e da Coordenação Económica bem como a extinção do Ministério da Economia e a criação, no lugar dele de dois importantes ministérios setoriais: o da Agricultura e o da Indústria. Freitas do Amaral refere que o único ponto em que Marcello não concordou com o seu projeto foi o respeitante à localização do departamento do responsável pelo Comércio (Marcello tinha exonerado o anterior secretário de Estado do Comércio). Enquanto Freitas propunha uma secretaria de Estado integrada nas Finanças, para articular melhor o combate à inflação, Caetano decidiu juntá-lo à Agricultura, departamento que passou a chamar-se Ministério da Agricultura e do Comércio.<sup>119</sup>

Em nenhum momento das suas memórias Marcello Caetano faz referência à conceção da remodelação por parte de Freitas do Amaral. Vinte dias após a remodelação, Freitas escreve uma carta manuscrita ao presidente do conselho “para abordar um caso pessoal”. Sem nomear de quem se trata fala em “seríssimas repercussões que a demissão dele terá no ministério – onde enfrentou nos últimos quatro anos, com uma coragem exemplar e uma paciência infinita, manobras, pressões, intrigas, injúrias e reveses, no intuito de servir lealmente o país na pessoa de V.EX.ª”

---

<sup>118</sup> AMC, Discursos e entrevistas 1972-1974, Cx 13, n.º14

<sup>119</sup> AMARAL, Diogo Freitas do, 1995, *O Antigo Regime e a Revolução Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, ed. Bertrand/Nomen, p. 134

Freitas do Amaral não escondia o estado em que se encontrava o regime: “sabe V. EX.<sup>a</sup> melhor que ninguém como o Governo, o regime, o país atravessam um período delicadíssimo da sua trajetória: permita-me que sinceramente lhe exprima a opinião de que não deveríamos cair no erro de consentir na eclosão de um escândalo político-financeiro. Quanto mais não seja porque a opinião pública sempre associa esses casos à ideia de um apodrecimento final”.<sup>120</sup>

Questionado sobre as memórias que tem do momento concreto da remodelação e das suas razões, o filho de Marcello Caetano disse-nos que existia um movimento especulativo em bolsa e que funcionários de bancos criavam contas paralelas à custa da especulação. A euforia acabou por “apanhar um elemento do então Governo”, que não quis revelar, embora ressalvando que “não foi ninguém ligado às Finanças”.

“O meu pai correu com todos eles”, afirmou escusando-se a acrescentar mais explicações. O único elemento não ligado às Finanças que foi exonerado foi o secretário de Estado do Comércio. Seriam estes problemas que motivaram a urgência da remodelação?

Contactada por nós, a assessoria da imprensa da Bolsa de Lisboa informou que não existem na biblioteca da bolsa registos da alegada especulação bolsista da época.

Numa caracterização desse período, o salazarista Manuel Maria Murias descreve que “os especuladores ganhavam milhões com fusões, reavaliações de ativos e fantásticas ofertas públicas de títulos cujo valor era monstruosamente acrescentado por descomunais prémios de emissão. A bolsa dançava num frenesim. A inflação campeava, ajudada pelo aumento dos preços do crude que, de repente, os sheiks árabes tinham encarecido consideravelmente. Os valores contabilísticos das empresas raramente correspondiam ao valor das ações cotadas na Bolsa. As multinacionais, ansiosas por penetrarem nos mercados ultramarinos a crescerem depressa, promoviam a alta fictícia dos valores. Cada novo título valorizado e depositado nos bancos como penhor mercantil, alargava perigosamente o crédito dos batoteiros”. E concluía, que se entrara numa época de capitalismo selvagem, “enroupada nas vestes

---

<sup>120</sup> AMC, Correspondência, Freitas do Amaral, 05 de abril de 1974, Cx 14, n.º 8

douradas do desenvolvimentismo” e “selada a água pela respeitabilidade do Banco de Portugal”.<sup>121</sup>

## **CAPÍTULO IX: A saída em falso a 16 de março**

A cerimónia do 14 de março, que ficaria conhecida como “brigada do reumático”, foi visionada por Otelo Saraiva de Carvalho e Casanova Ferreira na sala dos oficiais da Academia Militar. Viam pela televisão as figuras do Governo, dos chefes de Estado-Maior, comandantes de regiões militares, o diretor-geral de Segurança e confirmaram a ausência de Costa Gomes e de António Spínola.

Para estes homens, a cerimónia não passava de uma encenação. Era a prova de que “existia um fosso entre os oficiais mais velhos e os mais novos e que a maioria dos generais carecia de prestígio entre os seus subordinados”, como admitiu anos depois Marcello Caetano.<sup>122</sup>

A demonstração de que não havia unidade nas FA estava no avanço que, dois dias depois, uma companhia do Regimento de Infantaria 5 (RI) das Caldas da Rainha protagonizou ao avançar, isolada, sobre Lisboa, numa tentativa falhada de derrubar o regime.

Nas Caldas da Rainha os oficiais da RI 5 estavam prontos para qualquer ação desde que na reunião do 05 de março tomaram conhecimento de que os dois movimentos se reuniram sob o mesmo objetivo: o derrube do Governo como solução da crise do país.

As movimentações nas Caldas tinham inclusivamente dado origem a uma visita, no início de março, do brigadeiro Pedro Serrano, segundo comandante da Região Militar de Tomar. O comandante interino da unidade das Caldas, tenente-coronel Ernesto Farinha Tavares, ia tomando conhecimento das posições subversivas dos oficiais do regimento.

---

<sup>121</sup> MURIAS, Manuel Maria, 1998, *De Salazar a Costa Gomes*, Lisboa, Nova Arrancada, p. 267

<sup>122</sup> VERBO, Editorial, *op.cit.*, p.34



No dia 09 manifestam-se solidários com os militares presos; no dia 12 foram, um a um, junto do comandante interino manifestar apoio aos generais Costa Gomes e Spínola que iam ser demitidos por não comparecerem na manifestação de apoio à política governativa.

No dia 13 de março, o regimento recebeu novamente a visita do brigadeiro Pedro Serrano com ordens para inspecionar a Companhia de Caçadores. No entanto, os oficiais sentiam que este vinha observar e comandar indiretamente.<sup>123</sup>

No dia 11, após se ter encontrado com o ajudante de campo de Spínola, o capitão António Ramos, Otelo Saraiva de Carvalho disse que trataria do assunto sugerido pelo general: uma manifestação de protesto pela exoneração dos generais. De notar que a informação circulou a grande velocidade nesse mesmo dia em que ocorreu o pedido de demissão de Caetano a Américo Thomaz, a aceitação da continuação à frente do Governo e a decisão de promover a manifestação de apoio das FA à política do governamental.

Numa entrevista dada em 1992, Hugo dos Santos afirma que havia cerca de uma dezena de elementos da DGS que colaboravam com o movimento, em termos de informação, quer em relação às atividades dos militares (escutas telefónicas e vigilâncias), quer quanto às decisões tomadas a alto nível. Só assim se compreende que a tomada de posição de Marcello Caetano sobre a intenção de demitir os dois generais, caso eles não comparecessem na manifestação de apoio ao Governo, fosse do conhecimento imediato do general Spínola e transmitida a Otelo Saraiva de Carvalho horas depois.<sup>124</sup>

Numa entrevista a Marcello Caetano já no exílio, o então presidente do conselho afirmou que sabia da existência de reuniões de oficiais em Lisboa, “mas nem as autoridades militares nem os serviços civis de informação foram capazes de dizer onde tiveram lugar, quem a elas assistiu e o que nelas se resolveu”<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup> TORNADA, Joana de Matos, 2009, *Nas vésperas da democracia em Portugal, o golpe das Caldas de 16 de março*, Coimbra, Almedina, pp. 65- 66

<sup>124</sup> BERNARDO, Manuel, 1994, *Marcelo e Spínola: A ruptura: As forças armadas e a imprensa na queda do Estado Novo – 1973-1974*, Lisboa, ed Margem, pp. 188-189

<sup>125</sup> VERBO, Editorial, *op. cit.*, p. 32

Consultado o livro das ordens de serviço da DGS do ano de 1974, nota-se que as mesmas se referem a despachos dos ministros do Interior e do Ultramar e muitos deles referem-se a comissões de serviço em Angola e Moçambique. Numa nota dirigida a todos os funcionários a 02 de janeiro de 1974, o diretor-geral faz votos de que se renovem “os êxitos que teve na metrópole, em 1973, contra perigosos grupos terroristas e de subversão e, no Ultramar, nas destacadas ações levadas a cabo, no quadro da luta que ali travamos”<sup>126</sup>. Nada é referido sobre o funcionamento interno da instituição.

Nessa tarde do dia 11, Otelo fala com Casanova e na manhã seguinte encontram-se para uma reunião onde estão presentes oficiais da Escola Prática de Infantaria (EPI), Escola Prática de Artilharia (EPA), Escola Prática de Cavalaria (EPC), Regimento de Infantaria (RI) 5 e Regimento de Artilharia Ligeira (RAL) e decidem preparar o plano de operações.

Um dia depois voltariam a encontrar-se para distribuição de objetivos e missões.

Na vivenda de Casanova Ferreira reúnem-se para elaborar o plano de operações Otelo, Casanova, Monge, José Maria Azevedo, Geraldês, Luis Macedo e Garcia dos Santos. E marcam para a madrugada do dia 14 o início da ação.

No dia 13, Otelo irá a Santarém com a ordem de operações, mas não convence os jovens tenentes e capitães e o mesmo sucede com os paraquedistas para quem o documento não tem consistência. Os paraquedistas só pretendiam entrar em ação mediante a existência de um plano de operações bem definido e a garantia de adesão de unidades consideradas fundamentais. Os paraquedistas acabaram por assumir que apresentariam um plano dentro de 10 dias e impuseram como condição falarem pessoalmente com o general Spínola.

Otelo conclui que o plano que fizeram à pressa não tem força nem estrutura de qualquer espécie. A tentativa de o pôr em execução também não salvará os generais

---

<sup>126</sup> ANTT/Livro das Ordens de Serviço da DGS do ano de 1974

de serem exonerados. Face ao consenso de que o plano não tinha viabilidade de execução, ficou também sem efeito a ação de protesto pretendida por Spínola.<sup>127</sup>

Na madrugada do dia 14 para 15, o capitão Vergílio Varela e o tenente Silva Carvalho da unidade das Caldas da Rainha dirigiram-se a Lisboa a casa do major Casanova Ferreira a quem afirmaram que não concordaram com a decisão do dia anterior e que não mandaram desmobilizar os militares e se o movimento mantivesse a decisão sairia sozinho com a sua unidade.

Os dois representantes da comissão dos oficiais oriundos de milicianos sabiam que Casanova Ferreira tinha participado na elaboração da ordem de operações, entretanto suspensa.

Casanova conseguiu dissuadir Virgílio Varela de participar numa atitude precipitada com a promessa de que iria retomar o plano para o melhorar. Apesar disso, Varela disse que ia manter o RI 5 em estado de prontidão. A sua 'vontade de sair' prendia-se também com o facto de na segunda-feira, dia 19 de março, no RI 5, os militares dos Cursos de Sargentos Milicianos irem fazer exercícios de campo, onde ficariam durante uma a duas semanas. O capitão defendia que era importante atuar naquele momento (Varela estaria também pressionado por ter obtido de Spínola, em janeiro, a garantia da resolução do problema que os afetava. A revogação dos decretos n.º 353/73 e 409/73 iria levá-los a envelhecerem no posto de capitão) e sentia que com aquela iniciativa o máximo que lhe podia acontecer era ser preso, problema que em certa medida minimiza. Para si, a DGS não era uma ameaça pois estava convencido de que esta não se intrometia na instituição militar uma vez que tinha algumas informações que avisavam que havia agentes da DGS a colaborar com o movimento dado que, em África existia uma estreita colaboração entre a DGS e as FA.<sup>128</sup>

Um dia após ter sido demitido, Spínola almoçou em Lisboa com militares que lhe eram mais próximos: Rafael Durão, Almeida Bruno, Dias de Lima e António Ramos. Spínola foi informado do clima reinante e considerou que este não seria "o momento adequado para desencadear qualquer ação" uma vez que o Governo "deveria manter-se em situação de alerta durante os tempos mais próximos e que, portanto, se deveria

---

<sup>127</sup> CARVALHO, Otelio Saraiva de, 1991, *op.cit.*, pp 250-254

<sup>128</sup> TORNADA, Joana de Matos, *op. cit.*, p. 68

entrar numa fase de aparente acalmia, aproveitando esse período para completar o planeamento e assegurar uma perfeita coordenação da ação a lançar oportunamente”.<sup>129</sup>

Conscientes da inquietação que se vivia nas Caldas, Otelo e Casanova estavam decididos a reunir-se no dia 15 e a elaborar um plano de operações. Tocam à porta de Manuel Monge para combinarem uma reunião de trabalho para as 08:00 da manhã do dia seguinte mas, pouco depois, junta-se Armando Marques Ramos, visivelmente agitado. Armando Ramos confirma que no dia 12 haviam dito ao comandante interino que se sucedesse alguma coisa aos dois generais, “havia bronca”, pois tomariam uma posição ativa. Com a exoneração anunciada consideram que está em jogo a palavra deles e querem vir para a rua.

Armando Ramos diz que quer ir para as Caldas para tentar acalmar a unidade e recebe um recado de Casanova: “estávamos precisamente a combinar com o Monge uma reunião para amanhã às 08:00 para cozinarmos um plano de operações em condições. Podes dizer isso à malta das Caldas. Que tenham calma que nós estamos a trabalhar”.

Segundo relata Otelo, eram cerca das 21:00 quando o telefone toca. Uma chamada do quartel de Lamego dando conta de que não haviam aceitado a ordem do Quartel General de transferir o comandante para Espinho. Já antes haviam protestado contra a exoneração dos dois generais. Manuel Monge, que atendera o telefone, comunicava que Lamego estava em rebelião e que iam arrancar do quartel “por aí a baixo”.<sup>130</sup>

Este confuso telefonema, que terá ajudado a lançar o rastilho do 16 de março foi mais tarde explicado numa carta pelo coronel Manuel Ferreira da Silva: “no dia 15, à noite, telefonei ao major Manuel Monge para sua casa (tínhamos estado juntos em Gadamael, na fase crítica da Guiné, em 1973) comunicando-lhe a posição tomada e que aguardávamos quaisquer instruções do movimento, pois naquele momento seria possível sair para a rua com tropas”.

---

<sup>129</sup> SPÍNOLA, António de, 1978, *op. cit.*, pp 97-98

<sup>130</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op.cit.*, pp. 264- 265

Ferreira da Silva explica ainda que no dia 14 à noite os capitães do CIOE (cerca de 15) reuniram-se e manifestaram o seu desagrado pela situação e resolveram que no dia seguinte iriam comunicar ao comandante, a sua solidariedade para com os generais referidos e a sua não aceitação do canal de comando da Região Militar Norte.

No dia seguinte, pela manhã, os capitães concentraram-se junto do gabinete do comandante e, entretanto, comunicaram o que tinha sido decidido na véspera (o porta-voz foi o capitão Bordalo, por ser o mais antigo). (...)

Após a tomada de posição, os oficiais efetuaram diversas ações (...) que se traduziram no esclarecimento dos graduados sobre a posição tomada. A reação foi positiva, mas não foram dadas quaisquer instruções para eventuais saídas da unidade.

À tarde, Ferreira da Silva e os outros oficiais estabeleceram contactos com outras unidades sobre a posição assumida. Na generalidade, estas unidades ouviram, mas não se mostraram muito entusiasmadas. Ressalva-se o caso do major Carlos Azeredo, do CICA 1 e dos oficiais do RIV (Viseu), que informaram ir transmitir posição semelhante ao comando.

No dia 16, de manhã, tiveram conhecimento, pela rádio, da ação das Caldas da Rainha.

“Só na tarde desse dia 16, recebemos uma comunicação das Caldas, referindo que estavam cercados, pedindo o nosso apoio. Nessa altura, já o 2.º comandante do CIOE tinha mobilizado alguns sargentos contra a atitude dos oficiais”, refere a carta.

A ocorrência de um acidente de instrução, como o rebentamento de uma granada armadilha, que provocou dois mortos e alguns feridos graves, retirados de helicóptero, contribuiu também para arrefecer os ânimos da unidade.<sup>131</sup>

Relativamente a este acidente em instrução ocorrido a 16 de março no CIOE, consta do ministério do Exército um documento do comandante da região militar do Porto, Eduardo Joaquim Soares. Com a data de 21 de março, informava que cerca das 15:00 tinha ocorrido um acidente nas imediações do aquartelamento do Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego. Morreram dois militares e ficaram feridos 14, quatro tiveram que ser transferidos para Lisboa de avião. O comandante da

---

<sup>131</sup> BERNARDO, Manuel, *op.cit.*, pp. 196-197

Região Militar do Porto dá conta de que o caso estava a ser motivo de “cuidadosa averiguação” e refere que a ocorrência verificou-se numa instrução de explosivos.<sup>132</sup>

Ferreira da Silva conclui que “a atitude dos capitães foi apenas de sua iniciativa e total ausência de ligação ao movimento. A sua atitude inicial não foi de sair para a rua, mas de marcar uma posição”.

O telefonema que fez para Manuel Monge, “embora possa ter precipitado o 16 de março, foi apenas para alertá-los para a nossa posição. A saída das Caldas foi de sua iniciativa e sem conhecimento do CIOE. Em 15 e 16 de março havia forças em condições de sair, se tal fosse solicitado”.<sup>133</sup>

De novo em casa de Manuel Monge, este tinha ali mesmo consigo um plano de operações e foi decidido recuperá-lo e redistribuir objetivos. Armando Marques Ramos seguiria para as Caldas e dava instruções para prenderem os comandos da unidade, caso não aderissem, marchariam para Lisboa com uma coluna motorizada e uma ou duas companhias, encontravam-se em Espinheira com uma coluna da EPC e, chegados a Lisboa, ocupavam o aeroporto da Portela. O capitão Ramos tomou algumas notas destas instruções e arrancou para as Caldas. Monge ficaria esperando na rotunda da estátua de S. Cristóvão, junto ao Regimento de Artilharia Ligeira 1, as colunas vindas do norte para lhes distribuir missões. Além desta função, Monge encarregar-se-ia através do contacto pessoal e telefónico de aliciar individualmente ou por unidades todos aqueles que se admitiam poder aderir de imediato à revolta.

Casanova Ferreira seguiria para Santarém a fim de trazer consigo até Lisboa um esquadrão de blindados armado, equipado e municiado, para fazer frente e dissuadir as forças governamentais.

A Otelo Saraiva de Carvalho caberia telefonar para Vendas Novas (Escola Prática de Artilharia) para mandar vir uma bateria de obuses de artilharia, armada, municada e equipada para cumprir ações de bombardeamento em substituição da Força Aérea, e seguiria com Germano Miquelina Simões para a Escola Prática de Infantaria (EPI) de Mafra para trazer de lá uma companhia para assaltar e controlar o Rádio Clube Português. Otelo refere na sua descrição dos acontecimentos que colocou

---

<sup>132</sup> AHM, Fundo 6/I, SR 14, Cx 484, n.º24/Processo n.º R.2.a/74

<sup>133</sup> BERNARDO, Manuel, *op. cit.*, p. 198

objeções ao plano porque era fim de semana e os soldados tinham tido dispensas mas, apesar de algumas reservas, continuará a sua missão. Despede-se às 21:30 dos spinolistas Manuel Monge e Casanova Ferreira para só os voltar a ver no 25 de Abril.<sup>134</sup>

Antes da partida de Casanova para Santarém, este fora com Monge ao Regimento de Cavalaria 7 (RC) para solicitarem ao coronel António Romeiras Júnior, comandante da unidade, que ali acolhesse Spínola e Costa Gomes em segurança, mas Romeiras recusa prestar apoio. Romeiras tinha estado a jantar com o subsecretário de Estado do Exército, Viana de Lemos e avisa-o deste pedido.

Casanova e Monge decidem informar Spínola do que se está a passar. Enquanto Monge se dirige à Academia Militar, Casanova parte para Santarém. Salgueiro Maia é avisado por telefone e informa que não é possível a atuação das forças da Escola Prática de Cavalaria no golpe.

Nessa noite havia festa de cadetes de engenharia da Academia Militar, em Lisboa. O coronel Leopoldo Severo era o comandante do corpo de alunos da Academia Militar e segundo Otelo terá estranhado ver tantos oficiais em acalorada troca de ideias após a festa, alguns deles como Rafael Durão e Jaime Neves eram estranhos à Academia. Nessa noite, Almeida Bruno seria preso e recolhido ao forte da Trafaria numa ação de contornos poucos claros.

Na interpretação de Otelo, a DGS esteve bastante ativa na capital, tendo revistado a casa de Manuel Monge, o operacional que mais contactos telefónicos terá efetuado ao longo da noite. Otelo acredita que foi o ministro do Exército que requereu a Marcello Caetano a utilização da DGS para a perseguição e prisão de oficiais.<sup>135</sup>

Spínola é informado “com grande surpresa” a esta hora das movimentações em curso e de que “a operação se antecipara por ter sido extemporaneamente espoletada por algumas unidades do norte”. Os militares mais próximos de Spínola convergiram para a sua residência. Almeida Bruno, Jaime Neves e Manuel Monge forneceram-lhe

---

<sup>134</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, pp. 266-267

<sup>135</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 277

mais detalhes sobre a situação. Spínola confirmará que devido à “situação de emergência” não os desencorajou.<sup>136</sup>

António Ramos manifestou também a sua “estranheza” e disse a Spínola que tinha contactado o ajudante de campo de Costa Gomes, Silveira Pinheiro, informando-o da “inesperada evolução dos acontecimentos”.

Otelo relata que se dirigiu a casa de Vitor Alves com quem tinha marcado uma reunião conjuntamente com o capitão Seabra da Força Aérea e a quem explicou a situação. Vitor Alves recusa participar naquela ação devido à impreparação do plano.

Seguem-se vários contactos pessoais e por telefone. Otelo liga para a EPA a pedir “a bateria” para Lisboa. Do outro lado da linha ouviu que aquela hora nem um pelotão se conseguia arranjar para ir para Lisboa, muito menos uma bateria. O pessoal tinha saído todo de fim de semana. Otelo partiu então para Mafra como estava combinado onde chegou pelas 03:00 da manhã.

Chegados a Mafra são informados que na EPI tinham entrado em prevenção rigorosa há umas duas horas pelo que não seria possível sair. Era um sinal de que o poder já estava ao corrente da situação.

Mais cedo, cerca das 23:00, Armando Marques Ramos chega ao RI 5 das Caldas da Rainha e apresenta-se como portador de ordens para a marcha de uma coluna motorizada para Lisboa e dá-se início aos preparativos para a saída da coluna.

Mesmo sem a certeza do que se passava no resto do país, convencidos de que o movimento tinha acionado uma ação militar decidem neutralizar o comandante.

O novo comandante, tenente-coronel Horácio Lopes Rodrigues, tinha tomado posse nesse dia é informado, juntamente com o segundo comandante, pelos capitães que se está a preparar uma coluna para marchar sobre Lisboa às ordens do MFA.

Segundo observa Otelo, os capitães cometeram o erro de não retirarem ao comandante o telefone privativo do gabinete, de que ele se servirá para alertar o quartel general em Lisboa do que se passa. Quando às 04:00 da manhã do dia 16 a coluna sai os portões do quartel para se dirigir a Lisboa, sob o comando do capitão

---

<sup>136</sup> SPÍNOLA, António de, 1978, op. cit., p. 99



Armando Ramos, toda a máquina repressiva do Governo já se encontra em movimento.<sup>137</sup>

Além da saída das Caldas e apesar das diligências efetuadas mais nenhuma coluna saiu do quartel e os oficiais do RI 5 avançavam sozinhos em direção à capital.

Quando entram na Estrada Nacional 1 não veem a coluna blindada da EPC de Santarém. Pensam que dada a hora tardia já teria passado. A três quilómetros da capital são informados por Monge e Casanova, que foram ao seu encontro, para retroceder e regressar aos quartéis. Nenhuma unidade tinha saído e em Lisboa aguardava-os um potencial bélico digno de respeito.<sup>138</sup>

Na sua residência, Marcello Caetano preparava-se para dormir quando recebe um telefonema do ministro da Defesa a avisar do que se passava em certos quartéis e na Academia Militar qualquer coisa de anormal até que chegou a notícia que do quartel RI 5 das Caldas da Rainha, saíra, com destino a Lisboa, uma coluna motorizada.

Pelas 03:00, acompanhado pelo seu adjunto militar, foi para o quartel general da 1.ª Região Aérea, na Serra de Monsanto. Aquele era o local onde se deveria encontrar em caso de emergência. Caetano permaneceu ali acompanhado pelo ministro da Marinha e pelo secretário de Estado da Aeronáutica e em contacto com os ministros da Defesa e do Exército que estavam no Terreiro do Paço.

Segundo resumiu Caetano, do Ministério do Exército foram conduzidas as operações visando intercetar a marcha da coluna das Caldas e evitar adesões. Todas as unidades cumpriram as ordens do Governo e a coluna, ao chegar a Lisboa, na portagem de Sacavém, verificando não ter nenhum apoio, inverteu o sentido da marcha e regressou ao quartel das Caldas onde foi cercada por tropas fiéis e se rendeu sem efusão de sangue.<sup>139</sup>

Sobre o 16 março, o Presidente da República relaciona a exoneração de Spínola com a sublevação das Caldas da Rainha por ter ocorrido menos de dois dias após a demissão e nela terem participado principalmente oficiais que lhe eram mais dedicados.

---

<sup>137</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 272

<sup>138</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 278

<sup>139</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, p. 203

Se contaram com apoios militares em Lisboa, eles não se manifestaram pelo que os elementos revoltados, encontrando na rotunda da autoestrada forças fiéis ao Governo, muito superiores em número, acabaram por retroceder para as Caldas, reentrando no quartel e onde se entregaram após o cerco feito pelas unidades da Região Militar de Tomar, cujo comandante intimou a rendição em curto prazo e sem condições.

Nas suas notas relativas ao 16 de março, Américo Thomaz relembra anos mais tarde que foi acordado pela uma hora, na noite de 15 para 16, por terem sido detetadas conversas telefónicas, que indicavam a possível eclosão de uma insubordinação militar.

Na realidade, porém, apenas surgiu uma rebelião no RI 5 das Caldas da Rainha que marchou sobre Lisboa com uma coluna, partida daquela unidade, mas cuja marcha foi sustada, pela presença de tropas fiéis, à chegada à portagem da autoestrada em Sacavém. A coluna retrocedeu para as Caldas, sem chegar a ser atacada.

A meio da tarde, os rebeldes entregaram-se dentro do quartel do regimento, por imposição das tropas da Região de Tomar, que o cercaram. Seriam apenas esses, os elementos comprometidos na intentona? Não terão falhado outros elementos, igualmente comprometidos? Nada ficou claro, nem o papel dos dois generais que, pelo menos aparentemente, se mantiveram alheados.

O PR conta que passou a noite em claro tendo ido, cerca das seis horas da madrugada para Monsanto (Comando da Força Aérea), onde permaneceu até às 11:00.

Durante a permanência em Monsanto, Thomaz refere não ter apreciado “o ambiente” que encontrou referindo-se ao desinteresse, pelo menos aparente.

“Só me pareceu verdadeiramente diligente, operante e determinado o ministro do Exército. No presidente do conselho notei um alheamento, que me pareceu praticamente total e que me chocou deveras: em suma e em conclusão, não regressei

a casa bem impressionado, nem otimista. (...) confrangeu-me a passividade e o alheamento quase geral, que não me pareceu bom augúrio”.<sup>140</sup>

Do lado do Governo, também o subsecretário de Estado do Exército, Viana de Lemos, relatou mais tarde alguns pormenores do 16 de março.

Pouco depois da meia-noite recebe um telefonema do ministro do Exército dando conta de que havia movimentos de unidades no norte, particularmente no CIOE em Lamego, pelo que deveria comparecer no ministério para onde também ele e o ministro da Defesa se iam dirigir. Quando lá chegou já lá estava também o ministro do Interior.

Pouco depois, telefona-lhe da Cavalaria 7, o coronel Romeiras (seu cunhado com quem tinha estado a jantar) dizendo que após chegar à unidade haviam aparecido dois oficiais a ela estranhos – majores Manuel Monge e Jaime Neves, insistindo com um pedido muito estranho “que o regimento fornecesse uma escolta para ir a casa buscar Costa Gomes que corria perigo”. Pedido que recusara, tendo os dois militares saído do RC 7.

Após este telefonema, Lemos recebe um segundo, desta vez do coronel Severo dizendo que ao chegar à Academia Militar encontrara aí o coronel paraquedista Durão, o tenente-coronel Bruno, o major Monge e outro oficial que não conhecia. Todos se haviam retirado pouco depois.

Lemos refere que “contra todos estes oficiais não houve qualquer procedimento disciplinar, exceto contra Manuel Monge, que viria a integrar-se na coluna do RI 5 e contra o tenente-coronel Almeida Bruno, que se viria a apresentar algumas horas depois na Academia Militar, de onde seguiria para o quartel-general da Região Militar de Lisboa, a pedido do general Amaro Romão, seu comandante. A sua prisão e transferência para a Casa de Reclusão deu-se em circunstâncias que Viana de Lemos diz ignorar.

Este ex-governante diz que nem ele nem o ministro [do Exército] deram ordens para que qualquer destes oficiais fosse seguido pela DGS (a DGS também tinha

---

<sup>140</sup> THOMAZ, AMÉRICO, *op. cit.*, pp. 356-357

efetuado uma busca na casa de Monge, segundo relata Otelo). Viana de Lemos adianta que o ministro Andrade e Silva pediu um inquérito sobre o caso a Marcello Caetano.

A presença da GNR a cercar a Academia Militar nessa noite é explicada por Viana de Lemos ‘estar implícito’ no estado de prevenção rigorosa em vigor.<sup>141</sup>

Presente no Estado-Maior do Exército durante a revolta das Caldas, o general Silvino Silvério Marques constatou, anos mais tarde, que ao ser encarregado pelo chefe de Estado-Maior do Exército de explicar e justificar aos oficiais mais graduados e presentes nas repartições o que se estava a passar, estes o ouviram em silêncio. “Com espanto”, veio a verificar que quase todos eram do MFA.<sup>142</sup>

Assistia-se no terreno a um jogo de sombras: muitos militares só aparentemente estavam do lado das forças do regime.

A confusão gerada pela falta de coordenação entre os elementos do movimento da noite de 15 para 16 de março estava espelhada num artigo enviado à comissão do exame prévio pelo Jornal do Comércio, para ser publicado no dia 17. De notar que as provas com cortes do ano de 1974 por mim consultadas se encontram em bastante mau estado de conservação.

Com um título “Horas de expectativa (antes do comunicado oficial) numa vivência sem sobressaltos”, o extenso artigo começa por dar conta de que “fervilhavam os mais desencontrados boatos em Lisboa”, enquanto a população não recebia notícias oficiais do que se passava. Falava-se de movimentos militares em vários pontos do país. Esta parte do artigo foi censurada.

A notícia relatava, e a comissão do exame prévio mandava cortar, que às 02:00 da madrugada um destacamento da GNR cercara a Academia Militar, onde devia efetuar-se uma reunião dos cabecilhas duma intentona militar.

Sem informações confirmadas, o jornal pretendia avançar que se falava em prisões e que de Lamego saíra de madrugada uma coluna militar à qual se teriam juntado outros elementos em Viseu e que avançavam até às Caldas da Rainha, juntando-se às forças ali estacionadas. Daquela cidade prosseguiram, aproximando-se

---

<sup>141</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, pp. 89-91

<sup>142</sup> MARQUES, Silvino Silvério, 1978, *Portugal, e agora?*, Lisboa, Edições do Templo, p. 203

de Lisboa, recolhendo depois às Caldas em face do dispositivo de defesa que fora estabelecido na capital.

O jornal tinha confirmado numa ronda pelos vários quartéis da PSP e da GNR que em todas as unidades se mantinha a prevenção rigorosa.

O jornal dava conta que a situação obrigou a uma reunião na Defesa Nacional do respetivo ministro, o ministro da Marinha, o ministro do Exército e o subsecretário de Estado do Exército.

As entradas da cidade tinham sido isoladas de madrugada por destacamentos militares, nomeadamente blindados e forças de paraquedistas, secundadas por companhias de choque da PSP, com especial incidência na zona oriental da cidade, no aeroporto da Portela, Moscavide e Sacavém.

Todas as unidades e estabelecimentos militares que se encontravam em estado de alerta passaram ao de prevenção rigorosa.

Cerca de 14 helicópteros da FAP patrulharam a cidade e arredores. No aeroporto, no local reservado aos voos domésticos, todos os passageiros são submetidos a intensa fiscalização da DGS.

Segundo o jornal, Silva Cunha fora, aliás, o último dos ministros a chegar à reunião de S. Bento. Uma reunião demorada (...) iniciada cerca das 17:00 e que só às 20:00 é que os membros do Governo começaram a abandonar o local de trabalho habitual do presidente do conselho.

O jornalista registou as presenças dos ministros do Ultramar – o primeiro a sair – da Defesa, da Marinha, do Interior, de Estado, da Educação (...) e concluía que se se considerar que o ministro dos Negócios Estrangeiros se encontra no Brasil e o das Corporações na Venezuela, verifica-se que todo o elenco governativo tinha interrompido o seu fim-de-semana. Este facto, só por si dá bem nota da dimensão do susto do Governo com a revolta das Caldas, apesar do presidente do conselho a minimizar mais tarde nas suas memórias. Se juntarmos à reunião dos ministros a deslocação do primeiro-ministro e do chefe do Estado, durante a noite, para um local seguro fica-se com a ideia de que o poder foi surpreendido e não tinha ideia da dimensão do golpe que, por sua vez também estava completamente descoordenado.

Relativamente ao palácio de Belém, prosseguia o jornal, “aparentemente tudo estava calmo” o almirante Américo Thomaz encontrava-se presumivelmente na sua residência particular no Restelo, onde as habituais medidas de segurança estavam consideravelmente reforçadas.

A notícia informava que o tenente-coronel Almeida Bruno tinha sido preso. (...) Soube-se que cerca das 17:00 que o mesmo fora colocado de prevenção em reforço ao respetivo comando, no BC 5, de onde, no entanto, a meio da tarde, transitava, sob prisão, para a Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa, em Trafaria.

Com o título “Trânsito cortado em Vila Franca de Xira”, anunciava que (...) por volta das 07:45 da manhã apareceram na praça da portagem dois agentes da PSP que, segundo o relatório do portageiro de serviço, começaram a impedir que o trânsito circulasse no sentido sul da autoestrada do norte-Lisboa. Segundo o mesmo relatório os dois agentes da PSP justificaram-se dizendo que estavam a cumprir determinações superiores, em virtude de, aquela hora, se encontrar a circular, no sentido norte-sul, uma coluna militar composta por diversas viaturas e militares armados, sem se saber para que fim. A circulação manteve-se interrompida a partir das 07:45 e até às 9:10.

Relativamente à rendição dos “rebeldes” das Caldas da Rainha, o jornal contava apenas que por volta das 12:00 começaram a chegar às redondezas do RI5 várias viaturas militares, que cercaram o aquartelamento.<sup>143</sup>

O esclarecimento governamental só chegaria às 19:00 do dia 17, através de uma nota da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT): Durante 14 horas (das duas da madrugada até cerca das 16:00) registou-se uma insubordinação no RI 5 das Caldas da Rainha.

O Governo informava que o regime de prevenção rigorosa entrara em vigor a partir das 05:00 (terá começado bastante mais cedo segundo descreveram anteriormente outras fontes) com reforço policial nas entradas a norte de Lisboa e das 07:00 às 09:00 o trânsito foi cortado na autoestrada do norte. Entre as 09:00 e as 11:00 todos os carros foram fiscalizados.

---

<sup>143</sup> ANTT, “Jornal do Comércio”, provas enviadas à comissão do exame prévio n.º 36 486 – 17-3-1974

Apesar disso, o título de primeira página fechava o assunto: “Depois da rendição dos oficiais que se sublevaram nas Caldas da Rainha reina a ordem em todo o país”.

Segundo o Governo, estiveram sublevadas forças daquela unidade sob comando de majores e integrando oficiais pertencentes a outras unidades do país. As forças chegaram até perto do início da autoestrada em Vila Franca de Xira e sabendo de um forte bloqueio à saída de Lisboa nas imediações do aeroporto, sob comando do chefe de Estado-Maior do Exército, general Paiva Brandão e perante isso retrocederam.

No quartel das Caldas da Rainha foi cortada a energia e a água e sobrevoou o local um helicóptero da Força Aérea, mas a população “manteve-se alheia aos graves acontecimentos que terminaram com a rendição dos oficiais subalternos”. Não se registaram incidentes nem vítimas militares ou civis.

Em Lisboa, junto à praça circular de S. Cristóvão, ao romper do dia, Otelo e Miquelina Simões sem saberem o que se passava com a coluna das Caldas foram observadores privilegiados da tomada de posições das forças governamentais.

Na descrição de Otelo “eram viaturas da PSP, da GNR e da legião por todo o lado, tomando posições atabalhoadamente. Eram viaturas civis com agentes à paisana. Eram os apitos constantes e impertinentes do pessoal da Divisão de Trânsito, tentando regular o movimento dos veículos que começava, intenso aquela hora. (...) O trânsito não fora cortado. E a juntar a esta bagunça indescritível, a praça enchia-se literalmente com uma considerável massa de populares, trabalhadores que aquela hora seguiam para os seus empregos, mulheres que se deslocavam aos mercados, vendedores ambulantes, simples curiosos. A confusão era enorme.(...) Então são estas as forças de que o Governo dispõe para se opor ao movimento? O granel que aqui existe permite-me pensar que o Governo, através do ministro do Exército, não dispõe de qualquer plano preparado para se opor organizadamente a uma ação desencadeada com firmeza e sujeita, por sua vez, a um plano bem traçado e a um comando centralizado”.<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, pp. 280-281

Nas Caldas, a coluna motorizada regressa ao quartel do RI 5 às 10:00. Cerca de uma hora depois, o brigadeiro Pedro Serrano, segundo comandante da Região Militar de Tomar, ordena o corte da luz, da água e dos telefones na unidade. O quartel será sitiado por várias forças de Leiria, Santarém e Tomar. Manuel Monge e Casanova Ferreira tomam conta da situação e ordenam que não haja disparos. Perto das 14:00, Pedro Serrano, em pé dentro do jipe, ordena à porta de armas da unidade a rendição, a qual é aceite pelos sublevados.

O balanço saldou-se em 30 oficiais levados para o RAL 1, mantendo-se aqui alguns presos até ao 25 de Abril. Os graduados milicianos, 40 aspirantes, 20 furriéis, 90 primeiros-cabos – seguem, sob prisão, para o Campo de Instrução de Santa Margarida.<sup>145</sup> De todos os detidos, apenas Manuel Monge pertencia à Comissão Coordenadora do movimento. O poder tinha conseguido “calar” os revoltosos das Caldas, mas não tinha aniquilado a direção do movimento.

Sobre as origens e motivações da insubordinação, o Governo apenas dá conta de que “tinha conhecimento de que se preparava um movimento de características e finalidades mal definidas” e que todos os quartéis estavam em regime de prevenção rigorosa.

O descoordenado golpe das Caldas foi rapidamente anulado pelo Governo com a ajuda da DGS, uma vez que até aí os elementos do movimento não tinham cuidados com as comunicações escritas, como ficou patente com o episódio das transferências. Por outro lado, havia infiltrações policiais no movimento e ligações entre a PIDE-DGS e o Estado-Maior do Exército.<sup>146</sup>

“A DGS afirmava-me que não podia penetrar nos meios militares. Dir-se-ia que receava penetrar neles. A única informação extensa e concreta que dos serviços recebi, já nas vésperas do 25 de Abril, sobre as intenções dos militares, veio de Moçambique. Foi nesta província também que a DGS procedeu a um inquérito documentadíssimo sobre os efeitos desmoralizadores da droga entre as forças destacadas na província”.

---

<sup>145</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *op. cit.*, p. 286

<sup>146</sup> ANTUNES, José Freire, *op. cit.*, p. 335



Responsável da PIDE/DGS, Álvaro Pereira de Carvalho, afirmou que “quando se levantou a questão de vigiar os militares” se opôs. Na sua opinião, a PIDE trabalhava “fraternalmente, lado a lado, com os militares em África. Persegui-los na retaguarda seria estragar essa colaboração leal e provocaria graves problemas entre a polícia e as FA. Esta sua opinião “vingou junto de Silva Pais”, o diretor-geral de Segurança.<sup>147</sup>

Por seu lado, Viana de Lemos diria mais tarde que até 15 de março, e não obstante os esforços de contacto com vários comandantes de regimento, de duas reuniões com oficiais gerais mais diretamente responsáveis pelos destinos do Exército “não conseguiu formar uma ideia concreta dos objetivos do movimento”.<sup>148</sup>

Segundo Viana de Lemos, a Comissão de Inquérito aos acontecimentos do 16 de março, presidida pelo brigadeiro Serrano (da Região Militar de Tomar) e composta por vários coronéis, decidiu que os aspirantes, sargentos e primeiros-cabos milicianos do RI5 ouvidos em Santa Margarida seriam restituídos à liberdade e nenhum foi responsabilizado disciplinarmente.

Quanto aos oficiais do quadro permanente e milicianos, estavam divididos entre a Casa de Reclusão da Trafaria e o Regimento de Artilharia 1.<sup>149</sup>

Por seu lado, Marcello Caetano classificou a saída das Caldas apenas como um “ato de rebeldia”, embora consciente de que persistia “o mórbido estado de espírito das FA com a evidente disposição de muitos oficiais de evitar que prosseguisse a luta no Ultramar”.

No rescaldo dos acontecimentos do 16 de março, o ministro da Defesa Nacional envia uma mensagem para todos os comandantes-chefes que estão em Angola, Guiné, Macau, Moçambique, Timor, Cabo Verde, Açores e Madeira. Datada de 17 março a missiva refere que se trata de um aditamento de uma do dia anterior – que não consta do dossiê – em que confirma “que reina a ordem completa não tendo havido quaisquer outras manifestações de indisciplina”.

Silva Cunha pede aos comandantes para o informarem estado de espírito das tropas. E solicitava especial atenção para contactos entre oficiais que tentaram criar

---

<sup>147</sup> ANTUNES, José Freire, *op. cit.*, p.306

<sup>148</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, pp. 78-79

<sup>149</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, pp. 100-101

um clima de agitação. Adiantava ainda que se tinha verificado a utilização de centros de transmissões das forças armadas. Ordenava que se algum comandante tivesse informações semelhantes que tomasse “providências imediatas” para pôr termo a esse procedimento. As eventuais medidas tomadas em território nacional não constam dos arquivos do gabinete do ministro quando os consultámos no início de 2012. As respostas que o ministro recebe são todas no sentido da normalidade.

O comando dos Açores informa a 18 março que reina a ordem completa sem indício de se prever alterações, o estado de espírito dos oficiais é de lealdade ao comando, foram tomadas medidas de verificação das normas de segurança. Na Madeira nada de anormal se verifica.

Nas colónias, o comandante da Guiné informa que não houve qualquer repercussão da agitação nas Caldas, reina a ordem e a disciplina. Se o 16 de março ainda não causa alarme, o tema do livro continua a ser objeto de comentários e verifica-se uma atitude de expectativa face à evolução da situação na metrópole. O comandante informava que o PAIGC tinha transmitido a todos os comandos ordens de intensificação das ações sobre as tropas portuguesas face “a grandes dificuldades do governo e das FA portuguesas”. Notava ainda que não tinham sido detetados indícios de utilização indevida de transmissões militares.

Em Cabo verde, Angola, Macau e Timor a situação era descrita apenas como normal ou sem factos anormais.<sup>150</sup>

### **IX.1. Incredulidade na oposição e invencibilidade para Washington**

O manifesto da Comissão Executiva do PCP, publicado na segunda quinzena de março de 1974, sobre a saída em falso da «Coluna das Caldas» constitui, “a expressão acabada e pública do preconceito antimilitar” que ainda persistia no núcleo central da direção do PCP, nas vésperas do 25 de Abril.

---

<sup>150</sup> ADN, Fundo 1 - gabinete do ministro da Defesa Nacional, SR55, Cx307, n.º32 e n.º33

Aí se afirma que “o Governo e o regime não cairão por si próprios nem tão pouco por ação de umas dezenas de oficiais do Exército, mesmo que corajosos e patriotas. A sublevação do 16 de março mostra-o mais uma vez.”

A partir de 1967, o PCP tomou medidas para retomar o trabalho do partido junto das FA. Estas medidas permitiram estruturar a ligação a um pequeno núcleo de oficiais do quadro permanente e organizando os que ingressavam nas FA, especialmente como oficiais milicianos, tanto na metrópole como nas colónias.

O partido começou a publicar uma folha copiografada intitulada – Informação Revolucionária para as Forças Armadas – através da qual se desenvolvia a consciência e ação contra a guerra e se fazia circular informações das ações de resistência que se passavam nos quartéis e também das medidas dos comandos militares. Foi através desta estrutura partidária que o PCP pode acompanhar muito de perto o movimento dos capitães desde o início e na sua evolução.

Segundo Carlos Brito, responsável na direção do PCP por esta estrutura, ela permitiu ao PCP exercer alguma influência, mas só no campo restrito da elaboração de posições programáticas e não mais do que isso. Contudo, mantinha o partido em contacto com militares que ocupavam posições destacadas no movimento dos capitães.

O então dirigente comunista afirma que conheceu “a altura em que as estruturas liderantes deste movimento acordaram e entraram na preparação do levantamento militar para derrubar a ditadura. Mas, não obstante ter informado a Comissão Executiva e o Secretariado, o Secretário-Geral, Álvaro Cunhal, para que se adotassem medidas adequadas a um apropriado posicionamento do partido, “com grande espanto” a resposta que veio de Paris (onde Cunhal estava exilado) era não só de um grande ceticismo em relação à informação como cheia de recomendações para que estivesse em alerta com tendências aventureiristas e putchistas dos militares que podiam prejudicar a ascensão da luta popular e democrática.

“As respostas de Cunhal vinham sempre marcadas por um sentencioso ceticismo”, relata Carlos Brito. Uma tal posição “quase em cima do 25 de Abril” significava que “também não se reconhecia, no núcleo central da direção do PCP fixado no estrangeiro, que tinha chegado finalmente a ansiada situação revolucionária

ou pré-revolucionária, sempre apontada como condição indispensável ao sucesso da revolução.

Na leitura do então dirigente comunista, “a tentativa das Caldas pôs em evidência, mais do que a precipitação dos militares que saíram a destempo, foi a frouxidão da resposta que lhe foi dada pelas forças fiéis ao regime. Este foi um novo e grande sinal de fraqueza do regime, que se juntava à quase impunidade com que se desenvolvia a conspiração militar em várias unidades” (...) <sup>151</sup>

Já na ótica dos americanos em Lisboa e em Washington, a revolta das Caldas confirmava a “invencibilidade” do sistema defensivo do Estado e a fraqueza da oposição ao regime. Dois dias antes, a 14 de março, o diretor do Office of Iberian Affairs, Ellwood Rabenold, fez um longo depoimento sobre Portugal na Câmara dos Representantes. Analisou previamente um relatório da embaixada sobre o livro de Spínola, admitiu a convulsão política por ele causada e mencionou o estado de alerta nos quartéis. Mas foi perentório na sua ilação fundamental: “Eu gostaria de fazer esta observação: a mudança em Portugal ocorre muito, muito lentamente, e não creio poder concluir-se que alguma coisa, mesmo este livro, provoque mudanças rapidamente”. <sup>152</sup>

E não seriam apenas os americanos a estarem convencidos que o regime estaria para durar. Na própria noite do 24 de abril de 1974, durante um jantar em Bona (Alemanha) com elementos do partido social-democrata SPD o então ministro das Finanças disse: “O Governo alemão tem informações da nossa embaixada em Lisboa, dos nossos serviços secretos, no âmbito da NATO, e informações fidedignas da CIA e dos ingleses. Todos os nossos informadores nos asseguram que a ditadura portuguesa está de pedra e cal e para durar. Por isso, vocês exilados, não devem ter ilusões a esse propósito. É perigoso que as tenham”. <sup>153</sup>

## **IX.2 Acalmia na metrópole, diplomata enviado em segredo a Londres**

---

<sup>151</sup> BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal Sete fôlegos de um combate*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, pp. 72 -75

<sup>152</sup> ANTUNES, José Freire, *op. cit.*, p.. 336 (in House of the representatives, Teh Complexo f the United States-Portuguese Relations, p.21)

<sup>153</sup> SOARES, Mário, 2011, *Um político assume-se, Ensaio autobiográfico político e ideológico*, Lisboa, Temas e Debates (Círculo de Leitores), pp 168-169

Quatro dias após o 16 de março, Marcello Caetano escreve ao seu amigo espanhol Laureano López Rodo e o tom é muito menos convicto quanto à durabilidade do regime: “Tenho vivido dias difíceis, mas que graças ao apoio do povo português e à fidelidade das FA fui vencendo. Na grave situação internacional que conhece bem, estas discussões internas são criminosas”.<sup>154</sup>

A 20 de março as forças de segurança cessaram o estado de segurança de alerta e passaram ao estado vigilância, mantendo-se as determinações aos cuidados a ter com as deslocações de pessoal.<sup>155</sup>

Um sinal de que o Governo pressentia que o seu fim se aproximava está espelhado no desabafo do ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, poucos dias após o 16 de março para o embaixador Villas-Boas. Este diplomata preparava-se para ir a Londres encetar conversações secretas com o governo da Guiné no exílio em mais uma contradição do regime. Ao despedir-se, Villas Boas informa que dentro de uma semana relataria o que se tinha passado. Rui Patrício respondeu: “se eu então ainda estiver sentado nesta cadeira”.<sup>156</sup>

A situação em Portugal chamava a atenção dos órgãos de informação estrangeiros, mas o Governo não dava sinais de abertura. A 20 de março, o ministro da Defesa Nacional escreve que “não considera oportuno satisfazer o pedido” feito por um redator de uma televisão holandesa Maarten Van Traa. No pedido, dirigido a Manuel Rino da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, o redator explicava que se tratava de um documentário de 20 a 25 minutos a realizar em Portugal e para ser transmitido na televisão holandesa. Considerava que sendo Portugal um dos raros países com províncias além-mar, pretendia saber a sua influência na metrópole. Nesse sentido, solicitava a indicação de uma personalidade que explicasse a política do Governo.

Referindo que o programa tratará também da situação militar, “sem entrar nas controvérsias que surgiram no seio das FA”, pedia, por razões técnicas da composição do documentário, para filmar no interior de um estabelecimento militar e entrevistar um oficial português.<sup>157</sup> O pedido é indeferido.

---

<sup>154</sup> AMC/Carta de Marcello Caetano a Laureano Lopez Rodó, 20 março de 1974, CX 34, n.º132

<sup>155</sup> ADN/Fundo gabinete do ministro/Assunto segurança interna, Cx 37, n.º60

<sup>156</sup> VILLAS-BOAS, José Manuel, 2003, *Caderno de Memórias*, Mafra, Temas e Debates, p.106

<sup>157</sup> ADN/SR1 - Assuntos do gabinete do CEMGFA, Cx 1, n.º7

No Ministério do Interior, o ministro Moreira Baptista vai por estes dias recebendo diversos pedidos de mais vigilância da PSP (a 21 de março) e no dia seguinte uma carta, datada de 16 março, também da PSP, sobre o relatório dos acontecimentos no RI5 das Caldas da Rainha e a 25 de março uma outra missiva, com data de dia 19, com os relatórios sobre acontecimentos militares em Lamego registados a 16 de março. A dia 26 chegam-lhe as atividades sindicais registadas no meio operário da Marinha Grande. Entre o extenso correio de várias localidades do país, recebe a 28 março uma carta da amnistia internacional sobre a detenção de Nuno Teotónio Pereira. A 30 de março é a GNR que informa a tutela da demissão de oficiais da GNR.<sup>158</sup>

Relativamente à correspondência expedida, Moreira Baptista oficia a 19 de março o diretor da DGS a quem envia o Perintrep - periodic intelligence report – respeitante ao período entre 09 a 16 de março efetuado pelo comando-geral da PSP e envia ao chefe de gabinete do ministro do Exército uma fotocópia de uma informação da PSP sobre possíveis reuniões clandestinas numa casa existente numa vinha no lugar do Bárrio – Alcobaça. Remete ainda à DGS o ‘Perintrep’ do comando-geral da PSP de 2 a 9 de março.<sup>159</sup>

Consultando os livros de registo da correspondência recebida e expedida pelo ministro neste período, constata-se que a rotina continua a marcar os dias. A este ministério chegam numerosos pedidos de emissão de passaportes, prontamente remetidos à DGS antes de serem autorizados. Recebe ainda muitas cartas da secretaria de Estado da Aeronáutica. O gabinete do ministro remete igualmente à DGS, aos governos civis espalhados pelo país ou à GNR a generalidade da correspondência afim destas entidades analisarem as situações caso a caso e no final reportarem ao ministério as suas conclusões. Ao gabinete chegam casos de polícia, de empresas, de pedidos para visitas a presos, cartas de autarquias e dos governos civis.

O procedimento é rotineiro, mesmo quando se trata de cartas cujo remetente é o próprio presidente do conselho, que por sua vez também é inundado de cartas de cidadãos particulares que lhe expõem diretamente os seus problemas. A

---

<sup>158</sup> ANTT/Divisão de arquivos definitivos/Fundo: Ministério do Interior/Subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977); Liv. 66 registo de correspondência recebida (n.º 1232-2298) 1974, jan.-mar. – NT 53

<sup>159</sup> ANTT/Divisão de arquivos definitivos/Fundo: Ministério do Interior/Subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977); Copiador de Correspondência expedida n.º (601-1200) 1974 ref MAI pt 199

documentação é recebida e expedida para a autoridade que se entende ser mais avalizada para responder. Claramente, os assuntos do futuro do país e da política não passam por aqui.

Nos arquivos de Moreira Baptista consta um panfleto que o Governador Civil de Coimbra apreende e envia ao seu gabinete. Tratava-se um documento assinado pelas direções de associações de estudantes de faculdades do Porto e de Coimbra acerca do dia do estudante a 24 de março e em que se fala da política repressiva do Governo, de associações de estudantes encerradas e assaltadas, da prisão, suspensão ou expulsão de dirigentes, “as escolas são invadidas ou ocupadas pela PSP, pelos gorilas-vigilantes, pela PIDE-DGS e as concentrações de estudantes e as reuniões são dispersas”.<sup>160</sup>

Marcello Caetano recebe, a 20 de março, com o carimbo de muito urgente e secreto, informações da embaixada de Portugal em Washington destinadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. A diplomacia continuava a lutar por armamento e face às dificuldades recorre a vias que entram em completa contradição com aquilo que são os discursos ou a política oficial do regime.

Em causa estava o relato do encontro realizado no dia 18 com o deputy secretary of state kenneth Rush e que considera “impossível obter armamento” dos Estados Unidos, aconselhando à não renovação do pedido (de cedência das Lages), embora julgue que convém a Portugal insistir no fornecimento dos aviões C-130 na sua versão civil.

“Como se trata de aviões que podem ser usados para transportes de mercadorias, poderíamos sugerir que nos fossem entregues com destino à TAP (...)”. No entanto, nota: “Não tenho a menor dúvida de que ainda vão surgir inúmeras dificuldades e de que a nossa ameaça de rutura dificilmente pode voltar a ser usada em condições idênticas”.

Noutro documento junto a estas considerações e ainda sobre o mesmo encontro, aparece relatada com mais pormenor a conversa entre o embaixador de Portugal, João Hall Themido, na presença do primeiro secretário Pedro Alves Machado, e o deputy secretary of the state, embaixador Kenneth Rush, e os assistentes de Kenneth Rush, Wells Stabler, Michael Samuels e Jack Smith.

---

<sup>160</sup> ANTT/Divisão de arquivos definitivos/Fundo: Ministério do Interior/Subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977)MAI\_ACL\_MAI\_GM\_G00023, cx. 445

Intitulado “Negociações para a renovação do Acordo dos Açores, sessão de 18 de março de 1974”, o documento refere que Portugal recordou que as negociações foram iniciadas a pedido dos Estados Unidos tendo sido acentuado o interesse do país em obter compensações importantes (...).

A crise no Médio Oriente e as suas repercussões haviam reforçado as correntes opostas à renovação do Acordo e o Governo português estava na impossibilidade de negociar sem obter compensação importante. Numa tentativa de pressionar o interlocutor, dizia-se que a tal se oporia a opinião pública e as FA.

Rush respondeu em termos gerais do continente europeu, referindo-se à segurança e às forças convencionais que os Estados Unidos tinham na Europa e que custavam 2,5 biliões de dólares. Quanto aos pedidos concretos apresentados para os problemas africanos reiterou que “a Administração fez o possível para os satisfazer, oferecendo-se para sondar o Congresso no que respeita ao fornecimento de mísseis”.

Themido admitiu que (após 1971) “havia surgido ameaças sérias de ataque do exterior contra territórios portugueses. Tais ameaças tinham provocado agitação entre as FA, que sentiam não estar apetrechadas para enfrentar aquelas ameaças, com as consequências que o senhor Rush bem conhecia. Perante tal situação, o Governo não poderia aceitar a prorrogação do acordo sem uma compensação norte-americana substancial.

“Além disso, tinha-se verificado que os EU arrastavam as negociações de forma desnecessária quando o fator tempo era para nós essencial. A resposta ao ‘memorandum’ português de dezembro, que fora na prática negativa, demorara mais de dois meses e parecia-lhe, pelos seus termos, que poderia ser dada imediatamente (em questão de horas, disse a título pessoal)”.<sup>161</sup>

Numa outra frente, a 24 de março parte para Londres, em missão secreta, o embaixador José Manuel Villas-Boas.

Um mês antes, quando se esgotou a hipótese do recebimento dos mísseis para o combate na Guiné, foi chamado pelo MNE, Rui Patrício, a Lisboa para um assunto “da máxima confidencialidade, que em Portugal era apenas do conhecimento de três pessoas: Marcello Caetano, ele próprio e o diretor-geral dos Negócios Políticos”.

---

<sup>161</sup> AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores -1973-74, Cx 12, n.º56



Nas palavras de Villas Boas, havia a necessidade falar com o governo da Guiné portuguesa no exílio, o governo de Madina-de-Boé, e oferecer-lhe a independência política plena, sem todavia estabelecer um calendário.<sup>162</sup>

Ou seja, Portugal dá sinais de pretender encetar contactos exploratórios, não indicando um calendário numa atitude que demonstra ambiguidade e indecisão.

O MNE explicou a Villas-Boas que Portugal estava a perder a guerra na Guiné, onde não podia responder aos mísseis soviéticos com que estavam armadas as forças contrárias. Nesse sentido, “impunham-se conversações imediatas” tendo o embaixador Villas Boas sido o escolhido como emissário especial do ministro para se encontrar com os guineenses sob os auspícios do Foreign Office. O embaixador entendeu que seria “portador de uma oferta de independência à Guiné-Bissau, a troco de um cessar-fogo, mas sem referir quaisquer datas. O essencial era “entabular negociações, marcando um novo encontro para abril e maio desse ano”.

O embaixador explica que lhe foi dito que teria o apoio do Governo ao mais alto nível, mas desde que a missão permanecesse secreta, à menor inconfidência ou se algo transparecesse para a comunicação social seriam obrigados a desmenti-lo e a negar que alguma vez lhe tivessem dado ordens naquele sentido.

Uma vez em Londres tinha à sua espera Vitor Saúde Maria, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Madina-do-Boé, Silvino Manuel da Luz e Gil Fernandes.

A primeira dificuldade que sentiu foi que os guineenses esperavam o MNE português, daí a presença de Vitor Saúde. Villas-Boas lembrou que estava ali em representação de Rui Patrício e que falava em seu nome, mas os guineenses queriam negociações Estado a Estado que implicassem o reconhecimento por Portugal do governo do PAIGC no exílio.<sup>163</sup>

A reunião esteve prestes a ser suspensa e foi marcado um novo encontro para o dia seguinte, já não esteve presente o MNE guineense. A Guiné estava apenas interessava na independência plena e no estabelecimento “imediato de um calendário que a ela conduzisse. Só isso os poderia levar a aceitar um cessar-fogo”.

---

<sup>162</sup> VILLAS-BOAS, José Manuel, *op. cit.*, pp. 100-101

<sup>163</sup> VILLAS-BOAS, José Manuel, *op. cit.*, p. 104

O embaixador português agendou então para os princípios de maio uma nova reunião também para Londres, aproveitando as facilidades concedidas pelo Governo britânico.

Os encontros são confirmados por José Calvet Magalhães, secretário-geral do MNE. Referindo que se tratou de um assunto secreto, relatou que no princípio de 1974 a embaixada britânica em Lisboa comunicou ao diretor-geral dos Negócios Políticos que o presidente da Nigéria, general Gorook, informara o governo britânico de que estava em condições de conseguir que representantes do PAIGC se encontrassem com representantes do governo português para conversas meramente exploratórias. As autoridades britânicas estavam dispostas a ajudar à realização desse encontro.

O assunto foi exposto pelo ministro Rui Patrício ao presidente do conselho, que deu carta branca ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para levar a cabo essa operação”.

Patrício entregou a Calvet Magalhães a direção da operação, que a preparou em conjunto com o embaixador Freitas Cruz, o qual informou o embaixador britânico de que Portugal aceitava a proposta anglo-nigeriana.

As condições impostas para os encontros eram as de que as conversas seriam inteiramente secretas, puramente exploratórias, não havendo qualquer ordem do dia. As autoridades britânicas forneceriam todos os meios logísticos para a realização do encontro ou encontros, assegurando o seu secretismo; no caso de haver uma fuga, o Governo português faria um desmentido, comprometendo-se o governo britânico a fazer o mesmo.

Para representar o governo português foi designado um experimentado diplomata português, que estava a gerir um consulado na Europa e cujas visitas a Londres não suscitariam qualquer curiosidade.

Nas vésperas do 25 de Abril haviam sido realizados dois encontros na capital britânica, sem que tivesse transparecido qualquer notícia sobre tais reuniões. O secretismo só viria a ser quebrado a 19 e 26 de março de 1994 pelo semanário *Expresso* que trouxe, pela primeira vez a público a notícia das conversas de Londres.

Para Calvet Magalhães, “o significado e o alcance” das conversas de Londres devem ser avaliadas no contexto em que o Governo português aguardava receber os mísseis Red Eye para a Guiné. Oficialmente as negociações com os Estados Unidos da

América tinham fracassado, mas Portugal alimentava a esperança de os receber via Europa, o que na sua opinião iria alterar de novo a situação militar na Guiné. Calvet diz que Villas Boas desconhecia esse facto e que “é ir muito longe afirmar que Marcello Caetano decidira negociar a independência da Guiné”.<sup>164</sup>

A 28 de março é João Freitas Cruz, diretor-geral dos Negócios Políticos, quem deixa escrito um apontamento sobre uma conversa com o conselheiro da embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. Freitas Cruz diz que nada do que aconteceu no plano interno afetava a posição portuguesa na questão da negociação dos Açores.

Notava, contudo, que o interlocutor aludiu aos problemas suscitados pela publicação do livro de Spínola e referiu que tinha cancelado o jantar com os dois generais, marcado para 18 de março.

Ressalvando que falava a título pessoal, disse que se Portugal fosse para “uma linha governamental de extrema-direita” o país não poderia contar com o menor apoio da parte dos Estados Unidos e que na própria negociação para a renovação do acordo dos Açores os americanos teriam que ser muito cautelosos para não parecer que estavam a dar umas ‘palmadas nas costas’ aos portugueses. Freitas Cruz respondeu que os seus receios “de tal linha governamental de extrema-direita lhe pareciam infundados”.<sup>165</sup>

No mesmo sentido, apontavam as últimas informações chegadas aos Estados Unidos. O novo embaixador norte-americano em Lisboa, Stuart Nash Scott, de 68 anos, tinha chegado à capital portuguesa no início do ano.

Nos telegramas de Lisboa para Washington, enviados pelo encarregado de negócios, Richard Post, enquanto aguardava a colocação do novo embaixador, apontavam, há alguns meses, para o risco de um golpe, sim, mas dos «ultras», da direita do regime, a «Kaulzada». Os nomes possíveis para ocuparem o lugar de Caetano eram Kaulza de Arriaga e Adriano Moreira.

A 30 de março, Stuart Nash Scott mencionava num telegrama de seis páginas, em que analisa a situação política e económica do país o ‘movimento dos oficiais’ e referia que se acumulavam “os indícios de que o movimento está a ganhar apoios entre os militares nos territórios ultramarinos”.

---

<sup>164</sup> [http://www.ieei.pt/files/25\\_Abril\\_Jose\\_Calvet\\_de\\_Magalhaes.pdf](http://www.ieei.pt/files/25_Abril_Jose_Calvet_de_Magalhaes.pdf)

<sup>165</sup> AMC, Negociações com os EUA sobre os Açores, 1973-1974, Cx 12, n.º58

Scott atribuía apenas uma motivação corporativa ao movimento, nunca política. Aliás, admitia ainda algumas hipóteses de sobrevivência política ao Governo de Marcello Caetano, apesar da “perda de algum espaço de manobra”, originado pela pressão do setor mais à direita do regime, os «ultras».

Ainda assim, o diplomata previa que uma revolta “mais bem planeada e menos impulsiva” pudesse repetir-se nos próximos tempos. Por outro lado, estimava que a liderança do movimento “fora, por agora, decapitada na metrópole”.

Quanto aos «ultras», o embaixador considerava que a descoberta do golpe de Kaúlza, denunciado a 17 de dezembro de 1973 pelo major Carlos Fabião (denúncia pública de um golpe de extrema direita, preparado por Kaúlza de Arriaga e apoiado por Silvino Silvério Marques, Luz Cunha e Henrique Troni, com a finalidade de “abater” Costa Gomes e António de Spínola<sup>166</sup>) iria “acalmar” os ímpetus conspirativos. Relativamente ao presidente do conselho esperava que “Caetano vá emergindo gradualmente da sua posição enfraquecida”.<sup>167</sup>

Apesar do livro de Spínola ter saído há um mês, várias representações diplomáticas e consulares faziam ainda chegar ao gabinete do presidente do conselho referências ao *Portugal e o Futuro* na imprensa estrangeira através de telegramas.

A 25 março a embaixada em Brasília enviava a Marcello Caetano o título da revista “Veja” segundo o qual os “Quartéis levantam voz”. Da embaixada em Washington – o jornal Washington Post publicava um editorial aludindo ao livro e exprimindo a opinião de que era improvável que os guerrilheiros considerassem a sugestão do general Spínola de independência parcial. O “New York Times” publicava um comentário sobre a situação portuguesa sob o título “O exército de Portugal pode nunca mais voltar a ser o que foi” e no artigo afirmava que a insubordinação do dia 16 de março “diminuirá ainda mais a descrente determinação de combater nas guerras de África que os generais consideram impossíveis de vencer”.

Enquanto Caetano lê os recortes da imprensa, o comando-geral de segurança interna emite a 30 de março uma ordem relativa à comparência de peritos em explosivos em edifícios militares. O documento refere que face às instruções

---

<sup>166</sup> Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade de Coimbra/<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarDezembro73>

<sup>167</sup> SIMAS, Nuno, 2008, *Portugal Classificado, Documentos secretos norte-americanos 1974-1975*, Lisboa, Alêtheia editores, pp. 21- 23

ultimamente difundidas, tem sido solicitada a comparência em edifícios militares de pessoal especializado na deteção de explosivos (geralmente da brigada de minas e armadilhas da PSP), em presença de qualquer volume suspeito ou em consequência de telegramas de aviso.

O documento nota que, em regra não se confirmam as suspeitas, mas o ministro da Defesa solicita que, sempre que qualquer unidade ou estabelecimento militar tenha recorrido ao serviço de peritos em explosivos, quer da PSP quer das FA, para análise seja elaborado um relatório imediato que deve transitar pelos comandos hierárquicos.<sup>168</sup>

## **CAPÍTULO X: MFA reorganiza-se**

Após o 16 de março, muitos dos oficiais spinolistas ficaram presos no forte da Trafaria. O poder concentrou a sua atenção sobre estes, uma vez que tinha como certo que Spínola controlava o movimento. Esta atitude beneficiou o movimento porque permitiu “desviar as atenções” de outros militares do MFA.

Na opinião de Manuel Maria Múrias, o falhanço do 16 de março seria a oportunidade “extraordinária” que o Governo tinha para liquidar o MFA.

“Qualquer pessoa medianamente informada sabia o que se passava: - um segredo partilhado por duzentas pessoas não é um segredo – é um anúncio luminoso. Por isso, é estranhíssimo que perante os acontecimentos, o Presidente da República, o presidente do conselho e o Governo não tivessem agido. A conspiração principal seguiu impune. Na madrugada do 25 de Abril estava a revolução na rua, sem encontrar resistência que se visse”.<sup>169</sup>

Otelo revela que no caso dos processos de averiguações referentes aos graduados que haviam sido levados para o campo militar de Santa Margarida se iniciaram com rapidez e ao fim de duas semanas acabaram por ser libertados e colocados noutras unidades. Na análise do dirigente do MFA, estas e outras

---

<sup>168</sup> ADN, Segurança Interna -SR7,Cx 37, n.º 60

<sup>169</sup> MÚRIAS, Manuel Maria, *op. cit.*, p. 287

transferências dos militares veio beneficiar “o avanço da agitação da massa militar” dos oficiais do movimento.

Logo a 18 de março, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves colocam em circulação a circular n.º 2/74 que redigiram no dia anterior onde resumem os acontecimentos mais marcantes da história do movimento como a transferência dos quatro oficiais, uma “arbitrariedade” que o MFA tentou recusar e que provocou reações ao nível do poder, revelando “a sua intolerância, a sua total incompreensão dos problemas”. Mais tarde, a 14 de março, os militares tinham assistido, “indignados”, à manifestação feita por generais que se diziam representar as FA e que “nada mais representavam senão a si próprios e à sua falta de coragem cívica e moral”.

A circular argumentava que aquela ‘inqualificável’ manifestação tinha sido “a causa imediata dos acontecimentos mais recentes, que levaram alguns camaradas, generosos e abnegados, mas excessivamente impacientes, a tentarem resolver a situação de modo imediato”.

Contudo, prossegue, a ação “não foi inútil”. Serviu para definir com clareza os campos em presença, para revelar “as contradições em que se debate o Exército e – como este é “o espelho da Nação” – a crise geral do país. O documento critica ainda a intromissão da polícia política, que considera ter sido acionada pelo ministro e subsecretário de Estado do Exército e que fez detenções sem mandado legal, chamou a GNR que enviou contra o RI 5, e que cercou a Academia Militar e a Legião Portuguesa e também colaborou no seguimento das forças do RI 5 que regressavam às Caldas da Rainha.

“A ação que desencadearam não foi inútil” e apesar da repressão (200 presos) não seria possível travar o que era “já é irreversível”.

Dirigindo-se aos três ramos das FA, a direção do MFA afirmava que os acontecimentos permitiam prosseguir com o movimento “com mais segurança e realismo”. Apelava à coesão e à firmeza em relação aos objetivos.<sup>170</sup>

A circular escrita por Vitor Alves e Otelo aos restantes elementos do movimento era omissa quanto à elaboração de um programa político, mas logo nessa

---

<sup>170</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1984, *op. cit.*, pp, 290-291

noite Vitor Alves solicita a Melo Antunes - que iria partir regressar os Açores a 23 de março – que o redija.

Na noite de 22 de março, Melo Antunes lê a primeira versão do programa político do MFA, a qual será aprovada pelos presentes: Vitor Alves, Lauret e Contreiras da Força Aérea e da Armada.

Na reunião do dia 24, escreve Otelo, “já não restava dúvidas” sobre a necessidade de um confronto com o regime. Nesta reunião fica decidido que a Otelo caberia a elaboração do plano operacional e a ordem de operações, a Vitor Alves o programa político e que, entre 20 e 29 de abril, o golpe seria desencadeado.

Durante a reunião os militares discutiram ainda o facto de terem descurado a elaboração de um estudo de situação e decidiram que terminariam as informações transmitidas por circular. A atitude a tomar seria de fazer passar a ideia de que o movimento se havia desarticulado, após a prisão dos seus líderes.

Segundo Otelo, todos concordaram em chegar “às últimas consequências, em pegar em armas, em fazer o golpe de Estado”.<sup>171</sup>

### **X.1. A última conversa em família**

A 28 de março Marcello Caetano profere a sua última “Conversa em família”. Num tom premonitório e em jeito de balanço de mandato. Apesar disso, mais uma vez, volta às suas teses de defesa do ultramar, que havia aludido no discurso do 05 de março na Assembleia Nacional.

“Olhando para o trabalho realizado nos cinco anos e meio de governo (...) fica-me a tranquilidade de ter sempre procurado cumprir retamente o meu dever para com o país, que o mesmo é dizer para com o povo português”, declarava o presidente do conselho através da rádio e televisão públicas.

Marcello prosseguia o seu balanço e aludia à “profunda transformação da vida nacional em todos os setores” embora referisse que mudança tinha o custo da

---

<sup>171</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991, *Alvorada em Abril (II)*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 24-25

alteração das mentalidades, que para o presidente do conselho não significava o progresso.

“A melhoria das condições económicas e sociais da vida portuguesa tem-se assim processado num clima de dificuldades de toda a ordem – de ordem externa e interna – num mundo a braços com a alta generalizada e incontida dos preços, a que corresponde a crise do valor das moedas, numa época politicamente agitada e na qual Portugal é obrigado a sustentar a defesa de uma grande parte do território nacional”, assinalava para de seguida fazer uma incursão pela política ultramarina.

Dizia Marcello que a nação se tinha “recusado” a abandonar as terras de além-mar, com destaque para Angola e Moçambique, “duas grandes províncias” onde se fixaram milhares de famílias que o país deve defender.

Nesta parte do discurso Marcello critica a imprensa internacional e os adversários que, “a propósito da publicação em Portugal de um livro [Portugal e o Futuro, de Spínola] em que se faz a análise da nossa posição frente ao problema ultramarino” se apressaram a “tudo o que nessa análise lhes pareceu favorável às suas teses. Por um lado, dizia, não havia outra coisa a fazer senão o abandono puro e simples do ultramar e por outro repudiavam qualquer solução que não fosse a entrega imediata do ultramar aos movimentos chamados de ‘libertação’.

Prevendo o fim, apontava: “No que todos os estrangeiros, desejosos de nos ver despojados do ultramar jogam é no colapso da retaguarda em Portugal. Isso viu-se no entusiasmo com que os meios de informação de tantos países seguiram e avolumaram o episódio militar que a irreflexão e talvez a ingenuidade de alguns oficiais, lamentavelmente, produziu há poucos dias nas Caldas”.

Aproveitou ainda para desferir “um ataque” aos defensores da liberdade de expressão alegando que em causa estava “a segurança dos nossos” que se batem na guerra contra os “terroristas”.

E volta à sublevação das Caldas, um ato irrefletido por “não considerarem que em tempo de guerra subversiva toda a manifestação de indisciplina assume particular gravidade. Irreflexão, por não terem em conta que há manobreadores políticos, cá dentro e lá fora, prontos a explorar todos os episódios que possam tirar partido, para



cavar dissensões internas e minar alicerces do Estado, e para fazer beneficiar interesses do estrangeiro”.

Depois de percorrer mais uma vez as memórias da sua viagem às colónias em 1969, Marcello terminava a sua comunicação dizendo que “enquanto ocupar o lugar” não deixará de ter presentes os portugueses do ultramar.<sup>172</sup>

No dia seguinte chegarão ao seu gabinete algumas reações à “conversa em família”. O presidente do Supremo Tribunal Administrativo enviava-lhe um postal de admiração pelo discurso da noite anterior.

“Neste momento de crise e quando em Portugal se vê o avizinhar de cruciais vicissitudes, não podia ser sem profunda emoção que ontem, a Maria da Luz e eu o ouvimos definir a gravidade da situação e qual a posição do presidente perante ela. Como amigos e portugueses o acompanhamos nestes momentos em que as responsabilidades assumem especial equidade e exigem ao mesmo tempo a maior coragem e serenidade. Bem sabemos, e por experiência direta que quanto mais elevadas elas forem mais isolado se está ao tomarem-se as respetivas decisões”.<sup>173</sup>

Uma outra carta datada de 29 de março, a partir de Alfragide, o remetente Eduardo Metzner Leone refere que “esperou pela conversa de família” para assumir uma crítica: “Assistimos a uma ativa e agressiva melhoria da imprensa oposicionista, à qual a informação situacionista não tem sabido fazer frente. Assim, na competição que se estabeleceu, o Governo e o seu programa perdem todos os dias”.

Acaba a missiva referindo que tem “fundados receios de que tudo irá caminhar de mal a pior”. Reitera ao presidente do conselho que estará à inteira disposição do Governo enquanto este prosseguir por todos os meios possíveis na defesa do ultramar.

No dia 31 Marcello aparecerá em público, no Estádio de Alvalade para assistir ao jogo de futebol entre o Sporting e o Benfica onde recebe uma grande ovação. Enquanto Marcello se sente um pouco encorajado pelos aplausos, Oteló dá início à escrita da ordem de operações para o dia 25 de Abril.

---

<sup>172</sup> CAETANO, Marcello, *op. cit.*, pp. 240-246

<sup>173</sup> AMC, Supremo Tribunal Administrativo, Cx 55, n.º2

## **X.2. Um golpe sem oposição**

Durante o intenso mês de abril, Otelo desdobra-se em contactos para fazer reconhecimentos e recolher elementos sobre a organização militar do Governo. É assim que lhe chega às mãos o “quadro operacional da orgânica da PSP”, os quadros da “força de intervenção do Exército” e da “força de reserva do Governo” existente em todo o país, “o dispositivo das forças da Legião Portuguesa do continente e as últimas movimentações do material de guerra, nomeadamente o quadro da distribuição de material rádio de transmissões pelas unidades militares do Exército.

Obtém indicações sobre pontos que merecem especial atenção, números de praças que guarnecem locais importantes da capital como a Casa da Moeda, Correios da Praça D. Luís, antenas da RTP em Monsanto, Marconi, em Alfragide, Palácio de Belém.<sup>174</sup>

Enquanto, frenético, o movimento prepara o golpe, o Governo mantém a rotina. O Ministério das Comunicações, através do gabinete do novo aeroporto de Lisboa, informa o Ministério do Interior, a 03 de abril, da constituição de um grupo de trabalho sobre novo aeroporto em Rio Frio e o Ministério da Defesa Nacional informa também Moreira Baptista sobre as cerimónias do dia 10 de junho e sobre a participação das forças da PSP, GNR e LP.

A 24 de abril, a PSP envia ao ministro um recorte do jornal de Famalicão que na sua opinião constitui um ataque à polícia.<sup>175</sup>

O ministro do Interior ocupa-se neste mês de abril como assuntos como remeter no dia 11 o “Perintrep” do comando-geral da PSP, respeitante ao período de 30 de março a 6 de abril; licenças de armas; manda uma carta ao Governador Civil de Castelo Branco (3/4/74) a pedir informações uma vez que a PSP teve conhecimento que o padre Florentino Vicente Beirão, ao celebrar missa “aproveitando o facto

---

<sup>174</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, pp. 26-27

<sup>175</sup> ANTT/Divisão de arquivos definitivos, Fundo: Ministério do Interior Subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977); Liv. 66 registo de correspondência recebida (n.º 1232-2298) 1974, jan.-mar. – NT 53

passado nas Caldas da Rainha pronunciou uma homilia agressiva e acintosa, apoiando os rebeldes e incitando os fiéis à revolta”.<sup>176</sup>

Começa a contagem das unidades, dos equipamentos e dos materiais que cada unidade dispõe e quais as que estão com o movimento e quais as consideradas “inimigas”. O Regimento de Lanceiros 2 (Polícia Militar) e o RC 7 não estão com o movimento.

Otelo reconhece dificuldades em encontrar um oficial dos comandos a quem encarregar a coordenação e acaba por recorrer ao major de infantaria Jaime Neves que aceita o cargo, mas condiciona a sua anuência ao abandono das missões de assalto ao Quartel-General da Legião Portuguesa, na rua Penha de França, e à sede da DGS, na Rua António Maria Cardoso.

O responsável pelo plano operacional divide o país em duas zonas: a norte do rio Douro, onde as forças devem convergir para o Porto ou guarnecer as fronteiras norte e nordeste do país; o resto do país, onde as unidades devem fazer convergir forças para Lisboa, conquistarão objetivos e guarnecerão a fronteira leste. O resto do país é dividido em quatro subsetores: norte, centro, sul, Lisboa, sendo a ação das forças controlada e orientada pelo posto de comando, sediado na capital.<sup>177</sup>

Obtido um mapa da prisão de Caxias, a preocupação centrou-se depois na ocupação das estações de rádio como a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português (RCP) e a RR, além da RTP.

Na noite de 22 de abril, Otelo estava reunido no apartamento de Jaime Neves, na Reboleira, com Moraes da Silva e alguns elementos dos grupos dos comandos, com oficiais subalternos, que Rui Rodrigues havia conseguido mobilizar na EPI de Mafra e que em fins de semana anteriores haviam efetuado alguns reconhecimentos. A pedido de Costa Martins, piloto-aviador que Otelo nomeara para controlar o RCP, Otelo vai encontrar-se com o locutor João Paulo Dinis a quem pede que assegure um sinal que chegasse a todo o país, avisando os elementos do movimento para o arranque. Mas apercebe-se que o RCP tem uma baixa potência de saída de antena, cobrindo apenas a

---

<sup>176</sup> ANTT/Divisão de arquivos definitivos Fundo: Ministério do Interior, Subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977); Copiador de Correspondência expedida n.º (1200-1955) 1974 ref MAI pt 202

<sup>177</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, pp. 30-33

cidade de Lisboa e o máximo, os 100 quilómetros em seu redor. É nesse momento que se decide pelos dois sinais. Um primeiro dado por João Paulo Dinis e destinado às unidades da área de Lisboa, que a partir desse sinal iniciam os preparativos para o arranque dentro dos quartéis e um segundo sinal que dê indicação a todas as outras unidades que a partir de certa hora têm a obrigação de abandonar o quartel para o cumprimento das missões.

O primeiro sinal, a música “E depois do Adeus”, cantada por Paulo de Carvalho, seria emitido quando faltassem cinco minutos para as 23:00 do dia 24. A ideia era dar tempo à preparação das ações da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas para saírem do quartel. Na rádio Renascença, perto da meia-noite e meia seria lida a primeira quadra da canção “Grândola Vila Morena” de Zeca Afonso e depois ouvir-se-ia a música completa. O segundo sinal confirmava que o golpe estava em marcha. O movimento decidiu ocupar posições junto ao RCP, defendendo a emissora de alguma incursão das forças da ordem, uma posição que se considerou desnecessária para a rádio Renascença.

A RTP também era um alvo importante a conquistar e as operações ficaram a cargo da EPAM (Escola Prática de Administração Militar), ao capitão Teófilo Bento e ficou ao serviço do movimento a partir das 19:00 do dia 25.<sup>178</sup>

Na noite de 21 de abril Otelo não obtém o apoio do Regimento de paraquedistas, mas consegue a garantia da sua neutralidade. Contava também com a neutralidade dos fuzileiros navais.

A poucos dias da ‘hora H’, Otelo só contava com o Exército na constituição das forças ‘amigas’ considerando que “são raras” as guarnições de norte a sul de Portugal com as quais não se pode contar a cem por cento: Leiria, Tomar, Torres Novas e Elvas. Em Lisboa só estão contra o RC7 e o RL2. E o Regimento de Infantaria 1, da Amadora acabará por renunciar em plena noite de 24 de abril. O RI1 tinha a missão de assalto e ocupação do forte de Caxias para libertação de presos políticos e prisão dos agentes da DGS que ali se encontravam. Face a esta baixa, o movimento assume o risco de não lançar ataque ao forte de Caxias nem à sede da DGS. A sul, o RI 4 de Faro também deu conhecimento, a 19 de abril, do seu não alinhamento no golpe. Otelo regista ainda

---

<sup>178</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, pp. 42-44

problemas em Évora, onde funcionava o quartel-general que comandava todo o sul do país.

A norte, refere que a importância que veio a ter para o movimento a transferência de Dinis de Almeida do RAL 5, em Penafiel, para o RAP 3 da Figueira da Foz como forma de punição. Nesse local militou em prol do movimento em Aveiro, Águeda, Coimbra e Figueira da Foz.

Foram dias vertiginosos com contactos e reuniões contínuas de motivação e mobilização de tropas e de preparação para as funções a desempenhar a 25 de Abril.<sup>179</sup>

A 15 de abril a PIDE prendia quarenta militantes antifascistas que pertenciam ao PCP e ao MDP/CDE que preparavam as comemorações do dia do trabalhador<sup>180</sup> e nesse dia Otelo entregou o manuscrito das 26 páginas da “ordem de operações” a Amadeu Garcia dos Santos – docente da Academia Militar e oficial de transmissões do ‘estado-maior’ de Otelo, um documento imprescindível para a elaboração do anexo de transmissões. Garcia dos Santos elaborou então o anexo de transmissões que ficou concluído e policopiado em 22 de abril para ser distribuído por cada unidade interveniente a partir da noite de 23 de abril.

Garcia dos Santos obteve autorização para montar um cabo telefónico direto entre a EPTM (em Sapadores) e o RE 1 (na Pontinha) numa distância de quatro quilómetros, a autorização chegou a 22 de abril e foi montado em 24 horas, possibilitando a ligação telefónica direta entre a EPTM e o posto de comando. Com esta ligação, o movimento possuía a escuta das redes de rádio da GNR, PSP, DGS e LP e das conversações telefónicas que serviam os aparelhos do ministro da Defesa, ministro, secretário de Estado e chefe do Estado-maior do Exército, através da central automática do Centro Nacional de Transmissões (em funcionamento na própria EPTM). Desta forma, o movimento recebia informação sobre os movimentos das tropas governamentais.

Admite, contudo, que nem tudo se encontrava, de facto, rigorosamente planeado.

---

<sup>179</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, pp 45 e 57

<sup>180</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, p. 34

As unidades de total confiança do movimento eram: EPI, EPA, EPC, EPAM, BC5, CTSC a que se juntou rede de meios de transmissão (estafetas, rádios e telefones), apoio técnico da Escola Prática de Transmissões (EPTM) e, já em pleno desenvolvimento da ação, a adesão do povo garantiriam o êxito do golpe.<sup>181</sup>

No Governo, o ministro Moreira Baptista envia a 23 de abril ao general comandante – geral da GNR uma fotocópia do ofício de 17 de abril do gabinete do ministro da Defesa. Por sua vez, o ministro da Defesa tinha dado conhecimento ao ministro do Interior da informação prestada pelo Ministério do Exército segundo a qual era “possível fornecer, a partir das existências em depósito as 2.151 armas pedidas; neste momento não é possível fornecer os bipés; é possível fornecer as 1.349.640 munições sugerindo que o total seja arredondado para as 1.500.000 munições; é possível fornecer os equipamentos m/64 pedidos. Há dúvidas sobre os componentes dos equipamentos que interessam à GNR; o valor total do material solicitado é de 10 mil contos”.<sup>182</sup> Esta informação surge sem qualquer justificação, apenas como mera descrição.

Enquanto nos gabinetes dos ministros se despacham estes assuntos, na vertente política do movimento, Vitor Alves trabalhava a versão do programa político que a 20 de abril estava praticamente concluída e também os termos de um protocolo secreto a acordar entre a Junta de Salvação Nacional e o MFA (que nunca viria a ser assinado) e ainda o texto da proclamação ao país do MFA que seria lido aos microfones do Rádio Clube Português. O grupo de trabalho era formado por homens do Exército, da Armada, a Força Aérea notava-se pela ausência e só na reunião decisiva, no dia 20, apareceu o major Morais da Silva a falar em nome da FAP.

Otelo era um dos elementos de ligação a Spínola e nesse mês de abril continuou a ter esse papel, mas recorrendo a um outro terceiro elemento por temer que Spínola estivesse a ser vigiado. Recorreu a Carlos Alexandre de Morais, que era visita diária de Spínola e assim não suscitou suspeitas. Seria Carlos Morais a levar a Spínola a primeira versão do programa político do MFA e este devolveu-o dois dias

---

<sup>181</sup>CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991(II), *op. cit.*, p. 59

<sup>182</sup>ANTT/Divisão de arquivos definitivos/Fundo: Ministério do Interior/ Subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977)/MAI\_ACL\_MAI\_GM\_GNR009, cx. 443

depois com as suas interrogações e divergências escritas a lápis. Spínola entendia que o texto devia abdicar de referências de pormenor sobre qualquer definição de rumo político. Carlos Morais fará três ou quatro viagens com o documento entre Spínola e o movimento. Spínola aceita pertencer, nos termos expressos nos documentos, à Junta de Salvação Nacional, designação que o próprio propusera. A JSN seria constituída por seis oficiais gerais, dois do Exército, dois da armada e dois da FA. Da parte do Exército tanto Spínola como Costa Gomes garantiram (este último através Vasco Gonçalves) a sua presença na JSN.

Depois decidiu-se constituir mais um para ser o presidente da República a título provisório.<sup>183</sup>

Enquanto Carlos Morais faz este papel com Spínola, Vasco Gonçalves faz o mesmo com Costa Gomes, mas sem qualquer êxito. Costa Gomes virá a afirmar mais tarde que só teve conhecimento do programa do MFA oito dias antes do 25 de Abril e que quem lho mostrou foi uma comissão constituída por oficiais, entre os quais o general Vasco Gonçalves, que tinha servido consigo em Moçambique e Angola. “De todos os elementos que compunham a comissão coordenadora, foi realmente o oficial que teve mais contactos comigo”.

Costa Gomes refere que o seu telefone esteve sob escuta em março de 1974, na sequência da recusa em participar na cerimónia de homenagem a Marcello Caetano e elementos armados da PIDE foram colocados num prédio fronteiriço ao seu, estando nos arredores sempre dois carros, que o passaram a seguir para todo o lado. À pergunta se era vulgar militares sem vigiados pela PIDE, Costa Gomes respondeu “sobretudo aqueles de quem a PIDE desconfiava, por motivos políticos ou religiosos”.<sup>184</sup>

Assiste-se a uma ampla discussão sobre quem serão os elementos da JSN e Spínola alertava o movimento para questões como a redação da proclamação ao país; a libertação dos oficiais (afetos a si) presos na Trafaria como Almeida Bruno, e Manuel Monge após o 16 de março e para que pudessem ser de imediato utilizados.

---

<sup>183</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, pp. 60-63

<sup>184</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela, 1998, *op. cit.*, pp. 201, 211-212

Otelo explica que ao terem cessado as comunicações escritas, para não alertar o Governo para a continuação do movimento, nas colónias havia misto de expectativa e descrença. Dúvidas também as havia na metrópole com Vasco Gonçalves a comentar “os tipos têm um aparelho muito forte”.

A 20 de abril já estavam distribuídas todas as missões e Otelo confessava não ter alternativa aquele plano, caso corresse mal para o movimento.

A 18 de abril encontra na rua o major de artilharia Alexandre Aragão que viera a Lisboa encontrar-se com Spínola. O general ter-lhe-á dito “que desconhecia completamente o que se passava quanto à eclosão do golpe militar, mas tinha a certeza de que se preparava qualquer coisa para breve.

Alexandre Aragão era chefe da secção de milícias no Quartel General do comando-chefe das FA na Guiné e informou-o de que em Bissau havia um plano preparado para neutralizar todos os comandos desafetos ao MFA. Ficou assente que se o golpe falhasse na metrópole, o MFA lançaria na Guiné, 24 horas depois, a sua ofensiva contra o poder.

Alheios a estas manobras, na noite de 18 de abril, Américo Thomaz e Marcello Caetano ainda foram ao São Carlos assistir à primeira das três atuações (as outras foram a 21 e 24 de abril) de Joan Sutherland a cantar *La Traviata*, recorda o poeta, escritor e ensaísta português Eduardo Pitta.

Nas últimas horas foi montado o posto de comando na Pontinha – RE 1.

Após reuniões com o seu quartel general – a 17 de abril distribuiu missões aos delegados das unidades do setor norte, a 18 no setor centro, a 19 no sul e a 20 em Lisboa.

A partir do dia 22 todas as unidades entrariam em estado de alerta e deveriam estar preparadas para receber o contacto de um agente de ligação portador do anexo de transmissões, a senha a contra senha e eventuais novas ordens. Só mesmo nas vésperas foi obtida a neutralidade dos fuzileiros e da marinha.

Por estes dias Marcello Caetano andava “tristíssimo”, recorda o seu filho. Sem precisar em que data, o presidente do conselho já avisara a família: “não se admirem



se algo acontecer”. A 23 de abril reúne-se pela última vez com a família em Lisboa no jantar de aniversário de um neto.

Vinte e quatro horas depois deste jantar, pelas 22:55 a voz de João Paulo Dinis fazia-se ouvir proferindo o primeiro sinal: falta, cinco minutos para as 23:00. Convosco, Paulo de Carvalho com o eurofestival de 74: “E depois do adeus”.

Em Vendas Novas, na EPA é preso o comandante, ocupada a central de rádio e controladas as entradas no quartel; na EPI de Mafra, os capitães e subalternos estavam fora da unidade e após ouvirem o sinal recolhem para iniciarem os preparativos para a missão; os capitães e subalternos do quadro permanente da EPAM dirigem-se para a unidade onde se armam e se fardam; no BC 5 todos aderem ao movimento e são mandados armar e equipar: os do 10.º grupo de comandos estão apostos para a sua missão de tomar de assalto o RCP para o transformar no posto emissor do posto de comando do MFA.

Na EPI e na EPA não se espera pelo segundo sinal. Da EPA marcha uma bateria para Almada. Às 00:00 inicia-se o programa limite radiodifundido através dos emissores da rádio Renascença com locução de Paulo Coelho e Leite de Vasconcelos. Este último recita a primeira quadra do poema de “Grândola, Vila Morena” e assim que a canção começa a ser entoada é a grande emoção no posto de comando.

Na sala dos oficiais da EPAM, no Lumiar, é preso o oficial de dia e o oficial de prevenção, é controlada a central rádio e os paióis, e em linguagem codificada, 14 aspirantes milicianos estagiários que se encontram no exterior são informados que tudo corre bem e que podem entrar no quartel; nesse momento, no CIM, em Santa Margarida, quatro subalternos milicianos dirigem-se à arrecadação de material de guerra e começam a encher carregadores.

No campo de tiro da Serra da Carregueira preparam-se homens para a missão de defender os estúdios da emissora nacional. Em Santa Margarida é conseguida a adesão dos cabos. Pela 01:30 Salgueiro Maia manda acordar todo o pessoal presente na EPC e a adesão é incondicional. Dos 500 de serviço só podem participar 240.

No BC5 todos são informados e detidos os que não aderem; no CIAA, o aeródromo de tiros ficará desguarnecido no início da ação.

À 01:30 na EPAM os que não aderem são presos na biblioteca; no RI 14 de Viseu os cinco capitães do quadro permanente controlam a central telefónica e os postos de rádio, reforçam a vigilância e pernoitam no regimento. É preparada uma companhia para seguir rumo à Figueira da Foz.

Em Estremoz registam-se dificuldades, reina a indecisão. Em Mafra, a companhia de intervenção da EPI desloca-se para o aeroporto da Portela, que tem como missão ocupar e defender. No BC 5, o pessoal é levantado sem barulho para não suscitar suspeitas junto dos guardas da cadeia penitenciária junto ao quartel. Pouco passa das duas da manhã quando no CTSC duas viaturas pesadas e um jipe com 47 homens se dirigem à conquista da emissora nacional, elementos do movimento tomam conta do RAP 3, na Figueira da Foz.

A coluna de 100 homens da EPAM segue em direção aos estúdios da RTP que tomam de assalto às 03:00, sem incidentes. Em Lamego, no CIOE à mesma hora sai uma companhia até ao Porto que chega ao quartel-general da Região Militar do Porto e o transformam no comando das forças do movimento no norte do país.

O rádio clube é conquistado às 03:20 da manhã.

E mais viaturas saem de tanques para se juntarem aos que vinham de Santa Margarida. Estas iriam para o centro emissor do RCP no Porto Alto; outra para a ponte marechal Carmona em Vila Franca de Xira e outra para Lisboa para defesa da Casa da Moeda. Às 03:00 da manhã as viaturas do CTSC chegam à emissora nacional também sem incidentes.

A essa hora, o ministro do Exército, Andrade e Silva, trabalha ainda no seu gabinete apesar de ter prevista uma deslocação nessa manhã pelo Alentejo (Vendas Novas, Évora e Beja). Havia que manter controlado o RI 3, mesmo após ter substituído o comandante por alguém da sua confiança.

O MFA interceta uma conversa entre o ministro da Defesa, Silva Cunha, que também ainda não dormia, e Andrade e Silva. O ministro do Exército diz a Cunha que lhe interessa ir a Beja assistir a uma transmissão de comando e inspecionar a companhia de ordem pública. “O comandante que lá está é muito amigo do homem do monóculo [Spínola], a quem telefona muitas vezes, por isso, mandei mobilizá-lo para o

Ultramar e coloquei lá outro de confiança, que hoje toma posse no cargo”, diz Andrade e Silva.

Cunha pergunta-lhe como está a situação e Silva responde que “a situação está sem alteração e perfeitamente sob controlo. Peço-lhe que não se preocupe, pois está tudo sossegado e não há qualquer problema em qualquer ponto do país.” Este é um dos momentos mais emblemáticos do estado da desinformação governativa.

Silva Cunha lembrará anos depois que entre 16 de março e o 25 de abril “faltou completamente informação sobre o que se preparava”.

“Lembro-me de que o ministro do Exército, general Andrade e Silva, me telefonou [na noite de 24 para 25 de abril] para informar que, no dia seguinte de manhã, sairia de Lisboa para visitar algumas unidades militares ao sul do Tejo. Estava despreocupado. Tudo, disse-me, estava tranquilo. Pouco depois falou-me o diretor geral de Segurança, major Silva Pais, dizendo-me o mesmo. «Pode dormir descansado, senhor ministro».<sup>185</sup>

A essa hora estavam ocupados três objetivos para a informação e o QG/RMP.

Montada em 10 viaturas blindadas, 12 viaturas de transporte, duas ambulâncias, um jipe e uma viatura civil de exploração cruza às 03:30 a porta de armas da unidade para se dirigir ao Terreiro do Paço a coluna conduzida por Salgueiro Maia. Às 4:30 ocupam o QG/RML.

Ao aproximarem-se as 04:00 só lhe falta ao MFA o controle do aeroporto e tem várias forças a rolar para a capital. Às 04:20 é tomado o aeroporto e foi dada ordem para transmitir a leitura do primeiro comunicado.

Pouco depois das 04:00, Romeiras Júnior sai de casa e consegue chegar ao RC 7, fugindo a ser intercetado. O Rc7 e o RL 2 ficam sob o comando de Romeiras Júnior.

As 04:26 foi lido pela voz de Joaquim Furtado o primeiro comunicado no RCP: “Aqui, posto de comando do MFA (...)”. O RC 3 de Estremoz decide aderir. Quatro comunicados são lidos no RCP.

---

<sup>185</sup> CUNHA, Silva, 1977, *op. cit.*, p. 357

Cerca das 05:30 a coluna da EPC atinge a portagem da autoestrada do norte e entra em Lisboa. Não teve qualquer oposição à sua passagem e antes das 06:00 dispõem as viaturas no Terreiro do Paço de modo a isolar toda a zona. As forças da PSP que se encontram no local obedecem às ordens de Salgueiro Maia.

Segundo Otelo, o primeiro alarme dado para as forças governamentais nessa noite partiu do Porto. Pelas 03:30, o coronel Santos Júnior, comandante da PSP do Porto, telefona para o comando da GNR a dar conta da operação de tomada do QG da região militar por revoltosos. Os leais ao Governo tentam impor a prevenção rigorosa e arregimentar tropas para controlar o movimento na região, mas os seus esforços não dão resultado porque os regimentos estão ao lado do movimento. O que se passou no Porto vai repetir-se em Coimbra e Viseu.

Quando chegou o 25 de Abril, Viana de Lemos descreve que “mais uma vez” aconteceu o que se ia tornando um hábito “muito enfadonho”: ter sido alertado pelo ministro e de, ainda em casa ter recebido um aviso do coronel Sousa Guerra, da PSP, de que forças do BC 5 estavam a assaltar o quartel general da Região Militar de Lisboa. Telefonou mais uma vez ao seu cunhado (Romeiras Júnior) e combinaram que seguiriam para o ministério.

Ao chegar ao ministério ali estavam também “os ministros do costume” e o novo CEMGFA. Aguardavam que as forças da Cavalaria 7 isolassem o Terreiro do Paço quando, e aí esteve, para o secretário de Estado a base do sucesso, chegou uma coluna com blindados da Escola Prática de Cavalaria.

“A minha reação, nessa noite, foi um pouco estranha: estava farto e tinha sono!” por isso, justifica, limitou-se a assistir “como mero espetador por ter constatado, bem cedo, que não havia probabilidade de deter a insurreição, a menos que se corresse o risco de um derramamento de sangue”.

A certa altura foi decidido que, estando cercados, devíamos tentar sair do ministério. Alguém conhecia a existência de uma porta de comunicação com o ministério da Marinha. Verifiquei depois que, ao abrirem essa porta, havia um pano de tijolo do outro lado, no qual veio a ser feita uma abertura por onde todos os ministros

e gerais presentes passaram para o ministério da Marinha, daí passaram para a rua do Arsenal onde tomaram um autocarro para Lanceiros 2.

Aí chegados continuaram as operações a serem comandadas e foi então que ao começo da tarde, pela primeira vez, ouvi falar no presidente do conselho, o que não quer dizer que não tenha falado com ministros, mas ao contrário do que tinha sucedido no 16 de março não ouvira falar em Marcello Caetano.

Caetano mandou que o ministro do Interior se deslocasse para o comando da GNR, no Largo do Carmo, acompanhado pelo almirante Tenreiro.

Durante a tarde dirigiram-se de helicóptero para o comando da primeira região aérea, tendo o ministro do Exército seguido na sua viatura e aí aguardaram. Não se recorda das horas, mas ainda era dia quando receberam do comando da GNR a comunicação de que Marcello Caetano entregara os seus poderes ao general Spínola.

186

Na noite do golpe, sem precisar a hora, Marcello Caetano conta que foi surpreendido no primeiro sono pelo diretor-geral de Segurança, que lhe diz que a revolução está na rua e lhe recomenda que se dirija para o quartel do Carmo. Sem tempo a perder, foi com o adjunto militar de automóvel para o quartel do Carmo e ao passar perto do Terreiro do Paço viu patrulhas que ocupavam as embocaduras das ruas tendo pensado que “o general Andrade e Silva está tomando as suas precauções”. Não estava. Eram tropas revoltosas. Deixaram-nos passar sem dar por eles.<sup>187</sup>

Caetano diz que o almirante Tenreiro levou os ministros da Defesa, do Interior, do Exército e da Marinha até à rua do Arsenal onde tomaram uma viatura e nela se dirigiram, com o general Luz Cunha, para o quartel de cavalaria 2, na Ajuda. No Carmo ainda tenta reorganizar a resistência, mas tudo estava a ser escutado.

No Carmo, Marcello esteve depois acompanhado pelo ministro do Interior e pelo almirante Tenreiro, vindos da Cavalaria 2. “O que não encontrei foi quem combatesse pelo Governo. Com o general da Legião Portuguesa estive em contacto e dei ordens precisas. Todavia a Legião rendeu-se ao primeiro grupo de insurretos que

---

<sup>186</sup> LEMOS, Viana de, *op. cit.*, p. 343

<sup>187</sup> VERBO, Editorial, *op. cit.*, p. 41

apareceram no quartel da Penha de França. O povinho, uma vez triunfante no Terreiro do Paço, veio em passeata até ao Largo do Carmo, fronteiro ao quartel, que ocupou sem qualquer resistência. Assisti pasmado à inércia do comando da GNR”<sup>188</sup>.

Questionado sobre se não devia ter consultado o chefe do Estado e os seus ministros, Marcello respondeu: “o chefe do Estado não pode ser encontrado durante todo o dia e só ao fim da tarde regressou a casa. Os ministros que consultei foram os únicos que estavam comigo, o do Interior e o ministro dos Negócios Estrangeiros.”<sup>189</sup>

Só restava a Marcello a entrega do poder, o que fará a António Spínola.

“Senhor general, tenho de reconhecer que estou vencido. (...) Se o governo tem de capitular, que seja perante alguém que possa responsabilizar-se pela ordem pública e que tranquilize o país”, disse Marcello Caetano ao telefone a Spínola que virá receber o poder cerca das 18:00 do dia 25 de abril.<sup>190</sup>

---

<sup>188</sup> VERBO, Editorial, *op. cit.*, pp. 41-47

<sup>189</sup> VERBO, Editorial, *op. cit.*, p. 81

<sup>190</sup> CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1991 (II), *op. cit.*, pp. 175-176

## Conclusão

A presente dissertação demonstra que nos dois últimos meses do regime do Estado Novo português, a ação governativa foi marcada por contradições, que aceleraram tomadas de consciência, nomeadamente no meio militar, com consequentes mudanças de posição, que acabaram por transformar a sua estrutura tradicional. Este 'transformismo' permitiu que do interior do regime se formasse um movimento militar de oposição que o viria a derrubar em muito pouco tempo.

Entre fevereiro e o 25 de abril de 1974, o Governo chefiado por Marcello Caetano tinha já uma escassa margem de manobra e não conseguiu impedir que se formasse nas estruturas intermédias das Forças Armadas um movimento de oposição à política da manutenção da guerra nas colónias.

Esta alteração de posição das FA foi impulsionada pela saída do livro (a 22 de fevereiro de 1974) do vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, António Spínola, em que preconizava, contra a política do regime, uma solução política para a guerra, em vez de militar.

O regime mantinha, 13 anos após o início da guerra, uma política intransigente da manutenção do conflito em alegada defesa das populações nacionais aí residentes e contra a entrega dos territórios ultramarinos aos movimentos de libertação, apelidados pelo regime de terroristas. Ao professar publicamente uma ideia contrária e no fundo declarar a inutilidade da guerra - o vice-CEMGFA defendia uma solução política - estava na rua a primeira grande contradição deste período.

Internamente, os comandantes das regiões militares ficam sem saber como agir no interior dos quartéis, já fortemente politizados por uma ideologia anticolonialista e antiguerra, como provam os relatórios da subversão na metrópole.

O próprio ministro do Exército admite, a 04 de março, que a publicação do livro tinha ultrapassado o seu ministério (foi autorizado pelo ministro da Defesa após parecer favorável do chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Costa Gomes). Nota-se o desconforto e a falta de informação em que é deixado este ministro sem

conseguir justificar a saída de um livro ‘subversivo’ por parte de alguém que ocupava um alto cargo na hierarquia militar.

Outra contradição do regime residiu no facto do próprio Spínola receber no seu gabinete oficial de vice-CEMGFA os militares que chefiavam o movimento dos capitães, conspirando contra o Governo ao mesmo tempo que informava o ministro da Defesa que “não havia motivo para preocupações”.

Spínola sentiu-se derrotado na Guiné ao não ter autorização de Marcello Caetano para continuar a explorar uma saída política para a guerra, mas estava determinado a não se resignar, queria continuar a ter protagonismo dentro do regime e foi essa ambição que justificou a sua ação.

Caetano reconheceria mais tarde que a publicação do livro, vinda de onde viera, era grave em si, mas ainda se tornava mais grave pela ocasião em que ocorria, a dar uma doutrina e a emprestar uma bandeira ao chamado movimento dos capitães com o qual repetidamente o general Spínola afirmara que não se identificava.

O complexo processo da saída do livro, as repercussões que originou internamente – acelerou a organização do Movimento das Forças Armadas no sentido de planejar rapidamente o derrube do regime - e externamente - dificultou a obtenção de armamento para a guerra como resulta dos obstáculos colocados à diplomacia junto dos Estados Unidos da América - e a ausência de concertação entre o primeiro-ministro e o Presidente da República, quebraram os equilíbrios que mantinham o regime.

Nas palavras do PR era já só uma questão de ir até ao fim, de esperar pelo fim. Assim resumiu Américo Thomaz a situação do país a Marcello Caetano quando este lhe pede, a 11 de março, no auge da crise política deste período, para ser exonerado.

O país tem ao seu comando dois homens que apenas não querem ficar para a história como tendo abandonado o barco, preferem ficar até serem derrubados, tentando mostrar numa aparência de poder que ainda exercem a plenitude as suas funções.

Marcello estava perante um problema de difícil resolução. Se demitisse o general autor do livro e o CEMGFA que tinha emitido parecer favorável, o movimento



dos capitães ganharia força, porque Caetano estava convencido que Spínola controlava os seus passos. Se não os demitisse, estava implicitamente a assumir que concordava com a tese de Spínola, o que se revelava incompreensível.

É neste contexto que sendo obrigado a manter-se no poder ao lado dos ultra conservadores, empreende ações que se destinam apenas a manter uma imagem de governação perante a opinião pública.

A 05 de março vai à Assembleia Nacional pedir o apoio para a política ultramarina e a 14 de março promove uma cerimónia televisiva de demonstração do apoio das hierarquias das FA ao seu Governo, iniciativas criticadas pelo PR e numa altura em que as FA já não se reveem nas chefias e têm já em marcha a preparação de um golpe de Estado.

A braços com os problemas nas FA, Marcello toma mais uma iniciativa de fuga para a frente e promove a 15 de março uma remodelação na área económica do Governo a pretexto da crise que assola a economia, mas que terá tido como objetivos conter o movimento especulativo.

A decisão de Costa Gomes e António Spínola de não comparecerem na cerimónia do 14 de março conduziu à sua exoneração e esteve na origem da saída em falso de uma coluna do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha em direção a Lisboa. Os militares em serviço nas Caldas convenceram-se que estava em marcha um movimento de saída de tropas de quartéis de vários pontos do país para derrubar o regime e saem isolados do quartel, acabando por se render às forças governamentais.

O regime sai vitorioso deste ato rebelde e parece crer que a direção do movimento está detida e que os elementos spinolistas estavam presos. Engano. Os dirigentes do MFA estão em liberdade e sobretudo Otelo Saraiva de Carvalho, o homem que será o principal operacional do golpe militar, teve a oportunidade de se aperceber do real potencial bélico do Governo durante os acontecimentos do 16 de março.

Enquanto Otelo prepara o golpe com dezenas de movimentos e contactos sem ser 'apanhado' pela polícia política, a restante direção prepara o programa político do futuro governo do país. Quase tudo aconteceu na capital, em reuniões com dezenas de

pessoas sem que houvesse neste mês de abril detenções de elementos do movimento. Se não se conhecem registos de ordens para viabilizar a ação do movimento por parte da polícia política, a verdade é que a conspiração seguiu impune e com o beneplácito dos dois generais António Spínola e Costa Gomes.

O regime acabaria vencido na rua pelas tropas leais ao MFA que num só dia fizeram cair o regime, provocando também o fim da guerra. Às forças do MFA juntou-se a população da capital, que de imediato aderiu ao fim da ditadura.

O poder era assim uma aparência de si mesmo ao não ter força para intervir. Não teve quem o defendesse e o povo colocou-se ao lado dos revoltosos.

## Fontes e bibliografia

### Arquivos

**Arquivo Marcelo Caetano (AMC)**, Lisboa – Arquivos da Torre do Tombo -, Negociações com os Estados Unidos da América sobre os Açores – 1973-1974 -, caixa 12, n.º 1, 7, 8, 12, 13, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 28 anexo 1, 34, 35, 37, 38, 39, 43, 47, 51, 56, 57, 58, 59

AMC, Presidente do conselho – Ultramar, Relatórios, notas e correspondência, 1968-1974, caixa 12, n.ºs 10, 12, 13 - anexo 1, 14; caixa 24, n.º6; caixa 34, n.º 132; Caixa 55, n.º2

AMC, Arquivo do presidente do conselho, correspondência e documentação diversa, caixa 13, n.º 20, 22, 23; caixa 33, n.º1, 2 e 3; caixa 42, n.º1, anexo 1, 2, 3, 4; caixa 14, n.º 1, 8, 17; caixa 18, n.º1, 3, 4; caixa 22, n.º 12, caixa 24, n.º 5, caixa 54, n.º6, caixa 28, n.º 19; caixa 33, n.º1; caixa 38, n.º22; caixa 38, n.º 1 e n.º 2; caixa 48, n.º71 e 72; caixa 49, n.º1;

AMC, discursos e entrevistas 1972-1974, caixa 13, n.º 10, 11, 13 (discurso de 05 de março de 1974), 14, 15

**Arquivo da Defesa Nacional (ADN)**, Lisboa, Fundo 3 (F3) – fundo do gabinete do CEMGFA, Série (SR) 4 – Forças Armadas, caixa 4, caixa 8, n.º39

ADN, Fundo 1 – fundo do gabinete do ministro da Defesa Nacional, SR7, caixa 35, n.º51; SR7, Cx 37, n.º 60; SR 30 – correspondência expedida, caixa 66, n.º 8; SR 55 – telegramas, caixa 307, n.º32; SR55, caixa 307, n.º32 e n.º33; caixa 37, n.º60

ADN/SR1 - Assuntos do gabinete do CEMGFA, Cx1, n.º7

**Arquivo Histórico Militar (AHM)**, Lisboa, Fundo 7 - repartição do gabinete do chefe do Estado Maior do Exército /A, SR19 – Relatórios de subversão, 1967-1974, caixa 40, n.º8

AHM, Fundo Orgânico (FO) 6- repartição do gabinete do ministro, SR14, caixa 484, n.º24

AHM/Fundo 6/I, SR 14/caixa 484/n.º 24; Fundo 6/I, SR 14, caixa 484, n.º24/Processo n.º R.2.a/74

**Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**, Lisboa, Fundo: Ministério do Ultramar (MU), Gabinete do ministro (GM), Gabinete dos negócios políticos (GNP), Série (SR) 115 - Relatórios da imprensa estrangeira, 1974, Pt. 12

**Arquivo Nacional da Torre do Tombo, (ANTT)**, Lisboa prova com cortes n.º 69 do jornal “República” de 11 de março de 1974; “Jornal do Comércio”, provas enviadas à comissão do exame prévio n.º 36 486 – 17-3-1974

ANTT - Divisão de arquivos definitivos, Fundo do Ministério do Interior, subfundo: Gabinete do ministro (1948-1977)/MAI\_ACL\_MAI\_GM\_FS0009, caixa 442; Liv. 66 registo de correspondência recebida (n.º 1232-2298) 1974, jan.-mar. – NT 53; Copiador de Correspondência expedida n.º (601-1200) 1974 ref MAI pt 199; MAI\_ACL\_MAI\_GM\_G00023, caixa 445; Copiador de Correspondência expedida n.º (1200-1955) 1974 ref MAI pt 202; MAI\_ACL\_MAI\_GM\_GNR009, caixa 443

ANTT - Livro das Ordens de Serviço da DGS, ano de 1974

#### Fontes secundárias

AFONSO, Aniceto, S/D, “O Movimento dos Capitães”, in HISTÓRIA DE PORTUGAL (dir. João Medina), volume XIV, Clube Internacional do Livro, Amadora. ALMEIDA, Diniz de, 1978, *Ascensão, apogeu e queda do M.F.A.*, I Volume, Edições Sociais, Lisboa.

AMARAL, Diogo Freitas do, 1995, *O Antigo Regime e a Revolução Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, ed. Bertrand/Nomen.

A. E. Duarte Silva, 1997, *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*, Porto, Afrontamento.

ANDRADE, Nuno, 2007, *Para além do portão. A GNR e o Carmo na Revolução de Abril*, Lisboa, Edições Guerra e Paz.

ANTUNES, José Freire, 1994, *Salazar e Caetano Cartas Secretas 1932 – 1968*, Lisboa, Difusão Cultural.

ANTUNES, José Freire, 1985, *Cartas particulares a Marcelo Caetano: 1968-1974*, Lisboa, Dom Quixote, Volume I.

ANTUNES, José Freire, 1985, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, Lisboa, D. Quixote, Volume II.

ANTUNES, José Freire, 1993, *Os Americanos e Portugal. Nixon e Caetano: Promessas e Abandono – 1969-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ANTUNES, José Freire, 1996, *A guerra de África: 1961-1974*, Lisboa, Temas e Debates.

- ANTUNES, José Freire, 1997, *Champalimaud*, Lisboa, Temas e Debates.
- ANTUNES, José Freire, 1982, *Sá Carneiro um meteoro nos anos 70*, Lisboa, Dom Quixote.
- ARRIAGA, Kaúlza de, 1987, *Guerra e política. Em nome da verdade. Os anos decisivos*, Referendo.
- AVILLEZ, Maria João, 2004, *Conversas com Álvaro Cunhal e Outras Lembranças*, Círculo de Leitores, Mafra
- Martelo, David, 1999, *A espada de dois gumes. Forças armadas do Estado Novo (1926-1974)*, Col. Estudos e Documentos. Mem Martins, Publicações Europa América.
- BAPTISTA, António Alçada, 1973, *Conversas com Marcelo Caetano*, Lisboa, Moraes.
- BARRETO, António e PRETO, Clara Valadas, 1996, *Portugal 1960/1995: Indicadores sociais*, Cadernos do Público, 8, Lisboa.
- BERNARDO, Manuel, 1994, *Marcelo e Spínola: A ruptura: As forças armadas e a imprensa na queda do Estado Novo – 1973-1974*, Lisboa, ed Margem.
- BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal Sete fôlegos de um combate*, Edições Nelson de Matos, Lisboa.
- BRITO, José Maria Brandão de, (coord), 1999, *Do Marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Notícias Editorial.
- CANN, John P. 1998, *Contra-Insurreição em África 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*, Edições Atena, Lisboa.
- CARVALHO, Arons de, 1999, *A censura à imprensa na época marcelista*, Coimbra, Minerva, 2.<sup>a</sup> edição.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1975, *Cinco meses que mudaram Portugal*, Lisboa, ed. Portugália.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1984, *Alvorada em Abril*, Lisboa, ed. Ulmeiro
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1977, *O povo é quem mais ordena*, Lisboa, ed. Assírio e Alvim.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, 2011, *O dia inicial, 25 de Abril hora a hora*, Objectiva, Lisboa.
- CAETANO, Marcello, 1974, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Graficolor, Rio de Janeiro.
- CAETANO, Marcello, 1977, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo.
- CAETANO, Marcello, 1977, *O 25 de Abril e o Ultramar*, Lisboa, editorial Verbo.

- CERVELLÓ, Josep Sánchez, 1993, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- CORREIA, Pedro Pizarat, 1974, *Questionar Abril*, Lisboa, ed. Caminho.
- CRESPO, Pereira, 1977, *Porque perdemos a guerra*, Lisboa, ed. Abril.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, 1998, *Costa Gomes: O último marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CRUZEIRO, Maria Manuela e LOURENÇO, 2009, *Vasco, Do interior da revolução*, Coimbra, Âncora.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, 2004, *Melo Antunes, O sonhador pragmático*, Editorial de Notícias, Lisboa, 2ª edição.
- CUNHA, Silva, 1976, *O ultramar, a nação e o 25 de Abril*, Atlântida Editora, Coimbra.
- CUNHA, J. Silva, 1984, *Ainda o 25 de Abril*, Centro do livro Brasileiro, Lisboa.
- CUNHA, J. da Luz, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, 1977, *África, A vitória traída, quatro generais escrevem*, Intervenção, Braga.
- FERREIRA, José Medeiros, 1992, *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa.
- FERREIRA, José Medeiros, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. VIII de J. Mattoso (org), História de Portugal, Lisboa, ed. Estampa.
- FRAZÃO, António e Maria do Céu Barata Filipe (colaboração especial Miguel de Barros Alves Caetano), 2005, *Catálogo*, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, volumes I e II, Arquivo Marcello Caetano
- GOMES, Bernardino e SÁ, Tiago Moreira de, 2008, *Carlucci vs Kissinger – os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote
- LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.), 2005, *História Económica de Portugal 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- LEMOS, Viana de, 1977, *Duas crises: 1961 e 1974*, Nova Gente, Lisboa.
- LOURENÇO, Vasco, 2009, *Do Interior da Revolução. Entrevista de Manuela Cruzeiro*, Lisboa, Âncora.
- LUCENA, Manuel de, 1976, *O Marcelismo (A Evolução do Sistema Corporativo Português, volume II)*, Perspectivas e Realidades, Lisboa.
- MAIA, Salgueiro, 1994, *Capitão de Abril: história da guerra do Ultramar e do 25 de Abril, depoimentos*, Lisboa, Notícias.
- MARQUES, Silvino Silvério, 1978, *Portugal, e agora?*, Edições do Templo, Lisboa.

- MARTINS, Sousa, 2006, *Américo Tomás. Fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência.
- MAXWELL, Kenneth, 1999, *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença.
- MELO, Galvão, 1975, *MFA: Movimento revolucionário*, Portugalíia, Lisboa
- MONCADA, Luis Cabral de, 1993, *Memórias ao longo de uma vida: pessoas, factos, ideias*. Lisboa, Verbo.
- MOURA, Paulo, 2012, *Otelo – O Revolucionário*, D. Quixote, Alfragide.
- MÚRIAS, Manuel Maria, 1998, *De Salazar a Costa Gomes*, Lisboa, Nova Arrancada.
- OLIVEIRA, César, 1993, *Os anos decisivos, Portugal, 1962-1985, um testemunho*, Editorial Presença, Lisboa
- OSÓRIO, Sanches, 1975, *O equívoco do 25 de Abril*, Editorial Intervenção, Lisboa.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2010, *Portugal e o Século XX, Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto, Afrontamento.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2011, *A história da PIDE*, Maia, Temas e Debates.
- PINHEIRO, Miguel, 2010, *Sá Carneiro, Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros
- PINTO, Jaime Nogueira, 1977, *Portugal. Os anos do fim. De Goa ao Largo do Carmo*, Sociedade de publicações Economia e Finanças, Lisboa.
- PINTO, Jaime Nogueira, 1995, *Portugal. Os anos do fim, O fim do Estado Novo e As origens do 25 de Abril*, Lisboa, Difel.
- RAMOS, Rui (coord.), Sousa, Bernardo Vasconcelos e, Monteiro, Nuno Gonçalo, 2010, *História de Portugal*, Lisboa, ed. Esfera dos Livros.
- REIS, António, 1996, *Portugal Contemporâneo*, vols III, IV e V, Lisboa, ed. Alfa.
- REIS, António (org), 1996, *O processo de democratização em Portugal - 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REZOLA, Maria Inácia, 2007, *25 de Abril Mitos de uma revolução*, Lisboa, A esfera dos livros.
- REZOLA, Maria Inácia, 2002, *António de Spínola*, fotobiografia, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário e CARDOSO, Mário, 2000, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Dom Quixote.
- RODRIGUES, Luis Nuno, 2008, *Marechal Costa Gomes no centro da tempestade* (Biografia), ver. Eda Lyra, Lisboa, Esfera dos Livros.

- RODRIGUES, Luis Nuno, 2010, *Spínola* (biografia), Lisboa, A esfera dos livros.
- RODRIGUES, Luis Nuno, 2006, *Francisco da Costa Gomes*, Lisboa, Museu da Presidência da República.
- ROSAS, Fernando, 2004, *Portugal séc. XX: Pensamento e Acção Política*, Lisboa, ed. Notícias.
- ROSAS, Fernando, 1994, *O Estado Novo (1926-1974) História de Portugal*, Sétimo Volume, Dir. José MATTOSO), Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (coord), 2004, *A transição falhada – O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, editorial Notícias.
- ROSAS, Fernando (Direção) e BRITO, J. M. Brandão, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I e II, Círculo de Leitores (artigo «marcelismo, volume II)
- SANTOS, Boaventura Sousa, CRUZEIRO, Maria Manuela e COIMBRA, Maria Natércia (co-autoras), 1997, *O Pulsar da Revolução: Cronologia da Revolução de 25 Abril (1973-1976)*, Coimbra, Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Boaventura Sousa (ORG), Santos Amadeu Garcia dos, OSÓRIO, José Eduardo Sanches, PIRES, Nuno Fisher Lopes, Carvalho, Otelio Saraiva de, Crespo, Vítor, Santos, 2004, *A fita do tempo da revolução: A noite que mudou Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1978, *História de Portugal*, 2ª ed. Lisboa, vol. VIII
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1985, *Marcello Caetano, confidências no exílio*, Editorial Verbo, Lisboa/S.Paulo, 2.edição.
- SERRÃO, Joel (Direção), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Livraria Figueirinhas, Porto.
- SIMAS, Nuno, 2008, *Portugal Classificado*, Documentos secretos norte-americanos 1974-1975, Lisboa, Alêtheia editores.
- SOARES, Manuela Goucha, 2009, *Marcello Caetano, o homem que perdeu a fé, a biografia completa*, Lisboa, A esfera dos livros.
- SOARES, Mário, 2011, *Um político assume-se – Ensaio autobiográfico, político e ideológico* -, Lisboa, Temas e Debates (Círculo de Leitores)
- SOUTO, Amélia Neves de, 2007, *Caetano e o Ocaso do «Império» Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, biblioteca das Ciências Sociais, edições Afrontamento, Santa Maria da Feira
- SPÍNOLA, António de, 1978, *País sem rumo - Contributo para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE.



SPÍNOLA, António de, 1974, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia.

THEMIDO, João, 1995, *Dez anos em Washington 1971-1981: As Verdades e os Mitos nas Relações Luso-Americanas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

THOMAZ, Américo, 1983, *Últimas décadas de Portugal*, Lisboa, Fernando Pereira editor, vol.IV

TORNADA, Joana de Matos, 2009, *Nas vésperas da democracia em Portugal, o golpe das Caldas de 16 de março*, Coimbra, Almedina.

VALENTE, Vasco Pulido, 2002, *Marcello Caetano As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica.

VERBO, Editorial, *Marcello Caetano, “ 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*.Lisboa/S.Paulo, impresso na tipografia Guerra-Viseu, sem data.

VILLAS-BOAS, José Manuel, 2003, “Caderno de Memórias”, Temas e Debates, Mafra.

#### Periódicos

Hemeroteca, Lisboa, Jornal “Diário de Lisboa”, n.º018378, Ano 53, de 23 de fevereiro de 1974, p.13; “Diário Popular”, n.º11276, de 15 de março de 1974, pp. 1-9

[http://www.ieei.pt/files/25\\_Abril\\_Jose\\_Calvet\\_de\\_Magalhaes.pdf](http://www.ieei.pt/files/25_Abril_Jose_Calvet_de_Magalhaes.pdf)

## **Anexos**

### **Anexo I**

Relato da conversa entre Marcello Caetano e António Spínola, efetuado pelo primeiro, com data de 07 março de 1974

### **Anexo II**

Carta com pedido de demissão de Marcello Caetano enviada a Américo Thomaz no dia 11 de março de 1974

### **Anexo III**

Discurso do chefe do Estado-Maior do Exército, General Paiva Brandão, no dia 14 de março, na cerimónia de 'vassalagem' ao presidente do conselho.

### **Anexo IV**

Documento «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação» aprovado no plenário do dia 05 de março